

MARIA DA PAIXÃO SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: A
atuação do Conselho Escolar na rede municipal de Ensino
em Santa Luzia do Itanhi/SE**

Orientadora: Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Ciências da Educação**

Lisboa

2016

MARIA DA PAIXÃO SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: A
atuação do Conselho Escolar na rede municipal de Ensino
em Santa Luzia do Itanhi/SE**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 26 de Junho de 2017, com o Despacho Reitoral nº. 225/2017, com a seguinte composição de Júri:

Presidente: Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguente: Professora Doutora Margarida Carvalho

Orientada: Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Ciências da Educação**

Lisboa

2016

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

Paulo Freire

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho primeiramente a **Deus** por conceder-me à vida, e iluminar todos os meus caminhos durante este percurso árduo, porém, gratificante.

Ao meu pai, José Manoel (in memorian) e à **minha mãe, Maria Madalena** (in memorian), **Ao meu avô, João Manoel** (in memorian) e **minha avó, Laurentina** (in memorian) fontes de inspiração para enfrentar mais este desafio.

Ao meu filho, Gilmar pela compreensão e companheirismo por toda a minha vida.

Aos meus netos, Victor Gabriel, Anne Gabrielle e Aylla Letícia por mostrarem que a idade não é desculpa para não aprender.

Às minhas irmãs que eu as amo condicionalmente, pelo incentivo nas horas de maiores dificuldades, em **especial a Osania**, por compartilhar conhecimentos sempre que precisei tirar algumas dúvidas.

Ao meu irmão, Marcos Antonio, pelo apoio e companheirismo.

Aos meus irmãos, (in memorian) **Raimunda, Dilza, Daniel e Raimundo** por proporcionarem a ver a vida de forma plena.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas em especial Robertta, pelo apoio sempre que precisei nas horas das dúvidas. Enfim, a **todos que direto ou indiretamente** compartilharam como esta vitória.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a **Deus** pela plenitude da vida, pela inspiração Divina e pela força para trilhar caminhos na busca do cumprimento deste estudo.

Aos meus professores pela dedicação, compromisso, incentivo e responsabilidade da forma como ministraram as aulas. **À Professora, Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins**, por ter aceitado o desafio de orientadora desta dissertação e conduzir tão bem. Que nem a distância entre nós foi obstáculo por tamanha responsabilidade e apreço perante seus compromissos. O meu profundo agradecimento pelo incentivo, pelo apoio sempre disposta a responder meus e-mails, pelas críticas construtivas que serviram de alertas para buscar respostas e especialmente, pela amizade e apreço que nasceu dessa interação.

À Laura e Gleice pela humildade e pelo grande apoio e suporte prestados.

Aos meus familiares que sempre estiveram presentes nesta caminhada.

Em especial, ao meu filho Gilmar, pela compreensão e por partilhar os desafios.

Aos colegas do mestrado, pelo companheirismo e incentivo durante esta caminhada.

À minha colega e amiga Luciana Passos, pelo apoio, pela nossa amizade e por sempre compartilhar desafios e vitórias.

Aos professores, funcionários, alunos e mães representantes do Conselho Escolar que foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

À diretora, e aos demais funcionários da escola, locus da investigação, pela dedicação e recepção durante o período em que antecedeu a pesquisa de campo.

Enfim, a todos que direto ou indiretamente participaram para que esta vitória acontecesse.

RESUMO

No Brasil, as reformas educacionais nas últimas décadas apontam a implantação da gestão democrática nas escolas públicas, como um dos princípios básicos para a melhoria da educação. Tendo como base legal a Constituição Federal de 1988 no artigo 206, inciso VI e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9.394/96 que instituem em diferentes artigos a autonomia, a transparência, a descentralização do poder e a participação coletiva como elementos fundamentais para a democratização da escola. E para o fortalecimento dessa gestão elege o Conselho Escolar como órgão privilegiado para o processo de construção da democracia. No entanto, num país em desenvolvimento com características marcantes da globalização capitalista, é importante refletir sobre como se materializa, na escola pública, a democratização de gestão à luz deste colegiado. Nesta perspectiva, o objetivo deste estudo foi averiguar se a atuação do Conselho Escolar tem contribuído para o processo de gestão democrática, numa Escola da Rede Municipal de Ensino, de Santa Luzia do Itanhi/SE. Para o percurso metodológico da investigação optou-se por uma pesquisa descritiva, com uma abordagem qualitativa, recorrendo-se à entrevista estruturada realizada aos representantes do Conselho Escolar (nove) e à análise de documentos importantes. Em análise, os resultados mostraram que a contribuição de um Conselho Escolar com princípios democráticos, ainda é um entrave a ser superado. As práticas desenvolvidas na escola preservam traços históricos de uma política conservadora de poder centralizado, a partir de uma cultura autoritária, que continua se materializando dentro da escola. Embora se perceba que a comunidade escolar já tem consciência da relevância do Conselho Escolar, ainda há um longo caminho a percorrer para a concretização de uma gestão participativa na escola a partir da construção coletiva.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Descentralização, Conselho Escolar

ABSTRACT

In Brazil, educational reforms in the last decades point to the implementation of democratic management in public schools as one of the basic principles for the improvement of education. Based on the Federal Constitution of 1988, in article 206, subsection VI and in the Law on Guidelines and Bases of National Education (LDBEN) of 9.394 / 96, which establish in different articles autonomy, transparency, decentralization of power and Participation as fundamental elements for the democratization of the school. And for the strengthening of this management elects the School Council as a privileged organ for the process of building democracy. However, in a developing country with marked characteristics of capitalist globalization, it is important to reflect on how the democratization of management in the light of this collegiate materializes in the public school. In this perspective, the objective of this study was to verify if the performance of the School Council has contributed to the process of democratic management, in a School of the Municipal Education Network, Santa Luzia do Itanhi / SE. For the methodological course of the research we opted for a descriptive research, with a qualitative approach. And for the accomplishment of the research was used the technique of structured interview with the nine representatives of the School Council and the analysis of documents. In analysis, the results showed that the contribution of a School Council with democratic principles, is still an obstacle to be overcome. The practices developed in the school preserve historical traces of a conservative policy of centralized power, from an authoritarian culture, which continues to materialize within the school. Although it is perceived that the school community is already aware of the relevance of the School Council there is still a long way to go for the implementation of participatory management in the school from the collective construction.

Keywords: Democratic Management, Decentralization, School Council

ÍNDICE DE SIGLAS

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAFISE – Coordenação-Geral de articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

CE – Conselho Escolar

CF- Constituição Federal

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Coned - Conselho Nacional de Secretários de Educação

DASE – Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

DF – Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LM – Lei Municipal

MEC- Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional da Educação

PNEDH – Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos

PNFCE – Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

PPP – Projeto Político Pedagógico

SE - Sergipe

SEB – Secretaria de Educação

SEED – Secretaria Estadual de Educação

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Organização das nações Unidas para a Infância

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO I- GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONTEXTO DE ESCOLA PÚBLICA	 18
1. Elementos Conceituais da Gestão Democrática.....	18
2. A Construção da Gestão Democrática no Contexto da Escola Pública.....	23
2. 1. A Participação na Gestão Democrática como Elemento Determinante para a Formação da Cidadania	28
 CAPÍTULO II - O CONSELHO ESCOLAR NO ÂMBITO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	 32
1. LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NA REGULAMENTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	32
2. A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA	35

3.	O CONSELHO ESCOLAR NA REPRESENTATIVIDADE DAS	
	COMUNIDADES: ESCOLAR E LOCAL.....	38
3.1.	O Conselho Escolar e Elaboração do PPP.....	41
3.2.	Conselhos Escolares e Exercício da Cidadania em Comunidade.....	43
3.2.1.	O papel do Conselho Escolar como instrumento de reflexão e de difusão	
	dos Direitos Humanos e Cidadania na escola e na comunidade	48
	CAPÍTULO III- METODOLOGIA DO ESTUDO	53
1.	PROBLEMÁTICA DO ESTUDO	53
2.	QUESTÃO DE PARTIDA	53
3.	OBJETIVOS	54
3.1.	Objetivo geral:	54
3.2.	Objetivos Específicos	54
4.	OPÇÕES METODOLÓGICAS	54
5.	FONTES E INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS	55
5.1.	Documentos	55
5.2.	A Entrevista	55
6.	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	56
6.1.	Caracterização do município	56
6.2.	Caracterização da Escola e do Conselho Escolar	57
7.	SUJEITOS DA PESQUISA	58
	CAPÍTULO IV- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	59
1	ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO	
	MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHI/ SERGIPE	59
2	A REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM SANTA	
	LUZIA DO ITANHI/SE EM CONSONÂNCIA COM O	
	FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES.....	61

3.	NATUREZA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR DENTRO DA ESCOLA EM ESTUDO.....	62
4.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	65
4.1.	Caracterização dos Sujeitos Entrevistados	66
4.1.1.	Perfil dos Sujeitos Entrevistados	67
5.	ANÁLISE CATEGORIAL DAS ENTREVISTAS	68
5.1.	Explicitação das Categorias de Análise das entrevistas	68
5.1.1.	Gestão Escolar Democrática	68
5.1.2.	Conselho Escolar	69
5.2.	Entrevista à Diretora e às Professoras	69
5.3.	Entrevista aos pais, alunos e funcionários	81
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
8.	APÊNDICES	I
9.	ANEXOS	XXX

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sexo dos entrevistados.....	66
Tabela 2: Faixa etária dos elementos que compõem o CE.....	66
Tabela 3: Formação acadêmica.....	67
Tabela 4 - Análise dos resultados relativos à categoria Gestão escolar democrática- Diretora e Professores.....	70
Tabela 5 - Análise dos resultados relativos à categoria Conselho escolar-- Diretora e Professores.....	74
Tabela 6 - Análise dos resultados relativos à categoria Gestão escolar democrática na percepção de funcionários, alunos e os pais/mães	81
Tabela 7- Análise dos resultados relativos à categoria percepção da função do Conselho escolar pelos funcionários, alunos e os pais/mães.....	83

INTRODUÇÃO

O Brasil tem vivenciado nas últimas décadas mudanças significativas no processo de gestão da educação na escola, com a implantação de reformas educacionais que elegem, como um dos princípios básicos, a gestão democrática na escola pública.

Esta política educacional principiou a sua trajetória, a favor de uma gestão democrática, nas escolas públicas brasileiras, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Porém, a ditadura do Estado Novo em 1937, ocasionou mais de uma década de entrave para os avanços das políticas públicas em benefício da educação.

Somente com a redemocratização do país, no final da década de 1970, por um Brasil mais justo, é que a gestão democrática da escola pública brasileira emergiu como um dos alicerces de uma efetiva mudança na educação.

A gestão democrática foi estabelecida na Constituição Federal do Brasil, de 1988, como um dos princípios estruturante do ensino público, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN- nº 9.394) de 1996. Na mesma, é referido que o ensino terá como base princípios da gestão democrática, dando às instituições mais autonomia e valorizando a participação dos profissionais na elaboração do PPP.

O processo de autonomia implica a democratização interna e externa da escola, num processo de politização do seu espaço, que interligue a autonomia da escola com a autonomia dos sujeitos (ARAÚJO, A., 2000). Além disso, aceita o pluralismo, ao reconhecer diferentes identidades que se cruzam na escola, e que contribuem para a riqueza da sua diferenciação. Neste sentido, o processo de autonomia envolve a descentralização das atividades e responsabilidades educativas, considerando climas e culturas específicos.

Deste modo, o conceito de gestão democrática inclui elementos como participação, autonomia, pluralismo e transparência, assentes no trabalho colaborativo entre pares, e preconizadores do exercício da cidadania. Tal só é possível com a valorização das opiniões de todos os educadores, responsáveis por uma nova política nas instituições escolares, num processo político-administrativo contextualizado, que conjuga a ação pedagógica e a gestão escolar (BORDIGNON; GRACINDO, 2004).

Um dos mecanismos democráticos da gestão escolar tem a ver com a implantação e funcionamento do Conselho Escolar que foi criado em 1995 (como Unidades Executoras), tendo como base o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), instituído pelo Programa do Governo Federal, com a finalidade da descentralização das escolas públicas. O PDDE tem a

responsabilidade da assistência financeira às escolas públicas, da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal (BRASIL, 2004).

Nas formações continuadas sobre gestão e Conselhos Escolares, é reforçada a centralidade da participação da comunidade educativa, nas decisões tomadas na escola. O Conselho Escolar é um órgão de colegiado, representativo da comunidade escolar. As suas competências abarcam a deliberação sobre a organização e execução do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, seguindo as orientações da Secretaria Estadual de Educação, no cumprimento da legislação em vigor. Em acréscimo, o Conselho Escolar é responsável pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) e pelo Regimento da instituição, no cumprimento da função social da escola. Atendendo à necessária qualidade deste Conselho, é de destacar o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE), na democratização da escola pública. De maneira a reforçar a formação e a qualidade da participação dos elementos do Conselho, foram distribuídos os Cadernos Temáticos.

Assim, atendendo ao poder deste órgão, nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, e ainda nas atividades e projetos, é fulcral a participação informada e reflexiva de todos os membros, visando mais qualidade da educação, mais gestão democrática e salvaguarda dos Direitos Humanos, ligados ao exercício da cidadania.

Dessa forma, a gestão democrática constitui um processo contínuo de aprendizagem, inscrito na prática social, e construído com a participação efetiva de toda a comunidade escolar. Nesse contexto, o papel do gestor deve interligar a família e a escola, potenciando a ação do Conselho Escolar na procura de uma educação de qualidade.

Perante o exposto, a realização deste estudo, aplicado na rede municipal de ensino em Santa Luzia do Itanhi/SE, partiu da necessidade de analisar possibilidades de fortalecimento dos Conselhos Escolares, no enquadramento do que é regido na legislação.

Assim, a nossa questão de partida é a seguinte:

- Em que medida a atuação do Conselho Escolar, através do desempenho de suas funções, tem contribuído para o processo de gestão democrática participativa e atuante por todos os componentes, numa Escola da Rede Municipal de Ensino de Santa Luzia do Itanhi/SE?

Em concordância, formulamos o nosso objetivo geral:

- Averiguar se a atuação do Conselho Escolar tem contribuído para o processo de gestão democrática participativa e atuante por todos os componentes numa Escola da Rede municipal de Ensino de Santa Luzia do Itanhí/SE.

E como percurso metodológico para obtenção de resultados acerca da problemática, optou-se por uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa. A escolha por essa abordagem deve-se à sua adequação ao objeto dessa pesquisa, sob o prisma da Gestão Democrática a luz da atuação do Conselho Escolar, no âmbito da escola pública, uma vez que se objetiva focalizar e compreender os aspectos individuais e específicos desta realidade, em contexto.

No que concerne à estruturação do trabalho, este está dividido em quatro capítulos, estruturados da seguinte forma:

No Capítulo I - É abordada a Gestão Democrática a luz de teorias que versam essa temática no contexto da escola pública, ressaltando os elementos conceituais desta gestão (a autonomia, participação, pluralismo, transparência e descentralização), tendo como princípios democráticos e como visão crítica participativa e esclarecedora, a participação ativa de todos os componentes envolvidos no processo, com base na legislação brasileira que define a gestão democrática estabelecida na Constituição Federal do Brasil, de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB- nº 9.394, de 1996.

No Capítulo II, é abordado o Conselho Escolar no âmbito da Gestão Democrática, enfatizando a importância da legislação educacional na regulamentação dos conselhos escolares; assim como a relevância do Conselho Escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Aborda também, o fortalecimento dos conselhos escolares para o exercício da cidadania, reconhecendo o seu papel como instrumento de reflexão e de difusão dos Direitos Humanos e Cidadania na escola e na comunidade.

No Capítulo III – São detalhados os aspectos metodológicos da pesquisa, especificando o tipo de pesquisa, amostra ou sujeitos da pesquisa, fontes e instrumentos da coleta de dados, a caracterização do campo de estudo, os procedimentos e o tipo de análise desenvolvida.

No Capítulo IV – É abordada a apresentação e análise dos resultados, a partir da análise da implantação da Gestão Democrática no município de Santa Luzia do Itanhí/ SE e a importância da legislação educacional na regulamentação dos Conselhos Escolares deste município, confrontando com os resultados da investigação. Também é apresentada a análise

e interpretação dos resultados da pesquisa a partir da análise categorial das entrevistas juntamente com a discussão desses resultados.

E por último são expostas as considerações finais sobre o presente estudo que apontam algumas reflexões importantes para possíveis iniciativas do pensar coletivo em busca de uma escola mais participativa, autônoma, inclusa e crítica com compartilhamento e trocas de experiências nas tomadas decisórias atreladas ao poder de opinar, discutir e questionar. Ciente de que esta temática não se esgota com o término da pesquisa, mas que seja um instrumento de inquietação para alargar possibilidade de busca por melhoria da educação a partir de práticas democráticas na escola.

CAPÍTULO I- GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONTEXTO DE ESCOLA PÚBLICA

1. ELEMENTOS CONCEITUAIS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O debate sobre o modelo de gestão com princípios democráticos que viabilizam a substituição das diferentes formas autoritárias e verticalizadas de gestão que, radicalmente “retiram da escola o direito e o dever de autoria sobre suas ações e respectivos resultados” (LUCK, 2006a, p. 52), implementados oficialmente na década de 1930, pelos Pioneiros da Educação Brasileira, continua, para a grande maioria das escolas públicas brasileiras, a ser um sonho a conquistar. São princípios que precisam ser retomados no espaço escolar a fim de alavancar práticas de uma gestão escolar com a autonomia e descentralização de poder junto com a comunidade escolar e local.

Neste direcionamento, é bom ressaltar que, quando se menciona a **autonomia e descentralização**, num país oriundo de uma forte tradição escravocrata, é imprescindível uma maior compreensão sobre o debate que defina a postura de uma autonomia e, conseqüentemente, como se dá o processo de descentralização. Faz-se necessário distinguir o que de fato tangem uma gestão com princípios democráticos e com uma visão crítica, participativa e esclarecedora.

Fazer uma análise sobre a gestão da educação, na escola ou no sistema municipal de ensino, implica uma reflexão sobre as políticas educativas. Tal, advém do fato de haver uma forte ligação entre elas, dado que “a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas” (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p.147). A gestão, se for compreendida como um processo político-administrativo contextualizado, coloca-nos perante o desafio de compreender o processo na área educativa, a partir dos conceitos de sistemas e gestão escolar (Idem).

Assim sendo, gestão escolar democrática visa a garantia dos processos de autonomia e de **participação**, entre outros. Neste sentido, o processo de autonomia deve ser entendido de forma muito mais ampla, que envolva o aspecto da descentralização, e não da desresponsabilização pelas instâncias de ordenamento. Ou seja, não se deve considerar descentralização tirando a responsabilidade que é própria do Estado como acontece no contexto das políticas neoliberais que, mediante a elaboração de políticas de redução de gastos com o social, descentralizam suas ações, responsabilizando as instâncias micro sem oferecer condições básicas para que essas possam assumir com responsabilidade seu papel.

Dessa forma, para que a autonomia aconteça de maneira plena, precisa que as esferas macro de gestão, que exercem tanta influência dentro do espaço escolar, pratiquem de verdade a construção da gestão embasada em princípio da autonomia, assumindo responsabilidade pelo todo, comungada com uma gestão participativa. Segundo Luck (2006), ele acontece por um processo de reciprocidade entre o macro e micro de gestão. Como a participação ativa de todos os componentes envolvidos no processo.

De acordo com Cury (2001, p.51), “participar é dar parte e ter parte” e reforça. “O primeiro movimento visa informar, dar publicidade, e o segundo é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um ordenamento”. E dentro dessa caminhada é importante que se tenha conhecimento de causa para conduzir o processo de forma democrática. Oliveira (2003, p.6), afirma que:

A democracia está associada à ideia da participação dos nacionais, dos cidadãos na atividade estatal, decidindo, executando o decidido e, em última análise, transformando a realidade sócio-política por intermédio de um genuíno processo democrático. Também a democracia se encontra associada, fundamentalmente, à questão da legitimidade do exercício do poder, permitindo ao povo uma sinérgica participação (ainda que indireta) no governo, em sua acepção ampla.

Assim, dentro de um princípio de democracia a formação do cidadão ativo perpassa por um aprendizado em participação que, mesmo de forma indireta, os sujeitos reconheçam sua importância do seu exercício. Não como apenas um simples eleitor, mas como aquele capaz de fazer parte da construção das Leis e da esfera política, jurídica, aferindo ao Estado tanto a legalidade como a legitimidade.

Neste direcionamento, retomando a legislação que define a gestão democrática estabelecida na Constituição Federal do Brasil, de 1988, como sendo um dos princípios norteador do ensino público, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN- nº 9.394, de 1996, refere que o ensino será ministrado com base em outros princípios, como no da “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, art, 3º), dando às instituições autonomia para a implementação de uma gestão democrática participativa. Gracindo (2007, p.135) define que “mesmo de forma tímida, a LDBEN também determina alguns parâmetros para a Gestão Democrática”, dentre os quais já mencionados anteriormente, destacam: “a participação dos profissionais da

educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”; e “a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

A autora ainda chama atenção para as distintas formas de implementação da gestão escolar, ressaltando que, a partir da legislação federal, os sistemas de ensino tanto Distrito Federal (DF), estaduais, como municipais, podem constituir normas próprias com o objetivo de implementar a Gestão Democrática nas escolas de acordo com sua jurisdição, ocasionando variadas formas a partir de diferentes denominações. Dentre elas se destacam duas que, mais frequentemente, são encontradas nas realidades das escolas “uma que reflete a visão predominante econômica da gestão e, outra, que revela a supremacia da visão sócio antropológica dessa prática.” (Idem, p.136) Ou seja, “a primeira se apresenta numa postura neotecnista da administração gerencial desenvolvida em larga escala no sistema educacional brasileiro cuja referência principal é o mercado e suas demandas,” reportando-se aos anos de 1970; “a segunda focaliza a essência do processo educativo, considerando os sujeitos sociais envolvidos em sua prática; e cuja direção para suas ações é a relevância social.” (Idem, p. 136) Percebe-se que essa segunda forma de gestão referida, conduz a uma experiência democrática na escola, porque envolve todos os segmentos escolares, desvelando-se as dimensões políticas e pedagógicas da gestão escolar ligadas diretamente à prática educativa com um grande compromisso com a transformação social.

A Gestão Democrática neste viés pode ser considerada como um instrumento condutor pelo qual todos os segmentos compositores do processo educativo têm direito de participar dos direcionamentos que a escola deve fixar à educação e da forma como está implementada essas decisões, a partir de num processo contínuo de avaliação de suas práticas. Tendo como elementos indispensáveis para essa forma de gestão, participação, autonomia, transparência e pluralismo, tem cada elemento, a “sua relevância por si só, e, juntos, colaboram para a ampliação do entendimento de como se articula e se manifesta uma educação democrática, que considera, realmente, a comunidade escolar.” (ARAUJO, 2000, p. 254) Assim, pode-se dizer que os referidos elementos são a essência do exercício da democracia, quando são praticados de forma consciente em que os sujeitos participantes estejam integrados em defender os direitos da classe social e não ao conservadorismo mascarado de democracia a favor de seus interesses políticos e econômicos.

Nesta perspectiva, **a participação em defesa do social** é uma possibilidade do sujeito poder influenciar nas decisões da escola, requerendo uma posição de governantes e não de meros coadjuvantes. (BORDIGNON; GRACINDO, 2004) Isto é, uma forma de agenciar a

descentralização do poder, que na maioria das vezes se concentra nas mãos do gestor, e dificulta as ações participativas na escola. Ora, estas ações, só são possíveis mediante uma verdadeira participação dentro de um clima democrático que favoreça condições necessárias para a prática de uma gestão em sua plenitude.

Em meio a esta questão, uma das condições para o estabelecimento da gestão democrática, já vem explicitada na LDBEN quando a própria Lei afirma que os sistemas de ensino devem assegurar “às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996, art. 15)

Dessa forma, a autonomia é um caminho para o surgimento de uma democracia verdadeira através de ações diretas dos sujeitos que estão inseridos na escola contra as práticas administrativas ordenadas “de cima para baixo” a partir de decretos infundados, porque não respeitam a existência dos sujeitos que integram a escola, seus desejos e as necessidades da escola. Assim, a autonomia é a “expressão da unidade social que é a escola e não pré-existe à ação dos indivíduos” (BARROSO, 1998, p. 21). A autonomia necessita ser conquistada através da democratização interna e externa da escola, num processo de politização do espaço escolar que propicie o desenvolvimento das duas facetas relevantes da autonomia escolar que são a autonomia da escola e a autonomia dos sujeitos sociais. (ARAÚJO, A., 2000). O autor chama atenção sobre uma das questões que considera importante para a consolidação de uma gestão democrática que é a abertura de espaço para o “pensar diferente”. Esta é uma postura do pluralismo que se consolida com o “reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses que convivem no interior da escola e que sustentam, através do debate, do conflito de ideias e o próprio processo democrático” (Idem, p. 256).

Neste sentido, nota-se que, para haver democracia é preciso existir o respeito e o reconhecimento da diversidade, envolvendo as crenças, as opiniões e os propósitos, de forma que aconteça a essência do pluralismo democrático que, segundo Touraine (1996) está no respeito aos projetos tanto individuais como coletivos.

Outro elemento de grande importância para o gerenciamento de uma gestão democrática é a transparência, que está relacionada à ideia de considerar a escola como sendo um espaço público. Isto é, conservar na escola a sinceridade que permite aos cidadãos participarem com ética do controle das coisas públicas. Segundo o autor (Idem, p. 155)

A transparência afirma a dimensão política da escola, sua existência pressupõe a construção de um espaço público vigoroso e aberto às diversidades de opiniões e concepção de mundo, contemplando a participação de todos que estão envolvidos com a escola.

A transparência é assim vista como um elemento fundamental da gestão que faz a diferença entre o privado e público, ou seja, é um instrumento utilizado para revelar as ações e procedimentos adotados pelos membros que administram a coisa pública. Cury (1997, p. 201) destaca que “sendo a transmissão de conhecimento um serviço público, o princípio associa este serviço à democracia”. O que implica a noção de uma participação na gestão. Para o autor, a transparência compreende-se como a existência de um espaço público aberto, diferente da lógica do mercado, que se pauta por interesses particulares e imediatistas, visando unicamente o lucro, sem nenhuma preocupação em prestar ou dar satisfação à população sobre a prestação de contas do que é feito. Dessa forma, a transparência na escola perpassa pela inserção da comunidade escolar; pelo respeito e o envolvimento de todos os membros que fazem a escola; pela comunicação e a socialização das informações propícias para o crescimento de todos, atitudes que podem gerar um clima de respeito e confiança no espaço escolar. (Idem) Neste sentido, a transparência tem uma amplitude maior, não ficando limitada aos aspectos administrativos, mas ampliar também ao horizonte do fazer pedagógico.

O conceito de gestão democrática está assim atrelado aos elementos de gestão: participação, autonomia, pluralismo e transparência que a articulação entre eles constituem-se como pilares fundamentais para a construção do processo democrático nas instituições de ensino. E essa junção só é possível com a ampliação e a valorização das opiniões de todos os sujeitos que fazem acontecer na escola uma nova política nos espaços públicos e pedagógicos escolares. Conforme explicita Dourado (1998), a gestão democrática é um processo contínuo de aprendizado e ao mesmo tempo de luta que vislumbra, na prática social, a partir da autonomia e a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no cotidiano da escola.

Nesse contexto, o papel do gestor deve estar atrelado às ações que proporcionem uma educação de qualidade, objetivando a integração das ideias e ações entre a escola, a família e a comunidade através da divisão de tarefas em benefício de objetivos comuns (FERREIRA, 2001)

2. A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

A trajetória histórica e debate em favor da implementação da Gestão Democrática nas escolas públicas brasileiras, teve início em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sendo os principais ideólogos Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que tinham como ideário, traçar diretrizes voltadas para uma nova política nacional de educação pública, gratuita, obrigatória, laica e mista. Para estes pensadores, o Estado deveria se responsabilizar pela educação do povo, situação que até então era apenas da responsabilidade da família. Porém, em 1937, o Brasil enfrentou a ditadura do Estado Novo que, por mais de uma década, foi um entrave para o avanço das políticas públicas anteriormente definidas.

Somente em 1946, após a derrocada do Estado Novo, com a promulgação da nova constituição federal (que definiu como obrigação do Governo Federal, competência para fixar as diretrizes e bases da Educação Nacional) é que foi possível, em 1961 a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 4.024/1961, que defendia melhoria da escola pública. Porém, em 1964, o Brasil sofre um Golpe Militar e a sociedade brasileira enfrenta um longo período de ditadura militar e, com ela, todas as iniciativas alavancadas pelos Pioneiros da Escola Nova, foram sucumbidas. Uma vez que, a ditadura defendia uma ideologia pedagógica tecnocrática e produtivista com princípios e concepções autoritárias e concomitantemente, adotava uma visão de educação tradicional tecnicista volta para os interesses do mercado.

Nesta conjuntura, tivemos que esperar até 1988, para, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (art. 206, VI), a gestão democrática fosse introduzida no Brasil. Esta foi confirmada e normatizada mais tarde, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN de nº 9.394/96 em diferentes artigos que instituem a legalidade da Lei. Ambas ressaltam que a autonomia, a descentralização do poder, a transparência, a participação e a coletividade são princípios democráticos, que trazem para o gestor escolar alguns direcionamentos facilitadores do efetivo exercício da democratização na escola.

Nesse processo de mudanças à luz de uma Gestão Democrática na escola, é fundamental compreender que, entre os fatores relevantes para a qualidade de ensino, a democratização da gestão escolar está atrelada à alteração oriunda das estruturas de poder na gestão dos sistemas de ensino público. Tal inclui, além das escolas, as secretarias, os departamentos, assim como outros órgãos educacionais, os quais estão sob a tutela e regulamentados pelos sistemas políticos, conservando muitas vezes, características históricas do Estado que repercutem no transcorrer do processo da gestão democrática. Provavelmente, esta será uma resposta ao insucesso da escola pública nacional em fornecer de forma democrática um ensino de qualidade, voltada para a transformação social em detrimento de uma administração escolar marcada pela racionalidade capitalista excludente (MENDONÇA, 2000). Por isso, é preciso que todos tenham conhecimento do seu papel enquanto membro do processo de gestão.

Nesse direcionamento, é importante destacar as quatro **dimensões da autonomia da** escola pública no princípio de uma Gestão Democrática: a política, a financeira, a administrativa e a pedagógica. De acordo com Luck (2010, p. 104) “nenhuma delas se basta a si mesma para caracterizar a autonomia da gestão escolar, uma vez que são interdependentes e se reforçam reciprocamente, estando umas a serviço de outras”. Contudo, para que haja sucesso, é preciso que as dimensões norteadoras de democracia sejam direcionadas através da construção e a implementação coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP), da formação e da atuação dos órgãos colegiados, da eleição direta de diretores e da autonomia financeira. Só assim o processo de descentralização pode funcionar, tendo por base as decisões apoiadas nos princípios democráticos e nos processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, como a participação tanto da comunidade escolar, quanto da comunidade local (Idem).

Dessa forma, o efetivo trabalho em busca de uma gestão escolar com sucesso, implica como referimos anteriormente, a criação de um ambiente participativo, “no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania” (LÜCK, 2002, p.18). Para tal, algumas ações especiais deverão ser buscadas para a mudança das relações amplas vigentes na escola, com o propósito de se criar um ambiente estimulador de participações:

Criar uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperativismo; Promover um clima de confiança; Valorizar as capacidades e aptidões dos participantes; Associar esforços, quebrar arestas, eliminar divisões e integrar esforços; Estabelecer demanda de

trabalho centrado nas ideias e não em pessoas; Desenvolver a prática de assumir responsabilidades em conjunto (LÜCK, 2002, p.18-19).

Nessa direção, "a escola poderá ser estudada não apenas como uma instância hetero-organizada para a reprodução, mas também como uma instância auto-organizada para a produção de regras e a tomada de decisões". (LIMA, 2003, p. 8) A partir dessa abordagem, a escola é reforçada como espaço privilegiado de reprodução e produção sociais, através da ação praticada por seus atores, dotados de capacidade de interpretação e reinterpretação de regras e normas, construindo e reconstruindo seus cotidianos (GIDDENS, 2000).

Com base nas reflexões feitas sobre a escola, enquanto lócus de estudo, ou seja, lugar onde se propaga a prática, a gestão escolar apresenta-se como um importante pilar na estruturação e configuração da qualidade do ensino, de modo que abarca "a articulação dinâmica do conjunto de atuações como prática social que ocorre em uma unidade ou conjunto de unidades de trabalho, que passa a ser o enfoque orientador da ação organizadora e orientadora do ensino, tanto em âmbito macro (sistema) como micro (escola) e na interação entre ambos". (LÜCK, 2007, p. 51) Isto é, visam um trabalho coletivo que venha transfigurar na diferenciação das ações voltadas para o sucesso na escola.

Segundo Sarmento (2000, p. 99), cada escola é "simultaneamente semelhante e diferente de outra qualquer". Tal semelhança é remetida pela política de Estado a qual a escola sistematicamente é orientada e a diferença é dada pela capacidade dos sujeitos autores que vivenciam em cada uma delas de agirem de forma reflexiva e crítica dentro do que lhes é determinado. Dessa forma, acolhendo um trabalho a partir da participação coletiva de todos. O Conselho Escolar formado por representantes da comunidade escolar e local é um elemento forte no processo de **gestão participativa** na escola onde se visa o exercício da cidadania.

Conforme explicita Gadotti (2000, p. 67), "a participação e a democratização num sistema público de ensino é uma forma prática de formação para a cidadania que, por sua vez, é um dos pressupostos da gestão democrática". Ora, tal desiderato, somente será possível com a conscientização dos sujeitos envolvidos sabendo que a sua participação no processo de tomada de decisões, é importante para a construção democrática do processo.

Nesta conjuntura, alguns mecanismos básicos são organizados de forma dinâmica para que, na prática, venham a mobilizar a Gestão Democrática na escola. Sendo que estes se apresentam de várias formas na esfera escolar, como: na constituição e na atuação do Conselho Escolar; na definição da verba da escola pela comunidade escolar; na divulgação e transparência na prestação de contas; na avaliação da escola com instituição escolar,

professores, dirigentes, estudantes, equipe técnica; na eleição direta para diretor; e na elaboração do Projeto Político Pedagógico, de modo coletivo e participativo.

Dessa forma, observa-se que, para acontecer de fato, a Gestão Democrática nas escolas públicas, o ponto de partida é o desenvolvimento do trabalho colaborativo, consciente de que, todos participam nas tomadas decisórias de maneira coerente e dialógica, visando à construção do saber-fazer, ou seja, sabendo distinguir o ponto de partida e o de chegada. Sendo o papel do diretor/gestor muito importante para o bom desempenho e desenvolvimento da escola.

Assim, e no dizer de Ferreira (2006, p. 306):

Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Constitui-se de princípios e práticas decorrentes que afirmam ou desafirmam os princípios que as geram. Estes princípios, entretanto não são intrínsecos à gestão como a concebia a administração clássica, mas são princípios sociais, visto que a gestão da educação se destina à promoção humana. A gestão da educação é responsável por garantir a qualidade de uma "mediação no seio da prática social global" que se constitui no único mecanismo de humanização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos. Seus princípios são os princípios da educação que a gestão assegura serem cumpridos? Uma educação comprometida com a "sabedoria" de viver junto respeitando as diferenças, comprometida com a construção de um mundo mais humano e justo para todos os que nele habitam, independentemente de raça, cor, credo ou opção de vida.

É no âmbito da escola que se proporciona a ação educativa, e, como lugar de formação, tem como objetivo principal formar o aluno como um todo, seja em suas habilidades intelectuais, sociais, culturais, afetivas, de atitudes e éticas ou nos desafios enfrentados. Santos (1995) Esclarece a respeito dos desafios que se colocam ao projeto pedagógico emancipatório que:

Um projeto educativo emancipatório tem de colocar o conflito cultural no centro do seu currículo. As dificuldades para fazer são enormes, não só devido à resistência e à inércia dos mapas culturais dominantes, mas também devido ao modo caótico como os conflitos culturais têm vindo a ser discutidos no nosso tempo. O projeto educativo emancipatório tem, pois, nesse domínio, responsabilidades acrescidas. Tem de, por um lado, definir corretamente a natureza do conflito cultural e tem de inventar dispositivos que facilitem a comunicação. (Idem, p.29-30)

Tal conflito é definido por Santos (1995) como ocorrendo entre o imperialismo cultural e o multiculturalismo, visto que se dá entre “maneiras diferentes de se conceber o conflito entre culturas, dois modelos de interculturalidade”. (p.30). Dessa forma, o **projeto educativo emancipatório** ressaltado por Boaventura nos aponta a possibilidade das práticas educativas cotidianas contribuírem para a superação da legitimação da dominação social. Ao pressupor o alargamento da equidade em todos os domínios da vida, o que implicará a repolitização global das práticas sociais para o seu desenvolvimento, politizar “significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de transformá-las em relações de autoridades partilhadas.” (SANTOS, 1995, p. 271)

É neste viés que se propaga a construção da democracia através de luta em todos os espaços estruturais onde estamos inseridos. Santos (1995) nos chama atenção sobre o desenvolvimento da democracia e da tessitura de relações sociais igualitárias que somente acontecerá através da Educação conflitante e desestabilizadora dos conflitos sociais. Ou seja, a Educação para a rebeldia com a possibilidade mais ampla de formação de subjetividades inconformistas, em que se busque através do que já se sabe, “o conhecimento do senso comum” para construção de novos saberes e consequentemente potencializar a transformação de valores, contribuindo para efetivamente a ampliação da democracia social emancipatória em que os sujeitos envolvidos tornam-se autônomo com direito de opções.

Reportando-se para as últimas décadas tem-se percebido grandes mudanças no mundo, tais como: globalização da economia, os avanços tecnológicos significativos influenciando na intensa rede de transmissão das informações que com certeza vem repercutir no contexto escolar, fazendo com que todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem repensem e sintam a necessidade de inovar suas práticas educativas, não apenas na esfera da sala de aula, mas também nas formas de lidar com o outro, gerindo a escola na sua amplitude.

Nesse enfoque, reconhecer a gestão escolar como melhoria para desenvolvimento qualitativo e quantitativo, é trabalhar pensando na superação das práticas administrativas tradicionais empregadas nas instituições escolares para atender às demandas e aos interesses do momento histórico sem levar em conta os interesses da sociedade e, principalmente, os dos alunos enquanto sujeitos de direitos. É preciso ficar atento a essas práticas e buscar incorporar no seio da escola atitudes de valores que venham a contribuir para o processo de construção do trabalho coletivo, por meio de seus múltiplos espaços de participação. Como afirma Lck (2002, p. 15)

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva.

Sendo assim, a Gestão Democrática se fundamenta e solidifica no seio da escola quando se propaga a participação de todos os envolvidos num trabalho colaborativo. Compactuando com Demo (1999) pode-se dizer que “participação é conquista”. Desta forma, lembramos que só pode haver no ambiente escolar participação de fato, se houver partilha na tomada de decisões. Para tanto, é necessária a efetivação de vários elementos de participação, como processos de escolha ao cargo de dirigente escolar; criação e consolidação de órgãos colegiados na escola (conselhos escolares e conselho de classe); fortalecimento da participação estudantil com a criação e a consolidação de grêmios estudantis; a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola; Planejamento Participativo; redefinição de tarefas e funções da associação de pais e mestres, na expectativa de construção de novas formas de se partilhar o poder e a decisão nas instituições, visando o exercício de cidadania.

2.1 A Participação na Gestão Democrática como Elemento Determinante para a Formação da Cidadania

No tocante ao exercício da gestão democrática, é fundamental que se reconheça alguns elementos importantes como: a valorização dos grupos sociais, do trabalho coletivo e a formação de lideranças. Conforme explicitam Bordignon e Gracindo (2004, p. 157), quando mencionam a escola como sendo um espaço onde deve acontecer a construção da cidadania, “não há cidadania no isolamento, sem o referencial do outro. Vive-se hoje imerso no social. O que penso, o que sei aquilo em que acredito são construções pessoais nutridas na relação com o outro.” É cada vez mais essencial que a gestão escolar e os profissionais da educação reconheçam a legitimidade dos órgãos representativos que proporcionam a construção coletiva do projeto educacional. Isto é, uma política que esteja pautada na gestão democrática da educação e que valorize a participação dos membros componentes do seu campo de atuação, ciente de que estes são sujeitos representativos dessa gestão. Para os autores (Idem, p. 152):

No novo paradigma emergente, que fundamenta a nova concepção de educação e, portanto, sua prática social, o poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantindo relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo diferentes. Essa diferença dos sujeitos, no entanto, não significa que um seja mais do que o outro, pior, ou melhor, mais ou menos importante, nem concebe espaços para a dominação e a subserviência, pois estas são atitudes que negam radicalmente a cidadania. As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais.

Assim, ao estudar sobre a importância da participação direcionada para a formação da cidadania, o papel da escola é manter uma ligação direta entre as instâncias política e pública, sendo que a política se refere às secretarias de ensino enquanto a pública, está relacionada com a comunidade escolar e local. Desse sentido, a participação para o exercício da cidadania perpassa a necessidade recíproca entre os sujeitos, pois não existe democracia sem a participação popular, sem a coletividade e sem a comunicação entre os atores que são e representam a sociedade.

Nessa direção, é preciso entender que a formação cidadã é um dos princípios básicos para se viver numa democracia, isto é, uma aprendizagem em participação de forma ativa (OLIVEIRA 2003). Sendo assim, a educação ou a escola que visa a uma integração maior dos sujeitos histórico-sociais, na participação coletiva, tem por finalidade:

O desenvolvimento do ser autônomo e livre, mas que se realiza pelo fazer ao relacionar-se com os outros, na construção de uma nova sociedade. Assim a finalidade da escola, nos regimes democráticos, se fundamenta na concepção de homem histórico, autônomo e livre, vivendo solidariamente entre iguais num espaço e tempo e determinados (BORDIGNON ; GRACINDO, 2004, p. 154).

Partindo desse princípio, quando se aborda uma educação nos moldes democráticos, a grande preocupação deverá ser, em primeiro lugar, com a formação dos sujeitos, a fim de que estes venham a contribuir de forma participativa num processo coletivo de conquista do real. Dessa forma, a escola precisará ser democrática para poder formar os sujeitos para o convívio com os princípios de uma democracia através da participação das relações sociais. Segundo Paro (1998, p.5):

A democratização da gestão da escola básica não pode restringir-se aos limites do próprio estado, - promovendo a participação coletiva apenas dos que atuam em seu interior – mas envolver principalmente os usuários e a comunidade em geral, de modo que se possa produzir, por parte da população, uma real possibilidade de controle democrático de

Estado no provimento de educação escolar em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade.

No planejamento participativo, há a preocupação de utilizar métodos e estratégias ajustados às práticas escolares e extraescolares, tendo em vista a autonomia de todos. Contudo, muitas vezes, a participação no planejamento, pode tornar-se uma mera aparência, sobretudo quando os dirigentes escolares não permitem mais do que um acompanhamento das ações a serem planejadas. Por isso, “planejamento participativo propõe e deve implementar intervenções coletivas sobre o social, refletidas e conscientes. Ainda que venha desenvolver-se em microespaços do social, pode desempenhar uma atuação estratégica e construir sentido” (FALKEMBACH, 2008, p. 135).

Araújo, O., (2010) nos chama a atenção sobre a formação e o fortalecimento de uma sociedade democrática, segundo a autora, é uma conquista que demanda esforços de todos os setores sociais, por ser uma busca constante e um objetivo a ser alcançado ainda por uma maioria das nações. Percebe-se então, que a democracia muitas vezes fica na mira dos discursos e projetos que nem sempre são realizados, na mesma proporção que são reivindicados e planejados nos programas políticos e institucionais. Torna-se cada vez mais importante que se perceba a lentidão e a exigência que acontecem no processo de gestão participativa, porque a todo o momento podem acontecer avanços ou retrocessos nos espaços participativos da sociedade. Nesta conjuntura, as escolas tornam-se um dos meios mais apropriados de expressão das demandas e expectativas da sociedade. “Neste ambiente a proposta da gestão democrática tem peso determinante sobre as relações internas e externas da comunidade, desempenhando um papel extremamente importante na construção de uma sociedade forte e participativa”. (Idem, 2010, p.1)

Assim sendo, para que a gestão escolar seja efetiva e participativa, é necessário estimular a comunidade no exercício da democratização.

É preciso lembrar que para democratizar a escola é preciso democratizar toda a sociedade, pois muitos não participam das decisões políticas, sociais, culturais e econômicas de seu país, não entendem que democratização é participar, ajudar, unir, construir (RODRIGUES, 1996, p. 39)

Essa responsabilidade é de todos, escola e sociedade, até porque a escola é um espaço social e democrático. Por isso, no espaço escolar, a gestão democrática deverá legitimar discussões que fortaleçam a democracia, a participação e a autonomia (Luck, 2009, p. 50).

Um dos mecanismos que pode dar início à construção de um ambiente de empoderamento são os Conselhos Escolares por serem um locus importante para a concretização de novas práticas sociais e educativas de aprendizagem. Somente dessa forma pode-se pensar numa democracia com definições apropriadas para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO II - O CONSELHO ESCOLAR NO AMBITO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

1. LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NA REGULAMENTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O perfil atual dos **Conselhos Escolares**, com poder de decisão e atuação, foi resultado de muitas lutas e reivindicações dos movimentos populares em defesa da redemocratização do país, no final da década de 1970, os quais reivindicavam a participação nos diferentes setores. A partir de então, esses movimentos começaram a se destacar no sistema de ensino público através de algumas experiências de participação como representantes de alguns segmentos da escola. Ou seja, colegiados representantes da escola.

Reportando para os últimos acontecimentos no Brasil com a reabertura da política democrática e com o fim da Ditadura Militar de 1964 a 1985, a Constituição Federal de 1988, define a gestão democrática do ensino público, no Artigo 206, Inciso VI, como um de seus princípios, estabelecendo como uma diretriz a ser observada por todas as escolas. O texto constitucional institui também, o direito e dever de participar de todos os que atuam nos sistemas e nas escolas públicas. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, vem reforçar esse princípio, com o acréscimo da legislação do sistema de ensino no Artigo 3º, Inciso VIII. A LDB, nos artigos 14 e 15, que tratam da gestão democrática, determinam que:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Com base na legislação, os sistemas de ensino vão se adequando à norma, a fim de que essa premissa se efetive no espaço escolar.

No que tange à necessidade da presença dos conselhos na estruturação organizacional das instituições escolares, é importante ressaltar que, o Conselho Escolar foi criado em 1995 (como Unidades Executoras) com a implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pelo Programa do Governo Federal com o intuito de descentralização das escolas públicas. Desta forma, acabava-se com os velhos mecanismos em que as Secretarias de Educação ficavam responsáveis pelo repasse às unidades escolares materiais de consumo e permanentes que, na maioria das vezes não respeitavam as necessidades e as demandas das escolas. A percepção do PDDE dentro de uma conjuntura organizacional versa pela assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal (DF), como também às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos (BRASIL, 2004). A finalidade desses recursos é melhorar a infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse (BRASIL, 2004).

Dessa forma, os Conselhos Escolares eram formados nas escolas com intuito de representarem as suas unidades executoras. E somente ganhou um caráter de Conselho Escolar com a função de intervir nas questões administrativas e pedagógicas da Escola a partir da implementação da Gestão Democrática nas escolas públicas assegurada pela legislação.

Para melhorar o entendimento da atuação dos conselhos, em 2004 o MEC promoveu um programa de orientação para o fortalecimento dos Conselhos Escolares com o intuito de aperfeiçoá-los perante suas atribuições e assim adquirirem conhecimento a respeito da sua participação promissora como representante do Conselho Escolar.

No material fornecido para as formações continuadas dos Conselhos Escolares, remete-se a importância da participação efetiva da comunidade educativa, inclusive os conselhos, nas tomadas decisórias da escola, pois é formado a partir de todos os seguimentos que a compõem. Portanto, ele viabiliza o alargamento das ideias e decisões num processo participativo e democrático na escola.

Assim sendo, o Conselho Escolar é um órgão de colegiada, representativo da Comunidade Escolar, que tem como competência deliberar sobre a organização e execução do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar de acordo com as políticas e orientações educativas da Secretaria Estadual de Educação (SEED), tendo por base a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Estatuto

da Criança e do Adolescente (ECA), o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento da instituição, para o cumprimento da função social e exclusiva da escola. A sua concepção é feita enquanto instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar, numa óptica de democratização da escola pública, assumindo-se como um órgão máximo de direção da escola (LIBÂNEO, 2004)

Segundo o Ministério da Educação (2004, p. 18):

A complexidade da sociedade atual e o processo de democratização do público impuseram a ampliação dos mecanismos de gestão das políticas públicas, criando as políticas setoriais, com definição discutida em conselhos próprios, com abrangências variadas: unidades da federação, programas de governo, redes associativas populares e categorias.

Para que de fato os Conselhos Escolares desenvolvam com efetividade suas atribuições de forma a superarem limitações e dificuldades em entender como se efetua um processo participativo e decisório no âmbito escolar com caráter democrático, torna-se cada vez mais necessário a realização da formação continuada para que todos os segmentos possam usufruir de conhecimento ligado à melhoria de suas ações. Para tanto, faz-se necessário refletir sobre conceitos básicos que norteiam a prática dos conselheiros como a participação, autonomia, descentralização e a prática dialógica, pois são elementos fortalecedores da Gestão Democrática.

Dessa forma, na busca de uma Gestão Democrática na escola, o fundamental é que se pense na existência de espaços apropriados para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares aconteçam.

Com essa visão, a participação tem que acontecer de forma unânime em que todos tenham vez e voz no processo democrático dentro da escola, isso significa dizer que todos podem ouvir e ser ouvidos e participar do poder decisório dentro de um processo coletivo.

No que tange essa discussão o MEC através do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) na democratização da escola pública foram distribuídos materiais para dirigentes e técnicos da Secretaria de Educação estaduais e municipais a fim de que se concretizassem nas instituições educacionais as formações para os Conselhos. Através

de Cadernos Temáticos com o propósito de melhorar a atuação dos Conselhos Escolares e consequentemente, a qualidade da educação, como preconiza cada Caderno Temático:

Democratização na escola e construção da cidadania; Aprendizagem na escola; Respeito e valorização da Cultura dos estudantes e da comunidade; “Aproveitamento significativo do tempo pedagógico”; “Gestão Democrática da Educação e escolha do Diretor”; “Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação”; “Financiamento da Educação no Brasil”; “Valorização dos Trabalhadores em Educação; Conselho Escolar e Educação no Campo”; “Relação entre a Escola e Desenvolvimento como Igualdade Social (BRASIL, 2004, p. 14-13).

Assim sendo, o Conselho Escolar integra-se numa visão de Educação como prática social, que visa o desenvolvimento de cidadãos autônomos, conscientes, e emancipados para o exercício da cidadania.

2. A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

As constantes mudanças do mundo globalizado aliadas às políticas neoliberais precisam ser acompanhadas pelas instituições educacionais, tendo em vista que ciência, educação, as mudanças tecnológicas e conhecimento são bases para o desenvolvimento de uma nação. Desse fato procede em nossa escola a necessidade de se promover uma Gestão Democrática atuante, participativa, crítica e consciente de suas competências mediante o funcionamento da atuação dos conselheiros no controle social da escola.

Com base nesta discussão, fica claro que, pensar numa Gestão Democrática na escola, e, como temos vindo recorrentemente a referir ao longo deste nosso estudo, é preciso que se tenha conhecimento de um campo mais amplo acerca das políticas educacionais e de como estas estão articuladas frente às contradições existentes no mundo atual. É a partir da análise crítica sobre o processo, que se firma o gerenciamento das Escolas, e a necessidade de se projetar uma Gestão Democrática para que a comunidade escolar e local tenha a percepção de como se articula a sociedade onde vive.

Desse modo, é necessário criar concepções de democracia emancipatória a fim de articular as relações participativas entre os membros que compõem a comunidade escolar e

local. Segundo Santos (1999), essa emancipação democrática só será possível mediante a um processo participativo:

A renovação da teoria democrática assenta-se, antes de mais nada, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa. Para que tal articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo do político seja radicalmente redefinido e ampliado. A teoria política liberal transformou o político numa dimensão setorial e especializada da prática social – o espaço da cidadania – e confinou-o ao Estado. Do mesmo passo, todas as outras dimensões da prática social foram despolitizadas e, com isso mantidas imunes ao exercício da cidadania (Idem, p. 270).

Conforme o autor, a luta contemporânea deve estar voltada para a formação de sociedade democrática em que seus membros pensem politicamente nas suas organizações, sendo a escola enquanto espaço público, um local apropriado para o exercício da cidadania. Em meio a essa reflexão, faz-se necessário perceber se as escolas têm esta visão na figura dos membros do conselho enquanto representantes da comunidade escolar.

Neste modelo de gestão democrático amplamente divulgado pelo PNFCE, a descentralização do poder e a articulação e partilha das deliberações e dos poderes entre os distintos atores que compõem a escola, torna-se cada vez mais necessário. O mesmo se passa com a consolidação dos órgãos de colegiado, dos quais fazem parte o Conselho Escolar. Na verdade, com este modelo de gestão, bem diferente do apresentado no período pós-LDB de 1996 (cujo diretor/gestor é o único responsável pela escola) o Conselho Escolar é agora o seu responsável último.

Desta forma, o modelo de gestão democrática da educação apresentada no PNFCE, defende uma educação pública, universal, de qualidade, como prática e como um direito social. Defende uma escola como *locus* onde se ensina e se aprende com uma cultura de participação e de democratização escolar (CURY, 2000).

Para entender a importância do Conselho Escolar no processo de Gestão Democrática da escola, é preciso descobrir a sua concepção bem como a percepção dos atores que estão diretamente envolvidos com este veículo de participação coletiva. Conforme Abranches (2003), o Conselho é caracterizado como um órgão de decisões coletivas com a capacidade de superar as práticas do individualismo e do grupismo. Ou seja, praticar mais ações voltadas para o todo, o coletivo. A autora ressalta ainda que, se o Conselho tiver na sua composição todos os componentes da comunidade escolar, ele poderá alterar de forma progressiva o

caráter da gestão na escola e, conseqüentemente, da educação, pois poderá intervir de maneira positiva na qualidade do serviço prestado pela escola.

Dessa maneira, o Conselho Escolar revela-se, como já referimos um elemento fundamental de gestão, dado que coordena as ações relacionadas ao estudo, ao planejamento e ao processo de acompanhamento de tais ações no dia-a-dia da escola. Com essa dinâmica, a escola passará a ser um espaço privilegiado para que aconteça o exercício da cidadania, tendo o Conselho Escolar como um grande aliado nesse direcionamento. Para tanto, é preciso que essa parceria entre escola, comunidade e direção esteja em sintonia, sobretudo que a direção ouça e aceite a voz do Conselho, de forma que se estabeleça uma relação de respeito mútuo nas tomadas de decisão. Com isso, espera-se que se construa na escola um espaço participativo com ações que tenham objetivos comuns em que se perceba a participação do Conselho de forma autônoma, consciente e espontâneo com abertura para agi-lo diante de sua competência. Para isso, é preciso que as atitudes permanentes da escola se deem de forma positiva com responsabilidade diante de uma visão que permeia compromisso com as ações voltadas para o coletivo e tomadas de decisões em prol da construção de melhoramento para a escola. Conforme explicita Werle (2003, p.60):

Não existe um Conselho no vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelecer, construir e operacionalizar. Cada conselho tem a face das relações que nele se estabelecem. Se forem relações de responsabilidade, de respeito, de construção, então, é assim que vão se constituir as funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras. Ao contrário, se forem relações distanciadas, burocráticas, permeadas de argumentos, tais como:” já terminou meu horário”, “ este é meu terceiro turno de trabalho”, “vamos terminar logo com isto”, “não tenho nada a ver com isto”, com que legitimidade o conselho vai deliberar ou fiscalizar.

Sabe-se que, dentro do processo de Gestão Democrática, o diretor/ gestor da escola tem o papel de “membro nato”¹ do Conselho e, para que as decisões do Conselho Escolar no coletivo não sejam por si usurpadas, é preciso que haja a conscientização de todos os segmentos envolvidos no processo. Para tanto, é importante que os Conselhos Escolares tenham conhecimento de suas funções.

Werle (2003) enfatiza que o Conselho Escolar é um órgão formado por grupos de pessoas diferentes entre si, mas que se reúnem na escola a fim de solucionar problemas e desenvolver atividades, que de alguma forma possa contribuir para o desenvolvimento da

¹ “Membro Nato” – significa que o diretor, ou seja, o gestor da escola faz parte do Conselho Escola sem que haja necessidade de ser eleito pelo voto.

instituição. A implementação de uma gestão democrática na escola de hoje é uma exigência da sociedade, que luta por possíveis caminhos em busca de transformação política e social, tendo a igualdade, solidariedade e justiça como méritos de superação frente às injustiças. Segundo Freire (1996, p. 42):

A solidariedade social e política que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, têm na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado.

Nessa perspectiva, a formação do sujeito perpassa a simples formação de obediências aos princípios do autoritarismo, dando oportunidades de luta de busca por justiça com autonomia. Neste contexto, é preciso entender que as atribuições do Conselho Escolar estão atreladas as diretrizes do sistema de ensino e das definições tanto da comunidade local como da comunidade escolar, com o entendimento de que o regimento, a ser construído com a participação do coletivo na escola, institui a referência legal básica para o seu funcionamento. Para tanto, é importante que as unidades educativas tenham autonomia para a elaboração do seu próprio regimento. Em meio às principais atribuições do Conselho Escolar, é bom ressaltar ainda a sua função de coordenar o coletivo dentro da escola, viabilizando a criação de mecanismos de participação e tomadas de decisões, bem como acompanhar o desenvolvimento da prática escolar, inclusive, o processo ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o Conselho Escolar está vinculado ao processo político-pedagógico, uma vez que, é política por estabelecer a possibilidade de transformações defendidas no seio das práticas educativas escolares. E é pedagógica, na medida em que indica os mecanismos necessários para que tais transformações de fato, venham acontecer.

3. O CONSELHO ESCOLAR NA REPRESENTATIVIDADE DAS COMUNIDADES: ESCOLAR E LOCAL

No que concerne a formação para compor a representatividade dos conselhos obedecerá à realidade de cada escola. Dessa forma, a quantidade de representantes para a composição de cada segmento varia de acordo com o tamanho da instituição e do número de classes e de alunos que ela possui. Todas as pessoas ligadas à escola podem fazer parte da

estrutura e do funcionamento do Conselho Escolar, com autonomia para a representatividade e tomada de decisão sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando-se não só uma via de participação, mas também uma ferramenta de gestão da própria escola.

Romão (2000, p. 70) esclarece que “com exceção do diretor, que é membro nato, todos os outros membros do conselho são eleitos por seus pares, isto é, todos os professores da escola elegem, por voto direto, os professores que os representarão no Conselho.” Todos os alunos da escola, também escolhem os alunos que irão representar e assim sucessivamente. Fica assim a cargo de cada rede de ensino por intermédio de seu Regimento Comum determinar as atribuições, o funcionamento e a composição dos Conselhos da Escola.

Há ainda, nas instituições escolares, a possibilidade de cada Conselho de Escola poder dependendo da necessidade, elaborar um regimento interno e estabelecer normas relativas à eleição de seus membros, à convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias e outras pendências relativas ao bom andamento das atividades educacionais. Com explicita Gadotti (2000, p. 72).

É no Conselho que os problemas da gestão escolar devem ser discutidos e é nele que as reivindicações educativas serão analisadas para, se for o caso e dependendo dos encaminhamentos e da votação em plenária, serem aprovadas e remetidas para o corpo diretivo da escola que se encarregará de colocá-las em prática.

Percebe-se que é de grande importância a dinâmica do funcionamento do Conselho Escolar quando é levado a sério no âmbito da escola. Ele participa e acompanha o desenvolver das ações da escola num processo contínuo escolar. Para tanto, é preciso que as escolas estejam estruturadas de forma organizada para subsidiar o processo dinâmico em todos os seus aspectos de funcionamento. Como explicita Libâneo (2004, p. 127):

Toda instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no regimento escolar ou em legislação especial estadual ou municipal. O termo estrutura tem o sentido ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um todo, no caso a escola (...) a estrutura organizacional de escolas se diferencia conforme a legislação dos estados e municípios e conforme concepções de organização e gestão adotadas.

Para que haja um trabalho sólido nas escolas é preciso que estas estejam de forma organizada e estruturada conforme concepções de organização e gestão que possam viabilizar o bom andamento das instituições escolares. Nessa direção, faz-se necessário lembrar que os Conselhos Escolares representam tanto a comunidade escolar como a comunidade local, atuando em conjunto a fim de definir caminhos para a tomada de decisões e as deliberações que são de sua responsabilidade. Portanto, é preciso que a comunidade escolar esteja aberta e em sintonia como à comunidade local. O distanciamento entre a escola e a comunidade dentro de uma visão de Gestão Democrática, precisará ser substituído por uma nova forma de encarar o relacionamento entre escola e comunidade, ampliando assim a relação saudável e construtiva com a presença viva das famílias e da sociedade no espaço da escola. Como refere Lück (2010, p. 86):

A participação dos pais na vida da escola tem sido observada em pesquisas, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola.

Não obstante, ainda existem entraves às práticas coletivas em benefício das transformações importantes para a melhoria do ensino e aprendizagem. E para superar estes entraves, é preciso reconhecer que “a democratização se faz na prática”. A partir dos envolvimento de todos diretamente com os problemas da escola, se interessando com o desenvolvimento continuado da escola. Pois “a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta” (PARO, 2001, p. 18).

Dentro dessa realidade concreta pode-se citar dentre as competências dos Conselhos Escolares a participação na elaboração do PPP que permite definir os rumos e as prioridades das escolas numa expectativa emancipadora, privilegiando os interesses e as necessidades da maioria da sociedade onde a escola está inserida.

Nessa perspectiva, é preciso que todos esses aspectos sejam considerados e estando coerente com o projeto de sociedade que se pretende construir, ou seja, um projeto de sociedade que esteja efetivamente compromissado com os interesses e as necessidades da maioria excluída de seus direitos de cidadãos.

A participação dos pais e estudantes nas decisões do Conselho Escolar, embora nem sempre seja linear, o fato de ser aí o local onde se tomam ou se confirmam decisões importantes para o bom funcionamento da escola, faz com que este órgão se torne o lugar

ideal para se resolver importantes contradições da vida escolar. Para o autor, valorizar este espaço significa que o modo de entender a gestão escolar já não é o mesmo. (Idem)

3.1 O Conselho Escolar e Elaboração do PPP

A gestão democrática da escola, está plasmada no seu Projeto Político Pedagógico, na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, entende que as relações de poder dentro das escolas têm a obrigação de gerar integração, cooperação e participação, e, como tal as propostas têm que ser construídas e reconstruídas pelos atores envolvidos com a escolarização. Por isso, o PPP, enquanto documento estruturante deve ser concebido como tarefa que "não se limita ao âmago das relações interpessoais, mas que se torna realisticamente situada nas estruturas, nos recursos e limites que a singularizam, envolvendo ações continuadas em prazos distintos" (MARQUES, 1990, p.22). Tal postura obriga a que se inscreva numa visão conjunta, relacionando as dimensões da intencionalidade com as da efetividade e possibilidade. E o PPP tem que ser viável; isto é, colocado em prática, deve ser exequível e adotado coletivamente pelo grupo, ou seja, pelos vários segmentos da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, pais e representantes da comunidade). Só assim será participativo e democrático.

O PPP assim compreendido é uma ferramenta formativa e auxiliadora do desenvolvimento de uma ação colaborativa, uma vez que não se constroem PPP por decretos ou intervenções exteriores à escola. O PPP constrói-se com o próprio grupo de professores, alunos, pais, funcionários, representantes da comunidade no âmbito da prática pedagógica (Arroyo, 2003).

Como tal, a Escola não consegue sobreviver de forma democrática e participativa se não for detentora deste documento estruturante que lhe dê diretrizes que regulem os seus trabalhos durante o ano letivo. Por isso, e como refere Oliveira (2005, p. 40).

Um conceito fundamental para pensar a educação é o de Projeto, pois ele se recusa a considerar a escola como um modelo ideal, pronto e acabado. Uma escola como um modelo ideal e não flexível não existe, uma vez que ela vai se construindo nas contradições do seu cotidiano, que envolve situações diversas, correlações de força em torno de problemas, impasses, soluções, vivenciados a cada momento.

É através do PPP que são pensadas e projetadas as ações pedagógicas para serem colocadas em vigor, tendo em conta a realidade que regula a escola, bem como os fatores socioeconômicos, que exercem influência no processo de ensino e aprendizagem.

A construção PPP requer uma visão ampla, capaz de visualizar estratégias eficazes e promotoras de um bom desempenho das suas atribuições. Como tal, a sua elaboração não se pode restringir ao Diretor/Gestor, coordenador, supervisor, professores e alunos, mas deve envolver toda a comunidade local. Para Veiga (2003, p. 12) “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos a intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente”.

O envolvimento da família na escola enriquece o texto do PPP, uma vez que a escola surge como um espaço relacional traçando a sua identidade numa atuação conjunta de valorização das diferenças, concebendo cada estudante individualmente. Por isso, o PPP é um documento dinâmico, que contempla o referencial das práticas e da gestão escolar. Como afirmam Azevedo e Andrade (2012, p. 206) traz “a possibilidade dos próprios educadores elaborarem o Projeto Político Pedagógico da Escola como referencia para as suas ações”.

O PPP é imprescindível numa gestão democrática, pois a democracia é um dos seus princípios norteadores. Para Bussmann (2008, p. 42)

A prática democrática faz com que as decisões sejam precedidas de discussão. Tomada a decisão, a discussão fica suspensa num certo sentido para que a decisão implemente-se. Portanto, no debate livre e democrático, palavra e ação reclamam-se reciprocamente, mas não se substituem.

A criação de instâncias colegiadas é importante para garantir a representatividade, a legitimidade e a continuidade das ações educativas propostas no PPP. Entre os órgãos de gestão, o Conselho Escolar é como temos vindo a referir, concebido como um local de debate e de tomada de decisões. É uma das instâncias colegiadas da escola. Por isso mesmo, a participação de toda a comunidade na elaboração do PPP exige um compromisso conjunto. Para ser vivida, a democracia participativa precisa de políticas educativas onde o papel do Conselho Escolar seja fundamental para uma educação de qualidade.

3.2 Conselhos Escolares e Exercício da Cidadania em Comunidade

Na conjuntura das lutas pelo crescimento dos espaços de participação política, as organizações populares brasileiras, principalmente os educadores, têm prestado um relevante papel no sentido de democratizar as políticas públicas de educação. Segundo Aguiar (2008) essas lutas convergiram para o processo de definição da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), de 1988, assim como, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei n. 9394/1996) que ratifica os preceitos constitucionais e especificando os níveis e modalidades que compõem a educação nacional, como também, a organização do sistema de ensino no país, as formas do financiamento e as competências dos entes Federados tais como: a União, Estados e Municípios. Esta Lei estabelece no artigo 14 que os sistemas de ensino deverão definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades, ou seja, suas especificidades (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e as modalidades da educação).

Como já foi mencionado anteriormente, são essas leis que estabelecem as normas e diretrizes para que se possa viabilizar a organização e gestão do sistema educacional brasileiro. Estas orientam as ações, oriundas das políticas e dos programas que objetivam a garantia do acesso, da permanência com qualidade, da gestão democrática e do financiamento da educação, em seus diferentes níveis e modalidade de ensino.

Neste direcionamento, vê-se uma ampla abertura para o crescimento democrático através do incentivo do governo federal em promover programas, políticas e projetos voltados para a construção de uma gestão participativa nas escolas, amparados por lei, como no artigo 211 da Constituição Federal que dispõe a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarem em regime de colaboração, seus sistemas de ensino. Exemplo dessa iniciativa é a criação PNFCE a 17 de Setembro de 2004, pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, através da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino (CAFISE) e do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (DASE), pela Portaria Ministerial número 2.896/2004. Este Programa consiste numa ação da administração central à luz do disposto no art. 211 da CF/1988 sobre o regime de colaboração federativa na organização dos sistemas de ensino e visa o estímulo à implantação e à consolidação de Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica (ALVES, 2012).

O PNFCE é um programa desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica (SEB) tendo com finalidade promover a cooperação do MEC com os sistemas estaduais e municipais de ensino, a fim de que se possa melhorar o desempenho dos conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica de todo o país.

Atrelado a este objetivo de melhoramento do desempenho dos Conselhos Escolares, envolveu também no processo de formulação dessa política, organismos e entidades nacionais e internacionais com o objetivo de analisar e apresentar propostas que fortalecessem a gestão democrática e os conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica.

Pode ser citado nesta integração de grupo de trabalho envolvido pelo MEC, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Coned); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); a Organização das Nações Unidas para a Infância (Unicef); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Neste espaço de integração, a SEB/ MEC procurou também, consultorias de especialistas na área de gestão da educação em universidades brasileiras a fim de que estas pudessem colaborar com a produção do material a ser destinado para formação dos conselheiros de forma arquitetado para a operacionalização do programa.

Foram produzidos pela equipe responsável, cadernos Temáticos os quais deveriam manter uma boa consistência teórica, mas ao mesmo tempo com uma linguagem acessiva ao público destinado para que este pudesse compreender melhor, a filosofia do programa e tivesse um entendimento mais aprofundado do que realmente poderá ser uma atuação colegiada na escola com princípios democráticos.

O PNFCE é composto de um caderno instrucional designado de “Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública” e está direcionado para os dirigentes e técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação. Tem ainda mais onze cadernos instrucionais destinados aos conselheiros escolares:

Caderno 1 - Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania;

Caderno 2 – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola;

Caderno 3 – Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade;

Caderno 4 – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico;

Caderno 5 – Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha de diretor;

Caderno 6 – Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação;

Caderno 7 – Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil;

Caderno 8 – Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação;

Caderno 9 – Conselho Escolar e a educação no campo;

Caderno 10 – Conselho Escolar e a relação entre escola e o desenvolvimento com igualdade social;

Caderno de Consulta (11) – Indicadores da Qualidade na Educação.

Todo este material foi criado no intuito de fomentar o debate e aprofundamento do princípio legal da gestão democrática da educação, sobretudo em fazer sobressair o importante papel do Conselho escolar (ALVES, 2012).

Os Cadernos idealizavam os Conselhos Escolares “órgãos colegiados compostos por representantes da comunidade escolar e local, com a atribuição específica de deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola”. (CADERNO1. p.33)

Neste direcionamento, percebe-se que a ideologia do Programa em considerar que os membros do Conselho Escolar representam tanto a comunidade escolar, como a local, proporciona a atuação coletiva e define estratégias a partir de tomadas decisórias sobre assuntos de sua competência e responsabilidade. Assim sendo, a grande preocupação do Programa é a de que nas escolas se desenvolvesse um modelo de uma gestão participativa e atuante.

Com essa visão, o Conselho Escolar seria um espaço que poderia possibilitar momentos de “discussões, negociação e encaminhamento das demandas educacionais” contribuindo assim, para o crescimento da gestão democrática na escola através da participação social de todos. Nesse sentido, o Conselho Escolar é “uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã” (CADERNO1. p.33).

Aguiar (2008, p.9) afirma que “essa concepção de conselho escolar, de caráter democrático, contrapõe-se à tradição patrimonialista do Estado brasileiro, que exhibe relações sociais permeadas pelo clientelismo e pela política do favor.” A autora ressalta ainda que, é preciso rever quais rumos se pode tomar em meio a um programa governamental para o setor da educação, contrapondo à cultura tradicional. Para ela é entrar para “o terreno da utopia”. É essa ideia utópica que fundamenta os conteúdos dos Cadernos Temáticos, pois demonstram

o interesse pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pautada em relações democráticas e que busca respeitar as diferenças valorizando as opiniões de todos.

Nessa perspectiva, a escola pública tem uma função muito determinante, que é conduzir o processo de construção de uma cidadania participativa através do envolvimento coletivo e permanente das comunidades escolar e local. Nessa busca, os Conselhos Escolares são grandes aliados, uma vez que, como instância colegiada, composta por representantes dos diversos segmentos da escola e também da comunidade local, compete-lhe coordenar e fazer o acompanhamento das discussões referentes às prioridades e aos objetivos relevantes da escola. Paro (1998) ressalta a relevância do Conselho Escolar e o seu papel na efetivação da gestão participativa na escola como um fator de grande importância social. O autor destaca que, embora nem sempre as atribuições a eles delegadas, não sejam respeitadas em sua dimensão prática, este colegiado tornou-se a expressão visível da representação escolar. Oferecendo aos funcionários, professores, pais e alunos a mesma oportunidade de reivindicação, fiscalização e manutenção das melhorias nas condições tanto pedagógicas, como materiais e físicas da escola. Assim, os Conselhos Escolares tornam-se num espaço político de aprendizagem e de socialização do poder, no qual, se aprende, interroga sobre a administração os assuntos pedagógicos, ouvindo e sendo ouvido pela comunidade escolar e local. Esse espaço deve ajudar na garantia de direitos, promovendo a união, organização, integração, trabalho conjunto e aproximação (Abranches, 2003).

Nessa direção, a proposta que viabiliza uma maior integração entre escola e comunidade se encontra como já referimos, no **Projeto Político Pedagógico (PPP)** da escola, por ser um documento que retrata as funções representativas, diretivas e deliberativas de todos os setores e agentes tanto administrativos como pedagógicos da escola. Dessa forma, o P P P institui-se um referencial das práticas e ações da escola. De acordo com os Cadernos Temáticos de formação dos conselheiros, esse projeto é arquitetado como:

Um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar (CADERNO 1, p.33).

Nessa perspectiva, a escola enquanto espaço apropriado para a formação humana e a socialização do saber sistemático, precisa entender que é a partir da construção coletiva do

Projeto Político Pedagógico que se abre a oportunidade para a concretização de um saber construído com a participação de todos os envolvidos no processo educativo, norteando assim, as ações desenvolvidas na escola. Entretanto, quando se trilha em um caminho diferenciado, como no caso, a gestão participativa, essa postura traz várias implicações tanto pedagógica como administrativa para o seio das escolas, de modo que essas precisarão buscar meios apropriados para incentivar a participação da comunidade escolar e local na definição do planejamento de suas ações pedagógico-administrativas no tocante das prioridades relevantes para o funcionamento das instituições de forma colegiada. Nessa direção, o Caderno Temático (7) se refere a essas ações da seguinte forma:

O planejamento participativo visa não só democratizar as decisões, mas fundamentalmente estabelecer o que é prioritário para os atores envolvidos e constitui-se um ato de cidadania, na medida em que esse processo possibilita a definição da concepção de homem, de educação e de mundo com os quais a escola deve trabalhar, de determinados programas e investimento e a avaliação das condições e consequências para a sua implementação. (p.60)

Nesse contexto, é fundamental a presença do Conselho Escolar, visto que, é um órgão representativo de todos os segmentos da sociedade. Cabendo a este, participar da efetivação do processo de gestão coordenando e acompanhando as discussões relevantes para o bom andamento das ações prioritárias da escola, assim ampliando o espaço de debates e fortalecendo o exercício pleno de cidadania na escola. O Caderno Temático (11) que trata do tema: “Conselho Escolar e Direitos Humanos” visa englobar:

Essa temática na pauta das discussões dos conselhos escolares e dos técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação. A relevância da temática deste caderno se justifica pela importância da educação e da escola na construção e no exercício da cidadania, constituindo-se em espaços de viabilização dos Direitos Humanos, que têm se traduzido num grande desafio para a humanidade, sobretudo em tempos marcados pela negação desses direitos como decorrência, dentre outros fatores, do processo de globalização excludente. (CADERNO 11, p.10)

Nesse sentido, o programa também enfatiza os Direitos Humanos como instrumentos norteadores e fundamentais para direcionar a vida das pessoas com direitos garantidos desde o nascimento, assegurando a todos os seres humanos os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. Cobrando das autoridades mais compromisso com a aplicabilidade das políticas públicas em benefício da melhoria de qualidade de vida das pessoas. Assim, o

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares preocupou-se em atrelar aos outros princípios básicos de gestão com participação efetiva de todos, os Direitos Humanos, reconhecendo a longa trajetória de luta do Brasil pelo respeito a esses direitos, especialmente quando se constata a histórica e constante violação desses direitos, questão essa que ainda se perpetua até os dias de hoje.

É bom ressaltar ainda, que nessa luta de abrangência internacional, o Brasil é considerado um “signatário dos principais documentos produzidos,” adicionando “demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz” (PNEDH, 2007, p.9). Compreende-se assim, que todo o conteúdo e objetos acoplados ao Caderno (11) de formação dos conselheiros escolares e dos técnicos das Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, trazem à tona, a importância de afirmar como princípios básicos na construção do sujeito, “os Direitos Humanos”. Através dessa iniciativa, o Brasil confirma “a sua condição de universalidade, indivisibilidade e interdependência no trato das políticas, na perspectiva da produção da igualdade, da equidade e o respeito à diversidade, com vista à consolidação da democracia do povo brasileiro” (CADERNO11, p.10).

Dessa forma, a efetivação da aplicabilidade dos Direitos Humanos nas ações cotidianas da vida escolar é importante para a construção de uma educação que prisma por uma prática social e política, voltada para a concretização de uma escola como espaço de formação de cidadãos de direitos e de respeito. Torna-se assim, um local onde se constrói as relações sociais igualitárias, ajustadas por princípios democráticos, que adotam uma ética de respeito à dignidade e integração da pessoa humana, enquanto sujeito participante da construção da história da humanidade com direitos e deveres.

3.2.1 O papel do Conselho Escolar como instrumento de reflexão e de difusão dos Direitos Humanos e Cidadania na escola e na comunidade

Para entender os Direitos Humanos em sua plenitude, é preciso ressaltar como acontece de fato o cumprimento da legislação na prática do dia a dia das pessoas. A 10 de Dezembro de 1948, foi promulgada a Declaração dos Direitos Humanos Universais através da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), com o ideário de liberdade comum a todos os seres humanos.

Em 1988, foi elaborada no Brasil a Constituição Federal a qual fixou nos seus artigos um novo quadro de leis relativamente aos direitos e deveres dos cidadãos que se compromete em assegurar:

O exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. No artigo 5º diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” E o artigo 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988, p.5).

Neste contexto, a Constituição Federal reforça o ideário da Declaração dos direitos Humanos de 1948. Composta por 30 artigos os quais discorrem os direitos universais das pessoas, ressaltando no artigo I que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e reforça no artigo III que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança.” Bobbio, (1992, p 28-30) ressalta que:

Somente depois da Declaração Universal é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade – toda humanidade – partilha alguns valores comuns; e podemos, finalmente, crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens.

Além do mais, é preciso que se entenda que estes artigos são vinculados entre si, sendo fraternalmente ligados, por isso não se podem separar os direitos humanos universais, visto que eles agem na sociedade de forma intrínseca, pois “à medida que são acrescentados ao rol dos direitos fundamentais da pessoa humana eles não podem mais ser fracionados” (BENEVIDES, 1998, p.44). Como está conceituado na própria Lei:

Direitos decorrentes da dignidade do ser humano, abrangendo, dentre outros: os direitos à vida com qualidade, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança, ao trabalho e à diversidade cultural. (BRASIL, 2003, p. 10).

Dessa forma, os Direitos Humanos são norteadores fundamentais para direcionar a vida das pessoas com direitos garantidos desde o nascimento, assegurando a todos os seres humanos os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar.

Partindo deste princípio, segundo o documento do Ministério da Educação (MEC, 2008), para que aconteça plenamente a cidadania é preciso que haja mobilização coletiva e, para isso, tem que haver compreensão de todos a respeito do cumprimento dos seus direitos. O papel da educação no espaço escolar é o de viabilizar uma aprendizagem voltada para a formação dos sujeitos de forma que estes aprendam para a vida em sociedade.

Neste direcionamento, a escola para garantir os direitos dos alunos e torná-los cidadãos conscientes para lutarem pelos seus ideários, precisa ter um olhar voltado para estes princípios de cidadania.

Como afirma Benevides (1998, p. 158)

Para a construção de uma sociedade democrática é necessária uma educação que atue: [...] desde a escola primária, no sentido de enraizar hábitos de tolerância diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, ao bem comum.

Assim, para que aconteçam de fato mudanças e transformações sociais ao meio da complexidade do mundo com tantas desigualdades e injustiças, a educação precisa estar atrelada a essas interferências para que as práticas escolares se voltem em favor do bem comum na comunidade escolar e local. E isto deve acontecer desde os primeiros anos de escolaridade.

A Constituição Federal assegura no Art. 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1998, p.118). A Constituição dá ênfase neste artigo à educação em direitos humanos e cidadania, focalizando que é direito de todos e dever do Estado e da família, ou seja, o Estado é responsável em ofertar para todos os cidadãos o direito à garantia a educação e a família a responsabilidade da permanência do aluno na escola e esta tendo o papel na perspectiva da construção da cidadania democrática.

Nessa direção, se entende que a formação para o exercício da cidadania requer, como explicita Benevides (1994, p. 8):

A educação para a participação da vida pública, o que implica na tomada de consciência dos direitos e deveres do cidadão; - a educação para a ética na política, que consiste na formação através da valorização e do desenvolvimento das virtudes republicanas e das virtudes democráticas. Que a educação para a cidadania, assim como sua extensão para os

direitos humanos, tem como premissa a superação da antiga visão liberal - e “neo-liberal” reformada - sobre educação e cidadania.

Nesse direcionamento, Paulo Freire (2005, 2006) nos faz refletir acerca de uma educação com a possibilidade de ajudar a desenvolver no sujeito um cidadão humano com postura e habilidade política. Para tanto, Vieira (2001) acrescenta que nessa perspectiva há a necessidade da formação de uma cidadania global fundamentada no princípio da sustentabilidade, enraizada na solidariedade, na diversidade e sobre tudo, na democracia dos direitos humanos com visão de uma escala planetária. Ou seja, formar este sujeito para ser cidadão do mundo com criticidade diante dos fatos.

O Brasil vem lutando para que o exercício da cidadania se torne uma prática na vida dos brasileiros. Busca-se democratizar o espaço escolar a fim de que aconteça a democratização deste espaço a favor de uma dinâmica ativa e participativa de gestão. Nessa direção, o Plano Nacional em Educação dos Direitos Humanos (PNEDH) visa, principalmente:

Difundir a cultura de direitos humanos no país. Essa ação prevê a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de redemocratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo estado brasileiro como políticas públicas universais. (BRASIL, 2007, p.18).

O PNEDH é um documento que possui uma abordagem importante para a legitimação da Educação em Direitos Humanos, o qual propaga o desenvolvimento de uma educação que valoriza e respeita a dignidade humana, contemplando todos os níveis de educação. Configurando assim como os princípios previstos pela Constituição Federal Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal nº 9.394/1996) que afirmam o exercício da cidadania como uma das finalidades da educação, ao estabelecer uma prática educativa “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB, 9.394/1996).

Neste contexto, o papel do Conselho Escolar é de grande importância para a vinculação do trabalho efetivo na escola, tanto no aspecto administrativo quanto na dimensão pedagógica. **O Caderno Temático (11)** que trata do tema em discussão reforça essa tese,

quando divulga a necessidade e urgência de fortalecer os conselhos escolares na questão da difusão da educação em direitos humanos para a abrangência dessa cultura por meio das escolas, constituindo assim, passo relevante para a conscientização dos alunos, dos trabalhadores em educação e representantes de comunidade no tocante de luta pela garantia de seus direitos e pela conquista de novos direitos. Nessa caminhada, “o Conselho Escolar pode e deve contribuir como protagonista, ao exercer ação mediadora nos processos de articulação entre a escola e outras organizações da sociedade na defesa e proteção dos direitos humanos” (CADERNO11, P. 87). O documento ainda ressalta que:

O conselho escolar, ao assumir papel decisivo na vivência da proposta curricular e na construção e implementação do projeto político-pedagógico da escola, deve fazer com que a educação em direitos humanos seja contemplada. A criação de espaços para a promoção de estudos, reflexões e discussões no cotidiano da escola deve construir uma ação inovadora do conselho escolar, criando condições para a formação da consciência crítica acerca da importância da instalação de uma cultura de direitos Humanos. (CADERNO 11, P. 87)

Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos precisa compor-se como tema do currículo escolar, tornando-se uma ligação integradora para a consolidação de todos os componentes curriculares inteirados nos conteúdos que deverão ser trabalhados nas diversas linguagens, como a verbal e a não-verbal. (Caderno Temático 11, p. 88). Dessa forma, na condição de uma instância de base, o Conselho Escolar é considerado um espaço para o exercício da prática da democracia participativa. “A atuação articuladora entre escola, comunidade e outras instituições sociais confere ao Conselho Escolar o poder social, possibilitando-lhe agir como interlocutor de diferentes instâncias da educação e da própria sociedade”. (CADERNO 11, p.88)

Assim, com o poder alegado ao Conselho Escolar lhe possibilita tomar parte nas decisões da escola, podendo influenciar nas políticas educacionais e nos projetos da escola, como também, propor ações inovadoras que venham contribuir para melhoria da qualidade da educação escolar, para o crescimento da gestão democrática e para a garantia dos Direitos Humanos atrelados à reflexão consciente e ao exercício da cidadania.

CAPÍTULO III- METODOLOGIA DO ESTUDO

1. PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

Este estudo procura compreender as relações que ocorrem na escola pública no que diz respeito à sua gestão democrática, tendo em atenção o papel do Conselho Escolar. Através deste órgão deliberativo, promove-se o diálogo e a interdependência entre os agentes diretos da escola (gestão, corpo docente e demais funcionários) e os agentes indiretos (membros da comunidade). Como tal, assumir o papel de conselheiro numa instituição escolar é um desafio muito grande, uma vez que se trata da sua atuação dentro de um procedimento de gestão democrática que visa o trabalho coletivo, autônomo e participativo.

Entre os anos de 2003 e 2010, o governo federal efetuou múltiplas políticas, programas e ações com vista à descentralização e democratização da educação. O grande objetivo era o de reorientar a política de gestão educacional, dirigindo a sua atuação pelo princípio da defesa da educação de qualidade, a partir da inclusão e democratização (ALVES, 2012)

Embora o governo federal tivesse apresentado políticas centralizadoras e reguladoras de gestão, foi com o **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**, que se passou a dar um relevo mais especial à prática da gestão estratégica. Daqui saiu o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE). A originalidade da iniciativa passa pela administração central a fim de proporcionar colaboração técnica em assunto pertencente à gestão democrática da escola, através de um Programa aberto à adesão voluntária.

O Conselho Escolar permite à escola o exercício pleno da sua função social que é o de garantir a promoção da cidadania através da educação. Para que tal aconteça é necessária uma relação estreita entre a direção/gestão da escola com o Conselho Escolar de forma a garantir que a escola consiga desempenhar, de forma satisfatória e eficaz, as suas obrigações, principalmente quando estas dizem respeito ao bem-estar social. (PARO, 2001)

2. QUESTÃO DE PARTIDA

Tal problemática faz-nos relemburar a nossa questão de partida:

- Em que medida a atuação do Conselho Escolar, através do desempenho de suas funções, tem contribuído para o processo de gestão democrática participativa e atuante por todos os componentes, numa Escola da Rede Municipal de Ensino de Santa Luzia do Itanhi/SE?

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral:

- Averiguar se a atuação do Conselho Escolar tem contribuído para o processo de gestão democrática participativa e atuante por todos os componentes numa Escola da Rede municipal de Ensino de Santa Luzia do Itanhi/SE.

3.2. Objetivos específicos:

- Identificar se há na escola práticas direcionadas para o fortalecimento de um Conselho Escolar autônoma, atuante e participativo com base na atuação e visão dos conselheiros escolares e do diretor da escola;
- Averiguar o modo como as comunidades escolar e local percebem o tipo de gestão realizada na escola frente aos princípios democráticos a partir da atuação dos conselheiros no cumprimento de suas funções;
- Verificar se o Conselho Escolar funciona como um instrumento político de democratização na escola e seus reflexos para o conjunto de toda a comunidade escolar e local;
- Relacionar a liderança e atitudes do diretor com a dinâmica de uma Gestão Democrática participativa no ambiente escolar levando em conta o trabalho coletivo com a participação do conselho escolar.

4. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Tendo em atenção a nossa Questão de Partida e os objetivos a atingir, optamos por uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa. A escolha por essa abordagem incidirá na

investigação sobre o prisma da Gestão Democrática, à luz da atuação do Conselho Escolar no âmbito da escola pública, uma vez que se objetiva focalizar e compreender os aspectos individuais e específicos deste fenômeno. Segundo Minayo, (1994, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa permite a compreensão e a interpretação do objeto em estudo, com base na expectativa dos sujeitos envolvidos.

Para a elaboração desta pesquisa recorremos a fontes primárias à entrevista. Segundo Gil (2009, p. 109), “a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais [...] De certo, por apresentar flexibilidade e ser adotada nos diferentes campos das investigações sociais.

5. FONTES E INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS

5.1. Documentos

Para a realização desta pesquisa, recorremos a documentos comprobatórios, como Atas de reuniões, Proposta Pedagógica da Escola, Regimento Escolar e a Lei Municipal 710/2006 que pudessem confrontar com os dados colhidos na pesquisa de campo e com a pesquisa bibliográfica, o que veio ajudar no entendimento de como as ações desenvolvidas por esse Conselho têm relevância para a melhoria e manutenção das condições que visa à qualidade do ensino e aprendizagem na escola.

5.2. Entrevista

A dimensão qualitativa da abordagem metodológica por nós definida, contempla a entrevista estruturada, realizada com todos os intervenientes do Conselho Escolar da escola em análise. Antes de realizarmos esta atividade, foi feita uma visita prévia à Escola de Ensino Fundamental em estudo, acompanhado de um ofício direcionado à diretora a fim de que fosse

autorizado o trabalho de campo. Em seguida, foi feito o reconhecimento do local onde seria realizada a pesquisa, incluindo a direção da escola, os professores, os alunos, os funcionários, os conselheiros membros do Conselho Escolar e, sujeitos da pesquisa, a infraestrutura da escola. Depois esclarecemos aos entrevistados, os objetivos e as questões abordadas, informando que a sua participação era de forma voluntária e os dados seriam preservados através do anonimato. Após a anuência de todos, marcamos a data, horário e local para as entrevistas. Solicitamos ainda a autorização para as gravações, para depois as transcrevermos (ver apêndices).

6. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

6.1. Caracterização do município

O município de Santa Luzia do Itanhi localiza-se na região Centro Sul do Estado, a 76 km da Capital Aracaju. Historicamente, as Terras desse município foram as primeiras do Estado a serem povoadas na época do Brasil colônia. Muitos jesuítas fundaram povoações e a região era bastante favorável para o aporte de escravos vindos da África, porque existem nessas terras, muitos rios recurvados devido à influência do estuário, favorecendo as fugas e formação de vilarejos. Inicialmente, Santa Luzia do Itanhi foi batizada como “Aldeia de São Tomé”, onde foi rezada a primeira missa da província Sergipana pelo Jesuíta Padre Gaspar Lourenço em 1575.²

Atualmente, o município engloba uma área territorial de 325,732 Km² e uma população de 12.969 habitantes de acordo com o último Censo do IBGE (2010) e corresponde a cerca de 1% do total populacional do estado. A maior parte desta população localiza-se na zona rural com 68% e 32% dos demais habitantes residem na zona urbana. No que se refere à sua renda per capita, visualiza-se uma concentração, sustentando-se basicamente da economia informal com ênfase na pesca artesanal e agricultura de subsistência (cultivo de laranja, coco e mandioca).

Pelo fato do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de Santa Luzia do Itanhi/SE ser

² Enciclopédia dos municípios Brasileiros, Instituto histórico e geográfico de Sergipe; João de Oliveira Alves;

Nicéias Gualberto Batista e o pesquisador Luiz Fernando Ribeiro Soutello. CIFORM 225.

de apenas 0,545% (o município alcança a marca do 4º pior índice no IDH do Estado) e entre os 30 (trinta) piores do País, é notável a grande necessidade de melhorias na qualidade de vida da população de um modo geral. Neste sentido, a educação é um dos principais caminhos para minimizar os problemas enfrentados há décadas. Mas associação com outros veículos viabilizará melhorias em todos os patamares sociais (IBGE, 2010).

6.2. Caracterização da Escola e do Conselho Escolar

A escola Municipal pública em análise está localizada na Zona Rural, Município de Santa Luzia do Itanhi/ SE, região Nordeste do Brasil. Fundada em 1973, na época funcionava em apenas uma sala de aula pela manhã e pela tarde com turmas de 1ª à 4ª série (multisseriado). Atualmente, a escola é composta por nove salas de aula, uma secretaria, uma cantina com dois depósitos, fruto da reforma a que foi feita em 2011.

A escola possui um quadro de professores com 11 professores sendo que 05 são graduados em pedagogia, 01 em Letras/ Português, 01 em Biologia e pós-graduado com especialização em Meio Ambiente; 01 professor graduado em Matemática; 01 professor graduado em História; 01 professor graduado em Educação Física e 01 professor graduado em Letras/ Português/Inglês. As demais disciplinas como Geografia, Ensino Religioso, Arte e Sociedade e Cultura são ministradas por estes mesmos professores. Conta com uma secretária administrativa com a formação em Ensino Médio completo. O quadro pessoal de apoio é constituído por: 03 serventes; 03 merendeiras; 03 vigias. A diretora é graduada em pedagogia com especialização em Educação Infantil. A escola possui uma Coordenadora Pedagógica graduada em pedagogia.

A quantidade de alunos matriculados e estudando é de 227 distribuídos em 12 turmas: 14 alunos de 02 a 03 anos na Creche; 19 alunos de 04 a 05 anos no Pré-escolar; 10 alunos no 1º ano; 11 alunos no 2º ano; 24 alunos 3º ano; 12 alunos no 4º ano; 27 alunos no 5º ano; 27 alunos no 6º ano A; 26 alunos 6º ano B; 20 alunos 7º ano; 20 alunos no 8º ano 17 alunos 9º ano.

Contextualizando a existência do Conselho Escolar na referida escola, foi criado em 1995 com a necessidade do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), programa de descentralização instituído pelo governo federal. E somente ganhou um caráter de Conselho democrático com função legal de interferir nas questões administrativas e pedagógicas da Escola, no ano de 2007, com a implementação da Lei Municipal de Gestão Democrática

número 710/2006. O questionamento que este objeto de pesquisa faz é: em que medida e possibilidade o Conselho Escolar atua na escola constituindo como um forte aliado para fortalecimento da gestão democrática? Há na escola espaço para esta construção na verdade? E o que pode ser feito para o bom andamento? Com o resultado da pesquisa pretenderá que esta, se abra espaço de discussão e divulgação acerca da temática como forma de contribuir com práticas e debates mais coesos no tocante da gestão democrática na escola a partir da participação de todos no intuito da melhoria das ações voltadas para a superação de dificuldades e entraves que dificultam o bom andamento da escola em benefício de uma educação de qualidade para todos.³

7. SUJEITOS DA PESQUISA

Como sujeitos da pesquisa temos todo os elementos que compõem o Conselho Escolar da instituição em análise, um total de 09 entrevistados: 01 diretora; 02 professores representantes do CE; 02 alunos do 7º Ano do Ensino Fundamental representantes do CE; 02 servidores de apoio representantes do CE, assim como 02 mães também representantes do CE.

Aquando da realização das entrevistas ficou concordado com os participantes a disponibilidade de tempo de cada um, assim como os locais e horários de preferência para a realização das entrevistas. Após os acordos firmados, as entrevistas foram realizadas e transcritas entre o início de março de 2016 e o final de maio de 2016. A maioria das entrevistas foi realizada no local de trabalho dos entrevistados e duas foram realizadas nas casas das entrevistadas, conforme desejo destas participantes. Todas as falas dos entrevistados foram gravadas e anotadas para dar uma maior confiabilidade à coleta de dados.

No que concerne a receptividade da escola, todos receberam a pesquisadora com muita atenção e, desde o primeiro momento, se mostraram bastante disponíveis.

Em termos de tratamento de dados preocupamo-nos com o anonimato dos participantes, sendo por isso adotados os cuidados éticos a fim de proteger a sua integridade e bem-estar, conforme é definido pela legislação brasileira. Sendo assim, a identificação dos participantes foi feita por meio das iniciais dos nomes: Diretora (D); Professoras (P1 e P2); Funcionárias (F 1 e F2); Alunos (A1 e A2); Mães (M1 e M2).

³ Informações concebidas pela escola e o Regimento Interno, a LEI COMPLEMENTAR N.º 710 De 18 de Dezembro de 2006 Dispõe sobre a Regulamentação da Gestão Democrática das escolas públicas do Município de SANTA LUZIA DO ITANHI/SE e das outras providências.

CAPÍTULO IV- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

1. ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHI/ SERGIPE

No município de Santa Luzia do Itanhi/SE, a Gestão Democrática deu início com a Lei Municipal de número 710 de 18 de dezembro de 2006⁴.

Tomando como base legal a experiência de Poço Verde/SE, o município fez uma adaptação da Legislação à realidade do município de Santa Luzia do Itanhi/SE. Na época, a Secretaria Municipal de Educação elaborou um calendário de sensibilização para toda comunidade escolar durante o ano de 2007, para que toda comunidade da rede de ensino pudesse se apropriar do conhecimento da Lei através de divulgação.

De início, foi promovido um Fórum Educacional, cujo tema foi à “Unidade Escolar como Espaço Democrático”. Em seguida, foram realizadas várias sessões de sensibilização nas escolas municipais para apresentar o conteúdo da Lei da gestão, e mobilizar a comunidade escolar para participar do processo eleitoral do Conselho Escolar e da eleição para diretores.

Entre os meses de maio e junho de 2007 ocorreu à eleição dos conselheiros e em 09 de dezembro houve a eleição para diretores, que tomaram posse em janeiro de 2008. E assim se procederam nos anos seguintes até no presente momento.

Visando melhorar e dar um maior suporte aos trabalhos dos diretores efetivando a concepção de Gestão Democrática defendida na Lei, foi promovido pela Secretaria de Educação um curso de formação atendendo todos os aspectos legais da gestão, que foi sendo ampliado através de formações continuadas. O mesmo se deu para os Conselheiros Escolares que, nesta altura, estão a fazer formação através do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares implementado pelo MEC em parceria com os Estados e Municípios. É um curso semipresencial ministrado através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e do Fórum de debate com reflexões. De forma a melhorar o entendimento de suas funções, a

⁴ Informações fornecidas pela Secretaria de Educação do Município de Santa Luzia do Itanhi/SE através de relatos e discussões realizadas com a participação do Secretário de Educação, na época, José Welto dos Santos e a Ajunta da Secretaria de Educação, Maria Osania dos Santos, da Coordenadora de Gestão Democrática, Maria Pollyana Medeiros de Melo Cunha e da Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação: Coordenadora Geral na época, Maria da Paixão Santos, grifo meu, Coordenadora do Ensino Fundamental EJA Janete Nascimento dos Santos e documentos de comprovação como a Legislação: Lei Municipal 710 de 18 de dezembro de 2006, Material para formação continuada sobre Gestão Democrática na Escola, Cartilhas para formação dos conselheiros escolares, atas de reuniões e outros.

Secretaria de Educação reúne mensalmente todos os conselheiros das escolas para esclarecê-los sobre todas as dúvidas que possam ter, através de seminários, debates ou mesmo em nível de formação continuada.

Levando em consideração que o município ainda vivencia uma forte tradição política centralizada, e como capital social da comunidade ainda é limitado, é de se esperar que a efetivação de uma verdadeira gestão democrática, no seu conjunto, esteja abaixo da perspectiva proposta pela Lei. Por isso, é importante entender de que forma esta sociedade valoriza e defende a gestão democrática no ambiente escolar. Visando a possibilidade de mudanças de atitude social, espera-se que a escola em estudo, de forma paulatina, venha a ter todos os órgãos a funcionar, de uma forma democrática e participativa.

Confrontando o que a Lei determina e todo o percurso ora esclarecido sobre o processo participativo de gestão, com as falas dos conselheiros da escola, percebeu-se uma contradição expressiva. Visto que, quase todos os entrevistados, representantes do Conselho Escolar, não participaram e nem participam de formação continuada e quando foram indagados sobre a atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola, ou seja, como funciona o Conselho para atender os requisitos estabelecidos por Lei, a maioria não soube responder, ou apenas conceituaram de forma muito vaga quando afirma que: *O Conselho sempre se reúne quando é para ver o que foi comprado com o dinheiro que chegou à escola e quando tem alguma coisa para ser resolvida na escola. (M2)*

Outros, porém, tentam explicar a atuação a partir de frases desconectas que, na verdade, não condizem com a realidade vivenciada na escola. Mesmo porque eles se contradizem no decorrer da entrevista, deixando entender a falta de conhecimento sobre a natureza do Conselho Escolar dentro da escola. Outros ainda conceituam, mas negam a efetivação da Gestão Democrática na escola.

2. A REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM SANTA LUZIA DO ITANHI/SE EM CONSONÂNCIA COM O FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Em Santa Luzia do Itanhi /SE, o fortalecimento dos Conselhos Escolares que até então exerciam o papel de representação da Unidade Executora nas escolas, aconteceu através da

instituição da Gestão Democrática no sistema de ensino com a LM de nº 710 de 18 de dezembro de 2006.⁵ Já explicitada anteriormente.

A referida Lei no Artigo 21 - define o CE com “caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, no que tange a assuntos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola, observados os princípios legais e as normas do sistema de ensino”. Em consonância com as normas concebidas na legislação maior, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Dessa forma, é dado ao CE o poder legal de consultar, deliberar, fiscalizar as ações de todos que fazem a escola em três dimensões: a administrativa, a financeira e a pedagógica. Não se pode esquecer que, embora na dimensão financeira das escolas, sempre tenha existido um acompanhamento social através das unidades executoras, no entanto, o gerenciamento tanto administrativo como o pedagógico das escolas pelos Conselhos, surge como algo inovador e desafiador perante a legislação em vigor nas escolas.

Porém, na escola campo dessa investigação, ainda agrega muitos princípios tradicionais e autoritários que dificultam ações direcionadas para práticas inovadoras no âmbito de uma gestão democrática participativa. Prova deste impasse é a fala de uma conselheira quando revela os entraves enfrentados em construir espaços de participação no aspecto pedagógico, administrativo e financeiro. Visto que, a atuação do conselho resulta apenas de caráter consultivo, na esfera financeira e burocrática “*aqui na escola o Conselho não tem o poder de decisão, apenas existe por conta da Unidade Executora*” (P2). A escola neste molde resiste ainda à prática antidemocrática atrelada uma postura autoritária que dificulda a participação coletiva no espaço escolar.

Apesar de a escola cumprir como deve ser a forma de ingressar no Conselho Escolar definida por Lei como no artigo 22 quando determina que o ingresso dará a partir de “eleição por segmento, através de sufrágio direto, pelas Plenárias Escolares.” Isto é, através da eleição com os pares dando um caráter democrático ao processo de escolha conforme determina a legislação, objetivando dessa maneira, que as pessoas da comunidade escolar e local compreendessem seu papel na atuação enquanto conselheiros representantes de seus segmentos. Ainda preserva o culturamento de uma unidade executora concentrada, que somente se manifesta com maior presença para aprovação da Ata de compras do recurso

⁵ Informações concebidas pela Lei Complementar N.º 710 De 18 de Dezembro de 2006 que Dispõe sobre a Regulamentação da Gestão Democrática das escolas públicas do Município de SANTA LUZIA DO ITANHI/SE e dá outras providências. Leituras feitas em regimento interno da secretaria de educação e da escola.

transferido. Não havendo o cumprimento da Lei como deveria, e assim, desvincula do verdadeiro objetivo dessa concepção. Por que se espera da Lei é o seu cumprimento, saindo do papel e se tornando realidade. Mesmo que tal mudança venha contrariar os vícios existentes.

De acordo com a LDB, no artigo 14 inciso II, determina que “a participação das comunidades local e escolar em Conselho Escolar ou equivalentes,” ficando a nomenclatura de acordo com os estabelecimentos de ensino como: caixa escolar, associação de pais e mestres e assim, sucessivamente. Para contribuir com a mudança de postura frente às antigas unidades executoras, a Secretaria Municipal de Educação reformulou, na época, todo o estatuto social para a nomenclatura de “Conselho Escolar”.

Em conformidade com a LM de nº 710/2006 o regimento interno da escola define outras funções importantes para os conselheiros. Como nos artigos: Art. 15 explica que a Assembleia Escolar é composta por todos os segmentos que formam a comunidade escolar e terá função deliberativa. E no Art. 16 cita as atribuições que compete a esse órgão como liberar sobre questões referentes à escola. (ver no anexo I)

Na prática, verificamos que as funções deliberadas aos conselheiros nas tomadas de decisões conforme a legislação, ainda é um desafio muito grande a serem materializadas na escolar. Mesmo porque não se percebe uma iniciativa sólida. Apenas fica na vontade, apesar de alguns conselheiros terem consciência de que é preciso inovar essas práticas com mudanças significativas.

3. NATUREZA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR NA ESCOLA EM ESTUDO

O objeto acima explicitado está atrelado às atribuições regidas pela Lei Municipal 710/2006 que determina poderes ao Conselho Escolar de opinar, emitir pareceres, discutir e participar das ações educativas da escola. Bem como normalizar ações que visem a melhoria da escola em todas as suas dimensões, respeitando sempre as legislações vigentes.

Desse modo, o poder de caráter consultivo pode ser definido como a participação nas questões que viabilizam as tomadas de decisões fundamentais para o bom funcionamento da

escola, encontrando no Conselho Escolar um centro importante de consulta para se chegar a uma decisão que atenda o desejo de todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar.

O poder de deliberar pode ser definido como poder de tomada de decisão, porque partilha com profundidade competência para decidir as coisas dentro da escola. Dessa forma, o conselho é deliberativo quando as tomadas decisórias na escola são aprovadas e implementadas por todos.

O poder fiscalizador do conselho além do papel de fiscalizar os recursos financeiros, com a implementação da Gestão Democrática e com a regulamentação da Lei 710/2006 no município, as atribuições do CE ampliaram-se, passando também para a área administrativa e pedagógica. Visto que, a fiscalização nestas áreas será de grande relevância para o funcionamento da escola e para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. Por isso, exigirão dos conselheiros um conhecimento maior e aprofundamento nas questões atreladas à educação em defesa de um ensino de qualidade, considerando, todos os limites impostos à escola.

Ao confrontar o que define a Lei de gestão acerca da natureza do Conselho Escolar quando dá alto poder aos conselheiros nas tomadas decisórias da escola, com os resultados das falas dos entrevistados, percebeu-se que há uma disparidade no que discerne uma participação com autonomia e poder de decisão dentro da escola. Uma vez que, alguns depoimentos dos participantes da pesquisa nos fizeram refletir sobre esta contradição existente na escola quando nos revelam que apesar da Lei da Gestão Democrática dá autonomia ao Conselho, a escola ainda preserva o autoritarismo, dificultando um trabalho de participação coletiva na escola. Como é explicitado por uma professora representante do Conselho ao afirmar que: *“na prática ainda permanecem ações autoritárias que enfraquecem o poder de decisão coletiva na escola e isto dificulta o trabalho do Conselho” (P2)*. Dessa forma, predomina a existência de uma postura passiva perante os preceitos determinantes pela direção e o Conselho Escolar.

Já no que determina a composição do Conselho Escolar que deverá estar de acordo com o regimento da escola sendo composto por nove membros, em conformidade com a mencionada LM nº 710/2006, a saber: (02) dois professores; (02) dois alunos com mais de 14 anos; (02) dois pais/mães; (02) dois funcionários efetivos de apoio e um (01) diretor. Triangulando a informação com o Regimento da escola, verificamos que o Conselho Escolar cumpre os requisitos solicitados por esta Legislação no tocante à sua composição.

No artigo 22, da referida Lei define que: “exceto o diretor, os membros do Conselho Escolar serão eleitos por segmento, através de sufrágio direto, pelas Plenárias Escolares”.

Também confrontando a real situação da escola com o que rege este artigo, ficou comprovado que a escolha dos conselheiros obedece a esta condição através da análise de uma Ata sobre a necessidade de substituir a vacância de um conselheiro e para isso foi escolhido outro substituto através de votação. Porém nem sempre os artigos definidos pela Lei de gestão são cumpridos, como o artigo 24 que determina o funcionamento do CE da seguinte forma:

“O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, sendo convocado pelo seu presidente, por solicitação do diretor escolar e ou do professor administrativo ou por requerimento dirigido ao presidente do conselho, assinado por metade mais 1 (um) de seus membros.”

§ 1º – “Na primeira reunião ordinária, será definido o calendário de reuniões do conselho, o seu regimento interno e a escolha, entre seus membros, do seu presidente, que será juntamente com o diretor escolar e ou professor administrativo, o ordenador de despesas da unidade de ensino e não poderá ter idade inferior a 21 (vinte e um) anos.”

§ 2º - “As ausências injustificadas de membro do conselho escolar a 3 (três) reuniões ordinárias, consecutivas, ou a 5 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas no período de um ano, implicará na vacância da representação.”

Triangulando com os resultados da pesquisa, podemos constatar que, de uma forma geral, o funcionamento do Conselho Escolar não segue o estabelecido pela legislação. Segundo os nossos entrevistados, não existe um calendário fixo determinando as datas mensais das reuniões ordinárias. Estas acontecem de acordo com os interesses da direção (ver apêndices) Confrontando com as atas analisadas percebe-se que a maioria das reuniões aconteceu de forma extraordinária.

Outra determinação legal diz respeito ao regimento interno de cada Conselho Escolar. Este, embora deva ser construído com base na realidade de cada instituição, salientando o seu funcionamento no âmbito das responsabilidades pertinentes às práticas concebidas dentro deste colegiado, não pode contradizer as normas da LM 710/2006, e nem a legislação maior, baseada nos princípios de Gestão Democrática regidos pela Constituição Federal e a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Porém, a escola em análise ainda não possui um regimento interno do Conselho Escolar, tendo apenas acoplado as suas atribuições ao Regimento Interno da escola, conforme análise feita a este documento.

As suas atribuições e organização do funcionamento dos Conselhos Escolares são regidas com base na LM 710/2006, onde o artigo 26 define quatorze incisos e um parágrafo

único sobre as funções dos conselheiros (ver no anexo I)⁶. No entanto, mais uma vez parece que os nossos conselheiros não têm muita noção das suas competências nas reuniões do Conselho (ver apêndices VII).

Quanto à sua constituição, a LM nº 710/2006, define que a organização da diretoria deverá ser composta pelos membros do CE e se dá a partir de eleição interna para assumir cargos com a finalidade de representar as decisões do Conselho dentro e fora dele. É constituída por um Presidente, um secretário e um tesoureiro, com duração no cargo de dois anos. Confrontando com a composição dos conselheiros, percebe-se que estes preceitos são contemplados. Haja vista que, dentro do próprio Conselho está distribuído o cargo de presidente, de secretário e de tesoureiro, todos eleitos por seus pares, embora, como podemos constatar, muitas vezes não passa de uma formalidade exigida para responder a alguns interesses burocráticos da escola.

O artigo 27 da LM nº710/2006 define a organização do Conselho Fiscal que é um órgão de controle e fiscalização do movimento financeiro do Conselho Escolar. É constituído por 03 membros e um suplente. É eleito entre os membros do próprio Conselho Escolar e será presidido por um dos membros, escolhido por seus pares na primeira reunião. Assumindo atribuições de sua competência. (ver no anexo I).

Assim sendo, verificamos que o Conselho Escolar tem um procedimento linear com tarefas bem definidas. Porém, ao longo da nossa investigação verificamos que a prática ainda está distante do legislado.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Foram realizadas nove entrevistas individuais de acordo com o guião (**Apêndices II,III,IV,V,VI**) tendo como finalidade obter informações sobre as percepções dos entrevistados referentes aos itens constantes no guião. As categorias das entrevistas estão em consonância com os objetivos propostos para este estudo.

Entrevistamos, como referido anteriormente, 01 (uma) diretora 02 (duas) professoras, 2 (duas) mães, 2 (dois) alunos com mais de 14 anos e 02 (dois) funcionários efetivo de apoio.

⁶ Informações concebidas pela **Lei** Complementar N.º 710 De 18 de Dezembro de 2006 que dispõe sobre a Regulamentação da Gestão Democrática das escolas públicas do Município de SANTA LUZIA DO ITANHI/SE

e dá outras providências. Leituras feitas em regimento interno da secretaria de educação e da escola.

4.1. Caracterização dos Sujeitos Entrevistados

4.1.1. Perfil dos Sujeitos Entrevistados

Tabela 1: Sexo dos entrevistados

Sexo	Quantidade	%
Feminino	8	88,9
Masculino	1	11,1
Total	9	100,0

Fontes: Pesquisa desenvolvida em uma escola de Santa Luzia do Itanhi/SE

No total de 09 membros que compõem o Conselho, 88,9% é composto por mulheres e 11,1% por homem. Percebe-se uma predominância do sexo feminino entre os membros do Conselho, aspecto que caracteriza a educação brasileira. De uma forma geral, nas escolas ou órgãos relacionados com a educação, as funções são exercidas na maioria das vezes pelo sexo feminino, razões histórico-culturais que perpassam gerações.

Tabela 2: Faixa etária dos elementos que compõem o CE

Representantes	Faixa Etária	Quantidade	%
Alunos	20-21	2	22,2
Professoras	37- 39	2	22,2
Mães	35- 39	2	22,2
Funcionárias	42- 46	2	22,2
D	49	1	11,1
-	Total	9	100,0

Fontes: Pesquisa desenvolvida em uma escola de Santa Luzia do Itanhi/SE

Conforme a tabela, a predominância da faixa etária dos participantes da pesquisa está em dois percentuais equivalentes a um parcial de 77,7%, referentes à faixa etária que varia de 35-49 anos. Sendo a faixa etária mais jovem com 22,2% no segmento dos alunos.

O próximo passo foi com relação à sua formação acadêmica, conforme a tabela a seguir:

Tabela 3: Formação acadêmica

Formação	Nº	%
Especialização	3	33,3
Ensino Médio	2	22,2
7º ano Ensino Fundamental	2	22,2
Quarta série	1	11,1
Não tem escolarização	1	11,1
Total	9	100,0

Fontes: Pesquisa desenvolvida em uma escola de Santa Luzia do Itanhi/SE

No que diz respeito à escolarização dos nossos entrevistados, esta é diversificada. Como seria de esperar, a maior formação está na diretora e nas professoras. Todas têm pós-graduação. As funcionárias de serviços de apoio têm Ensino Médio; uma mãe estudou até a quarta série e a outra mãe é analfabeta, apenas assina o nome. Relativamente aos estudantes, estes dois alunos que estão no Conselho, cursam o 7º ano do Ensino Fundamental.

Em termos globais, fácil será perceber a existência de certo desnível intelectual que, de alguma forma acaba por criar algum constrangimento aquando, por exemplo, da discussão sobre propostas da melhoria da qualidade do ensino. Estas mães e até os funcionários podem vir a ter alguma dificuldade em saber lidar com os processos burocráticos. Não obstante é louvável a preocupação, sobretudo destas mães, em quererem participar nas decisões importantes tomadas pela escola.

5. ANÁLISE CATEGORIAL DAS ENTREVISTAS

5.1. Explicitação das Categorias de Análise das Entrevistas

Os dados foram obtidos a partir da realização das entrevistas. Este tipo de análise, subdividida em categorias e subcategorias, possibilita uma análise pormenorizada, tendo por base a transcrição das entrevistas (ver Apêndices).

Para análise das entrevistas foram consideradas duas principais categorias: “ **Gestão Escolar Democrática** “ e “**Conselho Escolar**” as quais foram conceituadas e caracterizadas a partir de contextos de evidências apresentadas pelos discursos dos entrevistados, formando assim as subcategorias que segundo Bardin (2004, p. 111) “categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”.

Dessa forma, a autora salienta que nestas ocorrências, surge a necessidade de se fazer a comparação dos enunciados e das ações entre si, com a finalidade de averiguar possíveis unificações. Em compensação, quando os temas encontrados são diferentes, caberá ao investigador encontrar semelhanças existentes entre eles.

5.1. 1. Gestão Escolar Democrática

A categoria “**Gestão Escolar Democrática**” em análise nesta investigação tende a compreender a construção dos procedimentos da gestão escolar a partir das falas dos conselheiros com as junções de caracteres que agregam o paradigma de uma Gestão Democrática atuante na escola. Neste sentido, a gestão escolar democrática tende a romper com a visão e ações de modelo de gestão centrada na figura do diretor enquanto “administração” de escola. E passará a construir novos elementos que se fundem em práticas democráticas e atuantes no espaço da gestão escolar com a participação de todos e a descentralização de poder. Como bem conceitua Mendonça (2000, p.69) que define Gestão Democrática como sendo:

Um conjunto de procedimentos que inclui todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de política educacional, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, até as suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos.

Neste sentido, percebe-se que é uma forma organizada politicamente com ações voltadas para uma gestão participativa dentro dos preceitos legais. Com base nessa definição esta pesquisa busca compreender a real situação vivenciada em lócus pela escola em discussão no tocante de uma Gestão Democrática a partir da atuação do Conselho Escolar.

5.1.2. Conselho Escolar

A categoria “**Conselho Escolar**” como a “**Gestão Escolar Democrática**” tende analisar nesta investigação sobre o prisma da compreensão dos elementos que constroem e fortalecem as ações de atuação do Conselho Escolar a partir dos discursos dos conselheiros com agrupamentos de caracteres que agregam paradigma das atuações do Conselho atuante. Para tanto, foram organizados dois quadros com as representatividades de cada segmento, as referidas categorias e subcategorias.

Os quadros a seguir mostram a síntese das principais categorias identificadas no inquérito por entrevista aos membros do Conselho Escolar: à diretora, às professoras; aos funcionários, aos alunos, e aos pais/mães.

5.2. Entrevista à diretora e às professoras

Inicia-se a análise categorial das entrevistas, considerando as categorias anteriormente explicitadas. Essas entrevistas contemplam a Diretora (D) e as professoras (P1 e P2). Passamos de seguida à respectiva análise.

Tabela 4 - Análise dos resultados relativos à categoria Gestão escolar democrática- Diretora e Professores

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	D	P1	P 2
		OCS	OCS	OCS
Gestão Escolar Democrática	-Forma democrática de organização da escola	02	01	01
	-Mais autonomia da Escola.	02	02	02
	- Gestão participativa democrática	06	04	03
	- Existência de gestão democrática na escola.	02	02	0
	- Transparência e poder de decisão coletiva.	02	02	03
	- Mais perspectivas para o bom andamento da escola.	04	04	04
	- A socialização de um trabalho coletivo e cooperativo.	01	01	01
	- Conhecimento dos documentos da gestão.	03	02	05
	- Mais presença e desempenho das famílias e da comunidade.	02	03	03
	- Parcerias com entidades locais.	02	01	0
	- Atitudes e liderança do gestor.	01	02	0
	- Conhecimento do PPP da escola.	02	02	02
	Total	30	26	25

Legenda: OCS =ocorrências

Pela análise, podemos observar que, quanto à gestão escolar democrática, a Diretora define-a maioritariamente como gestão participativa (06 oc), em interligação com mais perspectivas para o bom andamento da escola (04 oc), e um conhecimento dos documentos da gestão (03 0c) com uma menor ocorrência na afirmação que deslumbre a socialização de um trabalho coletivo e cooperativo (01oc) advindas de uma prática de gestão democrática.

Como pode ser constatada pela própria:

“Eu considero importante para a socialização de um trabalho coletivo, cooperativo em prol de uma melhoria da qualidade do ensino e do bem estar de todos. Principalmente quando essa participação tem uma boa harmonia e consenso nas tomadas de decisão, ou seja, quando todos participam e chega a um acordo favorável para o bom desempenho da escola”.

Sobre o conhecimento dos documentos da gestão, a diretora cita a Lei de Gestão Democrática Municipal (710/2006), o Regimento Interno da escola (01 oc) e o PPP em reconstrução (02oc), ressaltando ainda que a escola precisa de mais presença e desempenho das famílias e da comunidade (02 oc), apesar de manter algumas parcerias com entidades locais também com (02) ocorrências. Quanto às atitudes e liderança do gestor é contemplado

pela diretora com 01 ocorrência as quais deverão ser encaradas como um processo contínuo para o bom relacionamento dos trabalhos coletivos na escola.

Como é evidenciado pela fala da diretora:

“enquanto estou assumindo este cargo, tenho a convicção de que ser líder é desempenhar um papel de gestor de modo que todos possam expor suas opiniões, debatendo as problemáticas e as necessidades do bom funcionamento da escola”.

Através da análise discursiva das professoras foi percebido que elas definem a forma democrática de organização da escola num processo de gestão (01 oc cada uma), assim como mais autonomia na escola (02 oc cada uma). Porém e no que encene a gestão participativa democrática, esta é mais referenciadas por **P1** com (04 oc) do que por **P2** com (03 oc). Sobre a existência de gestão democrática efetiva na escola, **P1**, dá-nos uma resposta um pouco evasiva:

“Sim, apesar de muitas decisões ainda são entraves para serem resolvidos coletivamente. Pois para uma Gestão Democrática dá certa é precisa que toda comunidade escolar tenha autonomia para falar, opinar, discutir e decidir o que é bom para a escola”.

Por sua vez, **P2** através do seu discurso deixa entender que existe, de forma disfarçada, muitas decisões que são tomadas pela diretora e que, os conselheiros aceitam ou assinam sem discussão.

“Não, apesar do município já existir a Lei de Gestão Democrática, esta só fica no papel. Porque na realidade se fala que a escola exerce uma Gestão Democrática, mas na prática ainda permanecem ações autoritárias que enfraquecem o poder de decisão coletiva. E isto entristece muito o trabalho participativo como pregoa uma Gestão Democrática”.

Em sequência, as professoras contemplam a **transparência e poder de decisão coletiva dentro de gestão democrática** (**P1** com 02 oc e **P2** com 03 oc), visando mais perspectivas para um **bom andamento da escola** (04 oc cada professora) e se tratando da **socialização de um trabalho coletivo** e cooperativo (01 oc para cada professora), o que subentende a **existência de mais autonomia** (02 oc para cada professora).

Ao fazermos a triangulação da informação com a opinião da diretora, poderemos verificar que, no caso de mais perspectivas para o bom andamento da escola (04 oc cada uma), a socialização de um trabalho coletivo e cooperativo (02 oc cada uma) leva à exigência de aumento da autonomia escolar (02 oc cada uma), o que nos mostra que, sobre este assunto, estão em sintonia.

Pôde-se constatar que o **conhecimento dos documentos de gestão** é evidenciado pelas duas Professoras, embora **P2** (05 oc) tenha uma opinião mais exigente sobre o assunto.

“Posso dizer que um dos documentos mais importante da Gestão Democrática é a Lei Municipal 710/2006, porque dá o embasamento de outros documentos importantes para o funcionamento legal de gestão, como o regimento interno da escola, o PPP embasado em ações e metas direcionadas para o cumprimento de atuações participativas de gestão e as atas comprobatórias do que realmente se traduzem as atuações nas práticas de tomadas decisórias junto à escola. Mas no momento, só temos o Regimento Interno da Escola e o PPP se encontra ainda em discussão somente temos uma minuta fornecida pela Secretaria de Educação. Que irá nortear todos os trabalhos em prol de uma construção de um documento que possibilite identificar a escola como um todo. Que deverá ser construído assim espero, com a participação de todos e que seja de acordo com a realidade da escola”.

A respeito de **mais presença e desempenho das famílias e da comunidade**, ambas evidenciaram esta situação com (03) ocorrências cada uma. Porém, e de forma curiosa, quando falamos em **parcerias com entidades locais**, verificamos que **P1** fez referência (01 oc), mas **P2** não fez qualquer alusão a este assunto, situação exatamente igual para com a referência a atitudes e lideranças do gestor. Aqui, **P1** debruça-se sobre o assunto (02 oc), mas a colega volta a não fazer qualquer alusão ao assunto (0 oc). Finalmente, sobre a importância de se conhecer o **PPP** da escola, ambas as professoras chamam a atenção para a importância deste documento estruturante (02 oc cada uma). E aqui uma vez mais, as suas opiniões vão de acordo com o referido pela diretora.

Percebe-se pelas falas das professoras, que as **lideranças e atitudes do gestor dentro de um processo democrático** com base na realidade vivenciada na escola, são um pouco contraditórias no que concerne à gestão participativa. Visto que **P1** reforça essa questão com a seguinte expressão:

*“Apesar de alguns **entraves e discordâncias** que precisam ser revistos, por parte da gestora, a maioria dos conselheiros está sempre debatendo a necessidade de valorizar a opinião de todos a fim de se tornar flexível a sua liderança e demonstrar favoráveis ao*

bom andamento e desempenho da escola, facilitando dessa forma, para que a gestão democrática aconteça”.

Deixando entender a necessidade de uma relação mais aberta por parte da diretora no que concerne às suas atitudes e lideranças no processo de gestão democrática com participação coletiva, **P2** assumiu uma postura bastante radical na sua fala, ao afirmar que a liderança do diretor:

“Acontece de forma autoritária, infelizmente a gestora não é nenhuma pouco democrática, as decisões na maioria das vezes já são tomadas por ela e o Conselho só aprova. Porque por mais que se discuta ela não acata totalmente as decisões”.

Dessa forma, dá para perceber uma contradição existente entre gestão democrática participativa e a prática cotidiana, cujas atitudes nem sempre são acatadas pela a maioria e comunidade escolar.

Segundo Paro (2001, p.22) “Dos condicionamentos do autoritarismo na escola, os de ordem institucional estão sem dúvida nenhuma, entre aqueles que mais dificultam o estabelecimento de relações democráticas e em consequência, a participação da comunidade na gestão escolar.” Nessa perspectiva, é preciso que os diretores se conscientizem de sua limitação de poder frente a uma gestão democrática da escola pública brasileira. (BERGAMO, 2008). É fundamental que o diretor, para conseguir uma escola de qualidade, incentive o processo participativo de gestão.

Tabela 5 - Análise dos resultados relativos à categoria Conselho escolar-- Diretora e Professores

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	D	P1	P2
		OCS	OCS	OCS
Conselho Escolar	- Participação coletiva na tomada de decisões	05	04	02
	- As reuniões na maioria das vezes extraordinárias	01	01	01
	- Conhecimento e responsabilidade com a função que exerce	01	01	01
	- Influência na gestão em todos os aspectos: pedagógico, financeiro e administrativo da escola	02	02	02
	Influência na reconstrução coletiva do PPP	02	02	02
	- Maior presença na prestação de contas da Unidade Executora	02	01	02
	Total	13	11	10

Legenda: OCS =ocorrências

Relativamente ao papel desempenhado pelo Conselho Escolar, a Diretora menciona, com igual número de ocorrências (02), a influência na gestão em todos os aspectos: pedagógico, financeiro e administrativo da escola; a Influência na reconstrução coletiva do PPP e maior presença na prestação de contas da Unidade Executora. É de destacar a importância por si conferida à participação coletiva na tomada de decisões (05 oc). Sobre as reuniões extraordinárias do Conselho Escolar, para a nossa entrevistada estas acontecem de forma pontual com apenas uma ocorrência, assim como o conhecimento e responsabilidade com a função que exerce (01 oc).

A propósito da composição do Conselho Escolar com todos os segmentos e sua atuação participativa no que diz respeito a uma Gestão Democrática, a Diretora refere:

“Olha, aqui nesta escola eu tenho o privilégio do Conselho Escolar funcionar com a composição de toda a comunidade escola: professores, alunos, funcionários, pais/mães e o diretor. Portanto, tenho a convicção de que isto facilita a participação de todas as categorias para decidir e discutir as possibilidades de tomadas decisórias para a melhoria do bom andamento da escola. Apesar de haver muita discordância, se conta ainda com boa vontade em melhorar o que não está bom na escola. A escola Conta ainda com a atuação do Conselho Escolar com a participação de todos na parte pedagógica envolvendo o quadro funcional dos professores, reparo na escola, participação nos recursos financeiros, como o FNDE – Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação, PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola, assim como na organização administrativa da escola”.

Ao confrontarmos o discurso da diretora com o analisado no secretariado e, tendo como base o artigo 24 da Lei Municipal 710/2006 já mencionada anteriormente, verificamos que não há muita preocupação em calendarizar as reuniões.

Na prática, as reuniões são na maioria das vezes extraordinárias para oficializar algum documento de interesse administrativo e burocrático. Esta constatação contraria uma vez mais a resposta da diretora quando assume que reuniões extraordinárias raramente são convocadas.

A Diretora, de forma peremptória assume que:

“Não existe calendário fixo, as reuniões acontecem quando a escola precisa. Mesmo porque todo mundo está sempre na escola. E já sabem que todos os meses têm uma reunião ordinária. Mas pensando bem ficam mais organizadas as reuniões. Já as reuniões extraordinárias são poucas, raramente são feitas”.

Em se tratando do conhecimento e responsabilidade do Conselho Escolar com a função que exerce ressalta que:

“Deverá primeiramente ter conhecimento de seu papel no conselho, segundo cumprir suas funções de acordo com o que deverá ser desempenhado no Conselho Escolar, tendo responsabilidade com sua atuação em prol de uma participação com mais autonomia, atitude e coletividade nas tomadas de decisão”.

Através do discurso da Diretora, parece haver um entendimento de como deverá agir o Conselho. Porém, não explicita como os conselheiros adquirem tais conhecimentos para poderem desempenhar o seu papel democraticamente. Apesar de o município, como referimos anteriormente, ter aderido ao **Programa de Formação Continuada** para os conselheiros, não encontramos qualquer informação sobre a frequência destes nenhum dos cursos.

A respeito da existência do PPP na escola, a Diretora ressaltou que:

“O Projeto Político Pedagógico da escola se encontra em fase de reconstrução. Por isso, está em andamento. A construção irá acontecer nos finais de semana com a participação da comunidade escolar e local, inclusive com o Conselho Escolar. A fim de dá oportunidade a todos a participar, inclusive os pais e as mães que trabalham e só podem nos finais de semana. O processo acontecerá a partir de palestras sobre a escola, as problemáticas enfrentadas, o que precisa melhorar na escola, em seguida conceituar o que é o projeto em si e qual sua importância para a conjuntura escolar. A fim de que

todos adquiram o conhecimento mais consistente do que é este projeto. “Depois se dá a construção propriamente dita do projeto em que todos possam expor suas opiniões, debatendo as problemáticas da escola com poder de decisão”. “Temos um modelo da Secretaria de Educação que servirá de base para o andamento do processo dentro da realidade da escola”.

Sobre este documento estruturante, verificamos que ainda se encontra em construção, tendo como base de orientação uma minuta oferecida pela Secretaria de Educação, que data de 2011. Este documento representativo do PPP visa à necessidade de empreender um processo de trabalho coletivo, o qual possa ofertar subsídios que inviabilizam a construção de uma escola pública e democrática que eduque de fato para o exercício da cidadania e seja instrumento real de transformação social.

Nesse documento, a escola é definida como um espaço de socialização que impulsiona relações democráticas com participação cidadã dentro da ética e do respeito mútuo. Como bem explicitam os objetivos:

Possibilitar uma formação pedagógica e social, de forma que o aluno possa atuar como cidadão e como profissional consciente e responsável: pautando-se pelos princípios: ética, democracia participativa, dignidade, respeito mútuo, justiça, responsabilidade, diálogo e solidariedade; assim prepará-lo para o exercício da cidadania a partir da prática e cumprimento de deveres e direitos; Contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática, solidária, fraterna e sustentável; Bem como provocar reflexões e a busca de informações para a compreensão do significado e da importância da qualidade na educação democrática do ensino público; (MINUTA do PPP, p.3).

O PPP neste molde visa uma escola de qualidade, com princípios democráticos capaz de formar cidadãos conscientes, aptos a compreender e a criticar a realidade, agindo a fim de superar as desigualdades e o respeito ao ser humano.

O documento ainda conceitua a escola e a educação como sendo um espaço de transformação da sociedade e dos alunos. Explicitados nas concepções de **sociedade**, de **homem** e de **educação**.

De sociedade: Uma sociedade que apesar de pertencer a uma sociedade capitalista, o bem comum seja acessível a todos, que combata a corrupção e seja igualitária, justa, fraterna, solidária, com desenvolvimento sustentável, com preservação ambiental, com o fim da pobreza, da desigualdade social e com geração de emprego e renda, respeito à diversidade, que os direitos sejam respeitados e as leis sejam cumpridas. Uma sociedade onde partimos do princípio de que resgatando valores de tolerância, convivência coletiva e respeito às diferenças, estaremos contribuindo para que o nosso aluno possa viver e

construir um tipo de sociedade diferente da que vivemos. Se não for possível a extinção do preconceito e da discriminação, permanece o sonho de uma sociedade mais digna para as futuras gerações.

De homem: O homem é ser natural social e político, agindo na natureza e transformando-a de acordo com suas necessidades. Nesse processo de transformação ele envolve diferentes relações em determinado momento histórico, acumulando experiências que em decorrências destas, é capaz de produzir novos conhecimentos.

[...]

De educação: É um processo de desenvolvimento com finalidades de aperfeiçoar o homem e sua formação para a cidadania participativa e construtiva. Neste sentido, a educação visa atingir três objetivos: Apropriação do conhecimento que facilite uma visão globalizante da realidade; apropriação do conhecimento científico, político, cultural; apropriação dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento acumulado e ancorado a fim de acrescentar-lhe novos conhecimentos (MINUTA DO PPP, p. 6).

Dessa forma, percebe-se que a minuta da proposta pedagógica para a orientação de ideias, pretende auxiliar a discussão e elaboração do PPP na escola, levantando debates e discussão sobre a busca e a luta por uma sociedade mais justa, solidária, sem corrupção, sem pré-conceitos, pacífica, fraterna na coletividade de pensamento, uma sociedade onde todos tenham condições de uma vida mais digna. Ao mesmo tempo deverá estar de acordo com as políticas e as diretrizes educacionais da Secretaria Municipal da Educação, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Regimento Escolar.

O Conselho Escolar é explicitado na minuta da Proposta Pedagógica como um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora e que faz parte da organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo da escola.

Em consonância com esta minuta, o Regimento Interno da escola conceitua o PPP “como sendo um documento plurianual elaborado por toda a comunidade escolar e coordenado pelo Conselho Escolar”, tem como fundamento os princípios da educação escolar democrática e por finalidade a orientação de todas as atividades escolares com vista à formação integral do aluno, em conformidade com o Plano Anual da Escola. Preocupa-se ainda com o currículo, a elaboração de Programas, a Avaliação como o processo de fixação da aprendizagem, a verificação do rendimento escolar, promoção do aluno e esclarecimento sobre a efetuação de matrículas.

Todavia, em análise realizada entre o documento, como as atas e a comunidade escolar não se percebe uma preocupação maior sobre como desenvolver ações e metas que possam contribuir para uma aprendizagem com práticas voltadas para o sujeito ativo e pensante.

Quanto à percepção das professoras sobre o Conselho Escolar, como sendo um **colegiado de participação coletiva na tomada de decisões** é realizado por **P1** (04 oc) e, em menor número por **P2** (02, oc), as reuniões na maioria das vezes extraordinárias (01 oc cada uma) e conhecimento e responsabilidade com a função que exerce o Conselho Escolar (01 oc cada uma), bem como da influência do Conselho Escolar na gestão em todos os aspectos: pedagógico, financeiro e administrativo da escola (02 oc cada uma). Sobre a influência na reconstrução coletiva do PPP, ambas referem esta situação, com duas ocorrências. E a maior presença na prestação de contas da Unidade Executora **P1** (01 oc) e **P2** (02 oc).

Pelo discurso da P1 sobre a atuação do CE, verificamos que:

“Pressupõe a participação efetiva de vários segmentos da comunidade escolar em todos os aspectos democráticos de organização da escola, de grande importância para o bom andamento da escola. Para isso, é preciso que todos participem dando opiniões e que estas sejam atendidas, ou seja, que haja uma reciprocidade”.

Ainda salienta:

“É necessário que seja atuante, principalmente no envolvimento com os próprios estudantes, tendo a experiência, mais autonomia e o direito à participação como elemento fundamental para o pleno desenvolvimento das ações voltadas para as práticas que norteiam o bom andamento da escola. E assim, fazer com que a família e a comunidade local possam também participar desse processo coletivo através da atuação do próprio Conselho Escolar”.

Pela sua análise discursiva, é evidente a importância conferida à participação da comunidade escolar. Porém, neste discurso, a professora não nos informa como é que se processa a participação e autonomia dos membros do conselho.

Por sua vez, **P2** é bem mais contundente nas suas afirmações:

*“Bem, como a escola não funciona de forma democrática como deveria funcionar. Neste caso o Conselho Escolar formado por todos os segmentos, só funciona com maior presença para **prestação de contas da Unidade Executora**. Ficando restrita uma participação maior para resolução e tomadas de decisões para o bom andamento da escola. E a gente sente que é preciso que haja mais empenho da sociedade para que esta situação venha melhorar. A escola dê mais autonomia ao Conselho Escolar para exercer suas funções. “É como já falei se não funciona como deveria, não existe data fixa para acontecer às reuniões”.*

Continua:

*“Como eu já falei infelizmente, o Conselho não tem o poder de decisão, apenas existe por conta da **Unidade Executora**. E isto que eu estou vivendo como conselheira me deixa revoltada e tento passar para meus colegas em forma de desabafo. Já pensei em deixar o Conselho, mas sinto que precisamos reverter essa concepção. Lutando com o apoio dos demais a fim de que possamos ter mais liberdade e autonomia nas nossas decisões”.*

Conforme expressa **P2**, a atuação do Conselho Escolar se restringe com maior precisão para prestação de conta da **Unidade Executora** diminuindo assim, a sua participação nas tomadas de decisões, para se conseguir uma escola de qualidade. Ao mesmo tempo em que a própria demonstra a vontade de mudar este quadro disfarçado de uma “gestão democrática e participativa,” por uma que lute de verdade pela democratização da escola pública com autonomia e respeito, e, não somente, para satisfazer o poder da burocracia, como é bem explicitado pela **P2**.

É preciso que a comunidade escolar, na representatividade dos conselhos escolares, pratique atos educativos em prol de uma mudança de paradigma, tomando diferente atitude, cobrando e agindo dentro da escola por melhor qualidade de ensino através de ações coletivas. Como bem expressa Paro (2001, p. 10) “se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí... Nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola”. Diante de uma nova realidade a ser construída com base numa gestão escolar autônoma, as decisões tomadas deverão ser negociadas a fim de que se chegue a um consenso para o andamento das ações na escola.

Triangulando estas informações com as atas de reuniões do Conselho Escolar, podemos perceber nas discussões das pautas, atitudes já deliberadas sem levar para o debate e tomadas de decisões coletivas. A primeira ata a ser analisada, data de 13/10/2015 e consta de uma reunião extraordinária convocada pela Diretora apenas para comunicar aos colegiados a cobertura da área esquerda da escola com o recurso do FNDE/PDDE e a reforma de um banheiro com o recurso do FNDE/PDDE – que foi realizado no mesmo período da reforma da escola com recursos próprios da prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhi /SE.

Em outra ata, de 17 de janeiro de 2016, está referido que foi apresentado ao Conselho Escolar, já como fato assumido, a prestação de contas do recurso do FNDE/PDDE referente

ao ano de 2015. Pelos trâmites legais, o presidente da diretoria executiva solicitou ao Conselho Fiscal que examinasse os extratos comprovantes de despesas, nos valores apresentados e emissão de parecer. A Diretora, por sua vez, apresentou os documentos que comprovaram os gastos referentes a esses recursos. Levados ao Conselho Escolar, não houve qualquer análise aos documentos nem foi levantada qualquer questão. Estes foram considerados em ordem e em condições de aprovação.

Numa terceira ata, datada de vinte e três de maio de 2016, que trata igualmente da prestação de contas do recurso do FNDE/PDDE, apresentadas pela Presidente do Conselho juntamente com a Diretora. E uma vez mais o Conselho aprovou sem nenhuma restrição.

Pela análise destas atas, conseguimos confirmar o discurso dos nossos entrevistados quando estes referem que, na maioria das vezes, as reuniões do CE servem apenas para assinar os documentos da Unidade Executora, deixando transparecer que o requisito financeiro como uma das atribuições do Conselho em fiscalizar o uso e o gasto dos recursos não acontece na prática.

Somente duas atas por nós analisadas tratavam de outros assuntos que não os financeiros. Uma datada de 14 de março de 2016 consta de uma reunião para a escolha do representante dos alunos, uma vez que o lugar estava vago, já que o anterior representante tinha concluído o Ensino Fundamental. Como na escola, naquele momento, só havia um aluno com a idade definida pela Lei 710/2006, (quatorze anos) foi esse o indicado e eleito pelo Conselho Escolar para assumir a representação dos alunos.

Na verdade, esta tomada de decisão foi devida ao fato de a escola preservar um colegiado que configura como um mero ratificador de decisões da equipe diretiva e de tomada de decisões muitas vezes já deliberadas. Esta atitude não difere muito do que ainda se passa em várias escolas do Brasil, onde os conselhos apenas são convocados para cumprir a lei. É um ato meramente formal, pois as decisões são tomadas pelos dirigentes. (VERZA, 2000).

A outra tem a data de 30 de maio de 2016. Nesta reunião foi aprovada por todos os membros do Conselho a mudança de uma cobertura do lado direito da escola para o pátio, situação que tinha já sido acordada no ano de 2013.

5.3. Entrevista aos pais, alunos e funcionários

Relativamente aos restantes membros do Conselho Escolar, passamos de seguida à análise dos resultados relativos aos funcionários (F1 e F2), alunos (A1e A2) e mães (M1 e M2), respectivamente.

Tabela 6 - Análise dos resultados relativos à categoria Gestão escolar democrática na percepção de funcionários, alunos e os pais/mães

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	F1	F2	A1	A2	M 1	M2
		OCS	OCS	OCS	OCS	OCS	OCS
Gestão Escolar Democrática	- Mais autonomia da Escola.	02	01	02	02	03	02
	- Gestão participativa democrática	03	01	02	02	01	01
	- Existência de gestão democrática na escola.	01	01	01	01	01	01
	- Mais perspectivas para o bom andamento da escola.	02	02	03	01	03	01
	- Mais presença e desempenho das famílias e da comunidade na escola.	01	01	01	01	01	01
	- Parcerias com entidades locais.	01	01	01	01	01	01
	- Atitude e lideranças da gestora.	01	01	01	01	01	01
	- Reconstrução coletiva do PPP.	01	01	01	01	01	01
Total		12	09	12	10	12	09

Legenda: OCS =ocorrências

Pela análise discursiva manifestada pelos outros membros do Conselho, a respeito da Gestão Escolar Democrática com **mais autonomia da escola**, encontramos sintonia entre a **F1**, os alunos (**A1e A2**) e **M2**. Por sua vez, **M1** dá mais relevo (03 oc) à autonomia escolar, ao contrário da **F2** (01 oc). Se triangularmos estas opiniões com a da Diretora, verificamos que, na sua maioria, estão em concordância (02 oc). Quanto à **gestão participativa democrática**, encontramos algo de singular. **F2** e as mães dão pouca atenção a esta situação (01 oc cada uma). Os alunos estão ambos de acordo (02 oc cada um) e apenas a **F1** incide mais sobre o assunto (03 oc), com igual número de ocorrências que **P2**.

Sobre a existência de **gestão democrática na escola**, todos estes entrevistados quase que não lhe fazem referência (01 oc cada um) o que é preocupante, pois ou não sabem o que é uma gestão democrática bem participativa ou optaram por não expressar a sua opinião.

Quanto a mais perspectivas para o bom andamento da escola, todos, de uma forma ou outra, acabaram por lhe fazer referência, com maior relevância dada por **A1** e **M2** (03 oc cada um).

A respeito de **mais presença e desempenho das famílias e da comunidade na escola**, foi curioso que, embora todos tivessem feito referência, o fizeram de forma muito vaga (01 oc cada um), situação contrária à das professoras (03 cada uma) e à Diretora (02 oc). Esta postura vem comprovar que, pelo menos há uma maior sensibilização por parte da escola em incluir a família e a comunidade nas decisões escolares.

Paralelamente, quanto às **parcerias com entidades locais**, todos, sem exceção o referem muito parcamente (01 oc cada um) o mesmo acontecendo à questão sobre a **atitude e liderança da gestora** e à **reconstrução coletiva do PPP**. Estes resultados espelham a falta de informação sobre a importância, por exemplo, do trabalhar em conjunto o PPP, mas, de alguma forma vem de encontro às respostas quer das professoras quer da diretora que, sobre este assunto também não lhe fizeram grande referência (02 oc cada uma).

A percepção que acabamos por ter é que o PPP não passa de um documento meramente institucional, provavelmente reconstruído para fins exclusivos do cumprimento de uma formalidade legal, expressa na LDB nº 9.394/96. Ora, como temos vindo a referir, o PPP tem que ser construído de forma colaborativa, abarcando as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras. Para isso, é necessário configurá-lo como um instrumento de gestão democrática capaz de permitir reflexões críticas e contínuas a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional. (VEIGA, 1995)

No entanto, como este se encontra em reconstrução, conforme a explicação dada pela diretora e demais entrevistados, pôde-se deduzir a redução de ocorrências em se tratando da importância do PPP como um instrumento de identidade da escola.

Tabela 7- Análise dos resultados relativos à categoria percepção da função do Conselho Escolar pelos funcionários, alunos e os pais/mães

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	F1	F2	A1	A2	M1	M2
		OCS	OCS	OCS	OCS	OCS	OCS
Conselho Escolar	- A participação na tomada de decisões coletivas na escola.	02	02	03	03	03	02
	- As reuniões na maioria das vezes extraordinárias.	01	01	01	01	01	01
	- Conhecimento e responsabilidade com a função que exerce.	01	01	01	01	01	01
	- Influência na gestão em todos os aspectos: pedagógicos, financeiros e administrativos da escola.	01	01	01	01	01	01
	Influência na reconstrução coletiva do PPP.	01	01	01	01	01	01
	- Maior presença para prestação de contas da Unidade Executora.	01	01	01	01	01	01
	Total	07	07	08	08	07	08

Legenda: OCS =ocorrências

Pela análise da tabela, percebemos que todos estes elementos que compõem o Conselho Escolar, não têm muito a noção das suas funções. Das 06 subcategorias por nós elencadas, em 05 delas, todos, sem exceção, fizeram uma pequena referência ao assunto (01 oc cada um em cada subcategoria). A exceção e, de forma contraditória, está na subcategoria **participação na tomada de decisões coletivas na escola** onde aqui encontramos maior expressividade. Os dois alunos e **M1** referiram mais vezes (03 oc cada um) esta situação. Para eles isto é importante. Porém, confrontando com as situações seguintes, verificamos que as suas respostas não condizem.

Vejamos, a este propósito a resposta dada:

(A1) “Eu não entendo muito, não. Mas acho que é o modo de agir das pessoas dentro da política com a participação de todos. Através das coisas que percebo e acontecem na escola quando queremos resolver uma coisa e todos juntos tentam resolver dentro do Conselho Escolar. O conselho funciona através de reuniões, trazendo alguns problemas para serem discutidos e procurando resolver com a ajuda de todos e da diretora. Eu acho positivo, fazer parte do Conselho Escolar porque há participação coletiva de todos para decidir o que é melhor para a escola. Participando com maior desempenho nas ações da escola voltadas para a melhoria da aprendizagem dos alunos. Eu acho uma atitude boa, porque em coletividade com o conselho é decidido o que é preciso fazer para resolver os problemas da escola”.

(A2) *“O conselho é importante, porque muitas coisas são decididas na escola a partir das decisões do Conselho Escolar. Todos participam e discutem para depois decidir o que fazer. Participar nas decisões e projetos realizados na escola, ouvir as reivindicações dos demais alunos e trazer para as assembleias do conselho para no coletivo opinarmos e decidirmos, estando de acordo com a diretora. Sempre após reunir todos os membros do Conselho será discutida a pauta com as situações a serem resolvidas. Por exemplo: quando é para fazer a lista das compras com o dinheiro do recurso da escola, ou assinar a ata das compras já feitas com o recurso da Unidade Executora”.*

(M1) *“Eu acho que o Conselho Escolar deve participar, conhecer e opinar pela melhoria da escola e da aprendizagem dos alunos. Muitas vezes nossas opiniões são aceitas e outras não, a diretora resolve do seu jeito. O Conselho Escolar se reúne sempre quando é para ver o que foi comprado com o dinheiro que chegou à escola e quando tem alguma coisa para ser resolvida na escola. Também para assinar a ata da Unidade Executora. Eu acho bom participar deste conselho, apesar de existirem muitas dúvidas de como participar dando maior contribuição, a gente precisa se reunir mais para aprender o que devemos fazer melhor no Conselho Escolar. Pois com a participação de todos, é possível a escola ter mais chance de melhorar. Assim, ele deve atuar com participação dentro de suas funções. Fazendo e discutindo o que for melhor para a escola”.*

Triangulando estes resultados com as respostas da diretora e das professoras, verificamos que há uma grande discrepância na compreensão de suas funções, apesar de salientarem a contribuição do Conselho através da participação de todos para decidir algo, é evidenciado um discurso muito vago e acrítico. Sem nenhuma consistência prática – teórica que venha viabilizar um conhecimento mais elaborado sobre a atuação e o papel do Conselho Escolar no que concerne uma gestão democrática. É percebida fragilidade nas respostas uma certa dependência de atitude e posicionamento nas questões que viabilizam a sua praticidade nas tomadas de decisões frente à realidade vivenciada no espaço escolar.

Triangulando agora a informação entre os dados levantados nas entrevistas e a análise aos documentos (a minuta apresentada como embasamento para a construção do PPP da escola; atas de reuniões do CE, o Regimento Interno da escola e Lei: 710/2006) percebemos certa distorção entre a teoria e a prática no tocante às funções que são da competência do Conselho Escolar, dado que, na escola, ainda subsiste certo autoritarismo disfarçado prejudicial o andamento da Gestão Democrática. Apesar de alguns membros do Conselho começarem a questionar a atitude da diretora, ainda falta muito para se consolidar, na prática, o que é estabelecido pela regulamentação da Lei de Gestão Democrática do município (710/2006).

Em análise feita ao Regimento Interno, pautado nesta Lei, vem referido que “a escola tem por finalidade proporcionar ao educando aprendizagens necessárias ao mercado de trabalho, articulando com as famílias, e a comunidade (...) sendo a Educação um dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade, pluralidade de ideias (...) tendo por finalidade pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercer a cidadania”. Para que isto aconteça, a escola ainda tem um longo caminho a percorrer.

No que concerne à estrutura do Regimento Interno da escola, este está embasado em princípios de uma Gestão Democrática, pautada numa política de participação aberta para o crescimento democrático dentro da escola onde privilegia o trabalho coletivo. Tem como parceria a família, porque se acredita em que com a política de participação dos pais e mães na escola melhora a aprendizagem dos alunos e o entusiasmo pelo estudo. Triangulando com as respostas dos entrevistados sobre esta questão, verificamos que estas contrariam o que define o Regimento Interno da escola. A maioria refere que a presença das famílias na escola ainda é muito ténue, não havendo uma interação entre família e escola que viabilize uma maior conscientização a respeito da importância da reciprocidade. Principalmente em relação ao apoio, ao acompanhamento e à participação da vida escolar dos filhos em prol da melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. Mais uma vez verificamos haver uma contradição entre a prática cotidiana da escola e o discurso oficial.

Dessa forma, se percebe o distanciamento de que regem os documentos e as práticas desenvolvidas na escola em análise, como no caso da existência do PPP que, por unanimidade, todos os entrevistados responderam que se encontrava em fase de construção, tendo como ponto de referência a minuta fornecida pela Secretaria de Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste trabalho não dispensa a possibilidade de outras investigações sobre a mesma temática, ou seja, não isenta um novo repensar sobre concepções norteadoras, capazes de incutirem reflexões e inquietudes diante da problemática, com mais questionamentos a respeito do Conselho Escolar.

Neste sentido, a pretensão ao finalizar este trabalho não se pauta em reflexões tidas como verdadeiras e inquestionáveis, apercebidas, durante o percurso desta pesquisa, através da revisão de literatura. Nas últimas décadas, esta temática tem sido alvo de repercussão, principalmente a partir das lutas e reivindicações dos movimentos populares, em defesa da redemocratização do país, no final da década de 1970. Estes movimentos abriram caminhos, para a promulgação de legislação que garanta a existência e o funcionamento de colegiados representantes da escola, como, no caso, os Conselhos Escolares, cuja competência desdobra-se nas práticas que envolvem a dimensão político-pedagógica da escola. Neste sentido, é de considerar o desempenho das funções fiscalizadoras, deliberativa, consultiva e mobilizadora com foco na melhoria da qualidade da educação pública.

Dentre as leis que instituem o poder legal, pode-se citar a Constituição Federal de 1988, LDBEN nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE) que referem como meta principal, a implantação de Conselhos nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

É percebido também, que a produção científica nesse campo de pesquisa, tem demonstrado grande interesse, por parte dos pesquisadores, em investigarem como acontecem as práticas desenvolvidas nas escolas, a partir da atuação do Conselho Escolar, com visão democrática de gestão. Os estudiosos deste assunto têm indicado a necessidade de a escola pública organizar-se em torno de uma política de transformação, capaz de repercutir de forma significativa, na comunidade escolar e local, a importância do trabalho coletivo e participativo nas tomadas decisórias da escola.

Partindo deste princípio, foi estabelecido, por meio deste estudo, como objetivo principal, analisar a atuação do Conselho Escolar numa escola da rede municipal de ensino de Santa Luzia do Itanhi/SE, a partir da inquietação de até que ponto os conselheiros reconheciam e atuavam mediante uma Gestão Democrática na escola, já contemplada no município, pela Lei 710/2006. Para este fim, optou-se por uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa, através da técnica de entrevistas estruturadas, para coletas de dados, e

análise documental, para confrontar a prática vivenciada na escola com o discurso oficial. Assim, foi possível concretizar a análise categorial dos conteúdos, estabelecendo as categorias e as subcategorias que tiveram maiores ocorrências nos discursos dos participantes.

Numa perspectiva de que rege a Lei de Gestão Escolar com princípio democrático, é de práxis esperar que todos os conselheiros, ou a maioria, tivessem a compreensão da importância do seu papel social para o desenvolvimento participativo e democrático, dentro da escola. No entanto, na análise dos resultados percebeu-se que, a maioria dos conselheiros ainda desconhece a sua função dentro do espaço da escola, outros, porém, reconhecem a sua importância, mas não apresentaram uma postura que contribuísse para o estabelecimento de uma nova cultura na escola, baseada em tomadas de decisões e socialização de informações, em prol de uma participação coletiva resistente.

Apesar de ser constatado que os representantes de todos os segmentos tenham sido escolhidos por seus pares, como é regido na Lei, através de eleição, ainda é um requisito da direção como um cumprimento da legislação em manter um conselho que aparentemente funciona de acordo com uma Gestão Democrática. Porém, na prática, o Conselho Escolar existe, segundo depoimento de alguns conselheiros, com a maior presença *para prestação de contas da Unidade Executora*. Desta forma, não é valorizado o verdadeiro papel dos conselheiros, como participar da construção do PPP da escola. Embora se falasse em participação coletiva para reelaboração do PPP, incluindo o Conselho Escolar como parceiro, na prática, não se percebeu uma preocupação maior sobre a importância deste documento na escola, como identidade e direcionamento, para orientar as diferentes dimensões, que viabilizem o desenvolvimento administrativo, financeiro, político e pedagógico da escola. Nem tampouco houve agilidade do processo de conclusão deste documento estruturante, de tamanha importância para o direcionamento dos trabalhos pedagógicos, no contexto da escola em análise.

Assim, a análise detalhada do documento permitiu confirmar a pouca importância para com o PPP, pois este foi apresentado com uma minuta, fornecida pela Secretaria de Educação desde 2011, a qual serviria de embasamento para construção do PPP. Porém, até o final da pesquisa pouca mobilização para a construção aconteceu, permanecendo um PPP muito básico, que não responde às necessidades da escola.

Outros agravantes percebidos foram de práticas autoritárias, uma vez que não há uma abertura por parte da direção, em relação aos debates dos problemas vividos na escola e as

atitudes e lideranças da diretora se restringem ao que é determinante para satisfazer aos interesses burocráticos. Neste sentido, faltou uma abertura maior, que vinculasse também os interesses de todos os segmentos existentes na escola. Além disso, pela análise das respostas dos sujeitos da pesquisa, constatou-se que não existe o compartilhamento de tomadas decisivas, não ocorrendo sequer a socialização de informações perante a comunidade escolar e local. De modo que não há interesse, por parte da maioria dos pais, em participar das reuniões de pais e mestres e nem das atividades escolares que envolvem a participação de todos. Distanciando, assim, uma cultura de participação dentro da escola. Por isso, alguns conselheiros alegaram que a escola falhou na motivação de uma aproximação entre a escola e a família. Dessa forma, percebe-se certa preocupação, por parte de alguns conselheiros, a respeito de fazer algo para despertar, nas famílias, mais interesse em participar das ações desenvolvidas na escola, em prol da melhoria do ensino. Entretanto, na prática essa tomada decisória ainda é muito tímida.

Em se tratando de formação continuada destinada aos conselheiros, nem todos já haviam participado e nem tinham conhecimento. A maioria não se interessou, alegando dificuldades, como falta de tempo disponível para fazê-lo. Apesar de o município ter aderido ao Programa de Formação Continuada para os conselheiros, não foi encontrada nenhuma informação sobre estes cursos.

Com todos os problemas apresentados e os limites evidenciados, acredita-se que existem possibilidades, com o esforço de todos, para que o Conselho Escolar da escola pesquisada comece a abrir-se mais à socialização, ao debate e à troca de ideias, centrados numa participação coletiva de tomadas de decisões, junto com a comunidade escolar e local. No entanto, isto só será possível quando na escola possa cultivar e amadurecer uma cultura embasada no exercício da democracia, no resgate da cidadania, no diálogo e na participação coletiva. Para tanto, é preciso que todos os segmentos escolares tenham conhecimento e compreendam seu papel de participantes de uma ação coletiva, que busque o compartilhamento e a descentralização de poderes centralizadores de ações vividas na escola. Com oportunidades iguais, todos os segmentos poderão futuramente participar dos processos decisórios, referentes ao funcionamento da escola.

Evidentemente, não será tarefa fácil, mesmo porque ainda na escola se percebe a forte tendência de expressões tradicionais de autoritarismo, com práticas claras de centralização de decisões, que deveriam ser da competência dos Conselheiros e, infelizmente, são tomadas de forma individual, dispensando a opinião e colaboração de todos os representantes do Conselho.

No entanto, os desafios enfrentados são indicadores para que, na prática, se busque uma escola democrática, participativa, sem a existência de atitudes autoritárias e discriminatórias.

Ou seja, afirmando a instituição escolar como espaço reconstruído, para que haja a participação de todos na escola: pais, professores, alunos e funcionários que, atuando de forma coletiva, descubram a mansidão de sua competência e comecem agir de maneira deliberativa sobre todas as instâncias da escola, contribuindo, assim, para o surgimento de uma cultura participativa no âmbito escolar.

Nessa conjuntura, o presente trabalho chegou à seguinte conclusão: para que haja uma prática participativa voltada para tal temática, é preciso que a escola, juntamente com os órgãos competentes, desenvolva formação continuada para todos os conselheiros, dando-lhes condições necessárias para o bom entendimento e reflexão sobre o seu papel, enquanto representantes do Conselho. E, a partir daí, valorizar sua participação na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, nas tomadas de decisões em favor dos interesses e centralidade dos alunos, para a melhoria do ensino e aprendizagem. Somente a partir de ações coletivas na escola, é possível partilhar experiências educativas, que possam direcionar para práticas e lutas em prol de uma escola igualitária. Além do mais, é fulcral cultivar uma consciência crítica, frente aos fatos e desafios que, por ventura possam surgir.

Diante do exposto, acredita-se que, de uma forma ou de outra, este trabalho poderá motivar os representantes de cada segmento do Conselho Escolar, incluindo a direção, para a necessidade de procurar caminhos de superação, que venham preencher lacunas existentes, entre as ideias, as ações e as práticas, norteadoras do fazer da escola. Neste sentido, se espera que o presente estudo tenha contribuído para despertar, em cada um, o renascer das mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, M. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- AGUIAR, M. **Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares**, Educar, Curitiba, 2008.
- ALVES, A. **Para que fortalecer os Conselhos Escolares?** Web Revista Diálogos & Confrontos Revista em Humanidades, 2012. 1 (1),47-59.
- ARAÚJO, A. C. de. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. 2000. Dissertação (mestrado) – PPGE/UnB, Brasília.
- ARAÚJO, O. A. **gestão democrática e participativa na escola: A atuação do gestor diante da teoria e da prática cotidiana**. 2010 Fasesi em Revista, ano 2, 2 (1) (s/p).
- ARROYO, M.G. **Ofício do Mestre**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- AZEVEDO, M A; Andrade, Maria de Fátima, **Projeto Político-Pedagógico e o papel da equipe gestora: dilemas e possibilidades**. Revista Interações, nº 21, p. 204-218 ,2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Lda, 2004.
- BARROSO, J. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BENEVIDES, M. V. **A Consciência da Cidadania no Brasil**, 1994.
- _____. **Cidadania e Direitos Humanos**. In: Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, nº 104, São Paulo, Cortez Ed., 1998.
- _____. **Educação para a Democracia**, In: Revista Lua Nova, nº 38, São Paulo, CEDEC, 1996.
- BERGAMO, E. A. **Gestão Democrática na Escola Pública Brasileira**, Uma Luta para Transformá-la em Realidade Concreta, Principalmente por Meio da Formação dos Professores, 2008. Disponível em www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/80_143.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2016.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORDIGNON G; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o Município e a Escola**. IN, FERREIRA e AGUIAR (orgs). Naura Syria Carapeto e Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação – Impasses, perspectivas e compromissos**. 4ª Ed. SP: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e desporto. **Lei nº 9394/96, de dezembro de 1996.** Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Constituição do Brasil, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96,** de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Conselho escolar e a aprendizagem na escola.** Ministério da Educação e do Desporto Brasília: MEC, SEB, 2004.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2003 e 2007.

_____. **Conselho Escolar e Direitos Humanos.** – Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 104 p.: il. – (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 11).

BUSSMANN, A. C. **O projeto político-pedagógico e a gestão da escola.** In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola** – Uma construção possível. Campinas (SP): Papirus, p.37-52, 2008.

CURY, C. R. J. **O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática.** In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação:** desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Os Conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas.** In: FERREIRA, N. S.C.; AGUIAR, M. A. da S (Orgs.). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Organização das Nações Unidas, 10 de Dezembro de 1948.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** São Paulo, Cortez, 1999.

DOURADO. L. F. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil.** In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão Democrática da Educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

FALKEMBACH, E.M.F. **Planejamento participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2008.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, N. S.C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S.. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**; saberes necessários à prática educativa. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, M. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã, 1).

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. (p. 100-113). São Paulo: Atlas. 2009.

GRACINDO, R. V. **Gestão democrática da escola e do sistema**. In: Curso técnico em gestão escolar: Profuncionário. Módulo 2. Brasília: MEC/CEAD/UnB, 2007.

IBGE - **INDICADORES**. Santa Luzia do Itanhi-Sergipe. Brasil: Censo, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **O sistema de organização e de gestão da escola**: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, L. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, H. A et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

_____. **Ação integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora: Positivo, 2009.

_____. **A gestão participativa na escola/** Heloísa Lück. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão. **MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. A Reconstrução Educacional do Brasil.** Ao Povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **A Reconstrução Educacional do Brasil.** Ao Povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARQUES, M.O. **O projeto pedagógico: a marca da escola.** Contexto e Educação, Ijuí, n. 18, abr./jun. 1990.

MENDONÇA, E. F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira.**(Tese de doutorado). Campinas, SP (s.n) 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000199290&fd=y>. Acesso em 12 de maio de 2015.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública.** Brasil: 2004.

OLIVEIRA, E. A. de. **Participação Democrática.** <http://www.almg.gov.br/bancocoinhecimento/tematico/PartDemo.pdf>. PUC, MG, 2003. (Acessado no dia 25.10.2015).

OLIVEIRA, M. A. M. (org.). **Gestão Educacional: Novos Olhares Novas Abordagens.** 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARO, V. H. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional Sobre Reestruturação Curricular, realizado de 6 a 11/7/1998, em Porto Alegre, RS. Publicado em:
SILVA, Luiz Heron da, porg. **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. **Escritos sobre Educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo: Ática, 2001.

RODRIGUES, N. **Da mistificação da escola à escola necessária.** (7ª Ed.). São Paulo: Cortez, 1996.

ROMÃO, J. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã, 1).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Minuta do Projeto Político Pedagógico.** Santa Luzia do Itanhí/SE. Brasil, 2011.

SANTOS, B. de S. **Para uma pedagogia do conflito** In: Silva, Luiz Heron, Azevedo, José Clóvis de Santos, Edmilson Santos dos. Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto alegre. Sulina, 1995.

_____. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-Modernidade.** São Paulo: Cortez, 1999.

SARMENTO, M. J. **Lógicas de Ação nas Escolas.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

TOURAINE, A. **O que é a democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

VEIGA, I. P. A. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. CEDES, Campinas, v.23, n.61, 2003.

_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

VERZA, S. B. **As políticas públicas de educação no município.** Ijuí: Unijai, 2000.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

WERLE, F. O. C. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica .** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE I
OFÍCIO Nº 01/2016 PARA A ESCOLA

Santa Luzia do Itanhi/SE, 03 de março de 2016.

Ofício nº 01/2016

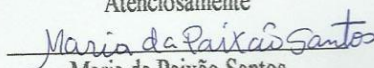
Senhora Diretora

Cumprimentando cordialmente, apresento-me neste estabelecimento de ensino com o objetivo de realizar uma pesquisa investigativa para sustentar a dissertação de mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, cujo projeto de pesquisa é centralizado na Gestão Democrática na Escola Pública, tendo como Problemática a “atuação do Conselho Escolar”. Com isso, pretendo analisar como procede a atuação do Conselho Escolar no processo de gestão frente ao planejamento das ações, execução e controle de atividades inerentes às necessidades vitais da instituição (escola).

Para esta realização faz-se necessário o acesso a esta escola a fim de que sejam feitas entrevistas com todos os membros do Conselho Escolar.

Na certeza que terei apoio, desde já fica minha gratidão pela atenção.

Atenciosamente


Maria da Paixão Santos

APÊNDICE – II

GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA À DIRETORA

Tempo de Serviço como diretor:

Habilitação:

Data:

Local:

Modalidades de ensino:

Quantidade de alunos/matrícula inicial:

1. O que entende por Gestão Democrática?
2. Nesta escola, considera que existe uma gestão democrática? A partir de quais atuações percebidas?
3. Como é feita a convocação dos conselheiros para que estes participem das reuniões do Conselho Escolar? Existe um calendário para as reuniões ordinárias?
4. Descreva o funcionamento do Conselho Escolar, como órgão representante de todas as categorias, em nível de participação na discussão e na tomada de implementações decisórias.
4. 1. E quais os documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar como membro participativo de gestão?
5. Com relação à participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória ou prevalecem alguns representantes, em detrimento de outros?
6. Como vê a participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho?
7. Como vê a relação representante/representado? Por exemplo: o pai representante do segmento com os outros pais, o aluno com os outros alunos como acontece essa relação? Há um repasse de informações para os demais?
8. Enquanto gestor escolar, o que considera da participação de todos: professores, funcionários, alunos e pais, enquanto fundamento para o bom andamento da escola?
9. Reportando-se à “Gestão Escolar”, o senhor (a) observa bom relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa, com a intervenção da comunidade local no cotidiano escolar?
10. Como aconteceu a elaboração do “Projeto Político Pedagógico”, enquanto um instrumento de identidade da escola e que deve ser construído através da ação coletiva?

10.1 Já foi elaborado?

10.2 Quem participou da elaboração?

10.3 Caso esteja em fase de elaboração, como está acontecendo? Comente o processo.

11. Em sua opinião, qual deverá ser a atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola?

12. Como acontece a relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática?

Obrigada pela sua disponibilidade

APÊNDICE – III

GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA AOS PROFESSORES COM ASSENTO NO CONSELHO ESCOLAR

Data:

Tempo de serviço na escola:

Local:

1. O que entende por Gestão Democrática?
2. Nesta escola, considera que existe uma gestão democrática? A partir de quais atuações percebidas?
3. Como é feita a convocação dos conselheiros para que estes participem das reuniões do Conselho Escolar? Existe um calendário para as reuniões ordinárias?
4. Descreva o funcionamento do Conselho Escolar, como órgão representante de todas as categorias, em nível de participação na discussão e na tomada de implementações decisórias.
4. 1. E quais os documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar como membro participativo de gestão?
5. Com relação à participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória ou prevalecem alguns representantes, em detrimento de outros?
6. Como vê a participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho?
7. Como vê a relação representante/representado? Por exemplo: o pai representante do segmento com os outros pais, o aluno com os outros alunos como acontece essa relação? Há um repasse de informações para os demais?
8. Enquanto professor (a) da escola, o que considera da participação de todos: professores, funcionários, alunos e pais, enquanto fundamento para o bom andamento da escola?
9. Reportando-se à “Gestão Escolar”, observa bom relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa, com a intervenção da comunidade local no cotidiano escolar?
10. Como aconteceu a elaboração do “Projeto Político Pedagógico”, enquanto um instrumento de identidade da escola e que deve ser construído através da ação coletiva?
- 10.1 Já foi elaborado?
- 10.2 Quem participou da elaboração?
- 10.3 Caso esteja em fase de elaboração, como está acontecendo? Comente o processo.

11. Em sua opinião, qual deverá ser a atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola?

12. Como acontece a relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática?

Obrigada pela sua disponibilidade

APÊNDICE – IV

GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA AOS FUNCIONÁRIOS DE APÓIO COM ASSENTO NO CONSELHO ESCOLAR

Área de trabalho:

Tempo de serviço na escola:

Local:

1. O que entende por Gestão Democrática?
2. Nesta escola, considera que existe uma gestão democrática? A partir de quais atuações percebidas?
3. Como é feita a convocação dos conselheiros para que estes participem das reuniões do Conselho Escolar? Existe um calendário para as reuniões ordinárias?
4. Descreva o funcionamento do Conselho Escolar, como órgão representante de todas as categorias, em nível de participação na discussão e na tomada de implementações decisórias.
4. 1. E quais os documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar como membro participativo de gestão?
5. Com relação à participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória ou prevalecem alguns representantes, em detrimento de outros?
6. Como vê a participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho?
7. Como vê a relação representante/representado? Por exemplo: o pai representante do segmento com os outros pais, o aluno com os outros alunos como acontece essa relação? Há um repasse de informações para os demais?
8. Enquanto funcionário da escola, o que considera da participação de todos: professores, funcionários, alunos e pais, enquanto fundamento para o bom andamento da escola?
9. Reportando-se à “Gestão Escolar”, você observa bom relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa, com a intervenção da comunidade local no cotidiano escolar?
10. Como aconteceu a elaboração do “Projeto Político Pedagógico”, enquanto um instrumento de identidade da escola e que deve ser construído através da ação coletiva?
- 10.1 Já foi elaborado?
- 10.2 Quem participou da elaboração?

10.3 Caso esteja em fase de elaboração, como está acontecendo? Comente o processo.

11. Em sua opinião, qual deverá ser a atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola?

12. Como acontece a relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática?

Obrigada pela sua disponibilidade

APÊNDICE – V
GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA AOS ALUNOS COM ASSENTO
NO CONSELHO ESCOLAR

Data:

Local:

1. O que entende por Gestão Democrática?
2. Nesta escola, considera que existe uma gestão democrática? A partir de quais atuações percebidas?
3. Como é feita a convocação dos conselheiros para que estes participem das reuniões do Conselho Escolar? Existe um calendário para as reuniões ordinárias?
4. Descreva o funcionamento do Conselho Escolar, como órgão representante de todas as categorias, em nível de participação na discussão e na tomada de implementações decisórias.
4. 1. E quais os documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar como membro participativo de gestão?
5. Com relação à participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória ou prevalecem alguns representantes, em detrimento de outros?
6. Como vê a participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho?
7. Como vê a relação representante/representado? Por exemplo: o pai representante do segmento com os outros pais, o aluno com os outros alunos como acontece essa relação? Há um repasse de informações para os demais?
8. Enquanto aluno (a) da escola, o que considera da participação de todos: professores, funcionários, alunos e pais, enquanto fundamento para o bom andamento da escola?
9. Reportando-se à “Gestão Escolar”, você observa bom relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa, com a intervenção da comunidade local no cotidiano escolar?
10. Como aconteceu a elaboração do “Projeto Político Pedagógico”, enquanto um instrumento de identidade da escola e que deve ser construído através da ação coletiva?
- 10.1 Já foi elaborado? Não, vai ser feito.
- 10.2 Quem participou da elaboração? .
- 10.3 Caso esteja em fase de elaboração, como está acontecendo? Comente o processo.

11. Em sua opinião, qual deverá ser a atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola?
12. Como acontece a relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática?

Obrigada pela sua disponibilidade

APÊNDICE – VI

GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA AOS PAIS COM ASSENTO

NO CONSELHO ESCOLAR

Data:

Local:

1. O que entende por Gestão Democrática?
2. Nesta escola, considera que existe uma gestão democrática? A partir de quais atuações percebidas?
3. Como é feita a convocação dos conselheiros para que estes participem das reuniões do Conselho Escolar? Existe um calendário para as reuniões ordinárias?
4. Descreva o funcionamento do Conselho Escolar, como órgão representante de todas as categorias, em nível de participação na discussão e na tomada de implementações decisórias.
4. 1. E quais os documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar como membro participativo de gestão?
5. Com relação à participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória ou prevalecem alguns representantes, em detrimento de outros?
6. Como vê a participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho?
7. Como vê a relação representante/representado? Por exemplo: o pai representante do segmento com os outros pais, o aluno com os outros alunos como acontece essa relação? Há um repasse de informações para os demais?
8. Enquanto pai/ mãe, o que considera da participação de todos: professores, funcionários, alunos e pais, enquanto fundamento para o bom andamento da escola?
9. Reportando-se à “Gestão Escolar”, o senhor (a) observa bom relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa, com a intervenção da comunidade local no cotidiano escolar?
10. Como aconteceu a elaboração do “Projeto Político Pedagógico”, enquanto um instrumento de identidade da escola e que deve ser construído através da ação coletiva?
- 10.1 Já foi elaborado?
- 10.2 Quem participou da elaboração?
- 10.3 Caso esteja em fase de elaboração, como está acontecendo? Comente o processo.

11. Em sua opinião, qual deverá ser a atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola?

12. Como acontece a relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática?

Obrigada pela sua disponibilidade

APÊNDICE: VII

RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

IDENTIFICAÇÃO	
Diretora (D)	
Local:	Escola municipal Y, localizada no município de Santa Luzia do Itanhi /SE, diretora identificada como (D), entrevista feita em 05 de abril de 2016, na secretaria da escola. Como diretora tem 04 anos, é Pós- Graduada Lato Sensu com Especialização em Educação Infantil e em Jovens e Adultos.
Tempo de Serviço como diretor:	
Data:	
Habilitação:	
CONTEÚDOS DE ANÁLISES	FALAS
Definição de Gestão Democrática.	<i>É uma forma dos cidadãos <u>expor</u>em suas ideias e opiniões dentro de um contexto ou realidade vivenciada numa sociedade, levando em conta as funções exercidas no dia a dia.</i>
A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.	<i>Em <u>parte Sim</u>, existe uma Gestão Democrática na escola. Porque com a <u>presença ativa</u> do Conselho Escolar onde são decididas muitas ações desenvolvidas nesta instituição pode-se considerar que a escola exerce uma <u>gestão democrática</u>. Mas muitas vezes eu como diretora dessa escola sinto que <u>a escola ainda precisa de mais autonomia</u>, pois muitas coisas são decididas pela Secretaria de Educação e quem está à frente da direção fica um pouco confusa e acaba contrariando algumas decisões tomadas pela escola. A escola Conta ainda com a atuação do Conselho Escolar com <u>a participação de todos na parte pedagógica</u> envolvendo o quadro funcional dos professores, reparo na escola, <u>participação nos recursos financeiros</u>, como o FUDE – Fundo Nacional Direto na Escola, PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola, assim como na organização administrativa da escola.</i>
Convocação dos conselheiros e calendário de reuniões do Conselho Escolar.	<i>Através de <u>comunicados, telefone ou pessoalmente</u>. Não existe calendário fixo, as reuniões acontecem quando a escola precisa. Mesmo porque todo mundo está sempre na escola. E já sabem que todos os meses têm uma reunião ordinária. Mas pensando bem ficam mais organizadas as</i>

	<i>reuniões. Já as reuniões extraordinárias são poucas. Mas pensando bem ficam mais organizadas as reuniões.</i>
Funcionamento do Conselho Escolar.	<i>Olha, aqui nesta escola eu tenho o privilégio do Conselho Escolar funcionar com a composição de toda a comunidade escola: professores, alunos, funcionários, pais/mães e o diretor. Portanto, tenho a convicção de que isto facilita a participação de todas as categorias para decidir e discutir as possibilidades de tomadas decisórias para a melhoria do bom andamento da escola. Apesar de haver muita discordância, se conta ainda com boa vontade em melhorar o que não está bom na escola.</i>
Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.	<i>Olha, temos na escola a <u>Legislação que é a Lei Municipal da Gestão Democrática (710); o Regimento Interno da escola; O PPP precisando ser reelaborado, pois temos uma minuta da Secretaria de Educação que pode norteia nosso trabalho; temos as atas do conselho escolar e da Unidade Executora registradas em cartórios e outros documentos do setor da administração. Estes documentos são apresentados em reuniões para os conselheiros e eles apreciam os conteúdos, assim como, para os pais e as mães dos alunos e comunidades.</u></i>
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória.	<i>Todos participam e dão seu ponto de vista sobre o que está em pauta.</i>
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<i>São bem participativos nas resoluções dos problemas referentes à escola. Apesar de demonstrarem ainda confuso nas organizações de suas ideias.</i>
Relação representante/representado e repasse de informação.	<i>Vejo como <u>liderança dos demais</u>. Apesar de não haver uma demonstração de interesses sobre as questões da escola vindo dos representados. No caso dos repasses das decisões, eu acredito que todos os segmentos repassam para os demais.</i>
O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<i>Eu considero importante para <u>a socialização de um trabalho coletivo, cooperativo em prol de uma melhoria da qualidade do ensino e do bem estar de todos</u>. Principalmente quando essa participação tem uma boa harmonia e consenso nas tomadas de decisão, ou seja, quando todos participam e chega a um acordo favorável para o bom desempenho da escola.</i>
Relacionamento entre as comunidades	<i>Sim, no sentido dessa escola está sempre</i>

<p>escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.</p>	<p><i>aberta para <u>parceria com outras entidades</u> como com as igrejas através de palestras com pessoas de diferentes religiões, com a Secretaria da saúde no tocante de programas vinculados com a educação no caso do “Programa Saúde na Escola” o PSE que disponibiliza além de palestras atendimentos como: oftalmologista, dentista e outros. A escola também faz <u>parceria com a Secretaria de Ação Social</u> no atendimento de reforço escolar com ajuda de pessoas da própria comunidade, psicólogo, assistente social e com o <u>Conselho Tutelar</u> em que os conselheiros sempre que são acionados estão presentes na escola para contribuir com a indisciplina dos alunos e os problemas que a escola sozinha não consegue resolver. Também contamos com a colaboração da associação comunitária cujos associados mantêm um convênio com a prefeitura com o fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Infelizmente ainda a escola sofre com a ação dos vândalos que são moradores do povoado e que invadem para roubar ou fazer perversidades. Como também <u>a presença da família na escola</u> ainda é um grande problema, pois não contamos com a participação de todos tanto em eventos na escola como nas reuniões de pais e mestres. Poucos participam.</i></p>
<p>Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.</p>	<p><i>O Projeto Político Pedagógica da escola se encontra em <u>fase de reconstrução</u>. Por isso, está em andamento. A construção irá acontecer nos <u> finais de semana com a participação da comunidade escolar e local</u>, inclusive com o conselho Escolar. Irá acontecer <u> aos finais de semana a fim de dá oportunidade a todos a participar</u>, inclusive os pais e as mães que trabalham e só podem <u> nos finais de semana</u>. O processo acontecerá a partir de palestras sobre a escola, as problemáticas enfrentadas, o que precisa melhorar na escola, em seguida conceituar o que é o projeto em si e qual sua importância para a conjuntura escolar. A fim de que todos adquiram o conhecimento mais consistente do que é este projeto. Depois se dá a construção propriamente dita do projeto em que todos possam expor suas</i></p>

	<i>opiniões, debatendo as problemáticas da escola com <u>poder de decisão</u>. Temos um <u>modelo da Secretaria de Educação</u> que servirá de base para o andamento do processo dentro da realidade da escola.</i>
Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.	<i>Deverá primeiramente ter <u>conhecimento de seu papel no conselho</u>, segundo cumprir suas funções de acordo com o que deverá ser desempenhado no Conselho Escolar, tendo responsabilidade com sua atuação em prol de uma <u>participação com mais autonomia, atitude e coletividade nas tomadas de decisão</u>.</i>
Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.	<i>Eu enquanto estou assumindo este cargo, tem a convicção de que ser líder é desempenhar um papel de gestor de modo que <u>todos possam expor suas opiniões</u>, debatendo as problemáticas e as necessidades do <u>bom funcionamento da escola</u>. É uma forma de <u>organização do espaço escolar onde todos possam dialogar e contribuir com o sucesso da escola</u>.</i>
Professora (1)	
Local: Data: Tempo de serviço na escola:	Leciona na Escola Y, localizada no Município de Santa Luzia do Itanhí /SE. A entrevista aconteceu na sala dos professores, em 05 de abril de 2016. A professora tem 09 anos de magistério.
Definição de Gestão Democrática.	<i>Eu penso que é quando a escola tem <u>poder de opinar junto com todos</u> que formam a comunidade escolar.</i>
A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.	<i><u>Sim</u>. A partir da atuação do Conselho Escolar. Porque quando se tem um problema com alunos e <u>precisa da opinião de todos</u> os conselheiros são convocados <u>para participarem em reuniões extraordinária</u> buscando juntos solucionar o problema. Assim como fazer o calendário do ano letivo decidir como fazer as reposições de aulas. <u>Mas a atuação do Conselho Escolar é maior na transparência e na aplicação dos recursos financeiros da escola, fazendo a prestação de contas nas reuniões da Unidade Executora quando somos convocados pela diretora e o presidente do conselho para assinar a ata.</u> Apesar de muitas decisões ainda são entraves para serem resolvidos coletivamente. Pois para uma gestão Democrática dá certa é precisa que toda comunidade escolar tenha</i>

	<i>autonomia para falar, opinar, discutir e decidir o que é bom para a escola.</i>
Convocação dos conselheiros e calendário de reuniões do Conselho Escolar.	<i>Através de um <u>comunicado</u>, ou seja, <u>um ofício</u>, outras vezes por <u>telefonema</u>. Não existem, deveria existir até porque era uma forma de a gente se organizar, vê o que iria discutir.</i>
Funcionamento do Conselho Escolar como órgão representante de todas as categorias.	<i>Todos <u>expõem suas opiniões</u> diante dos assuntos em discussão a partir daí é feita uma votação para que <u>todos possam acatar</u> o que é melhor para a escola.</i>
Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.	<i>Olha, temos alguns, como o <u>Regimento Interno da escola</u> e <u>do Conselho</u>; o <u>PPP</u> que um documento importante da escola ainda está para ser <u>reelaborado</u>; Mas mesmo assim, eu acho que estes documentos deveriam ser mais estudados pelos conselheiros para <u>um conhecimento maior a respeito destes</u>.</i>
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória.	<i>Todos têm direito a falar apesar de alguns conselheiros esperarem pelas opiniões dos outros.</i>
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<i><u>São participativos</u> no sentido de estarem sempre presentes nas assembleias, mas sentimos que eles ficam acanhados de falarem ou darem opiniões. Creio por terem pouca instrução sentem-se tímidos. Pois temos uma conselheira que é analfabeta, mas está disposta a ajudar no que é do seu alcance.</i>
Relação representante/representado e repasse de informação.	<i>Boa, eu refiro-me o segmento de professor o qual faço parte que sempre estou passando os acontecimentos do que foi discutido e resolvido nas as assembleias do Conselho. Essa relação acontece quando se tem algo de importante para a escola e que precisa da opinião do Conselho e <u>a decisão coletiva</u>. Às vezes são informados, principalmente àqueles que se envolvem mais com a escola. Mas vejo que isso não acontece da mesma maneira com os segmentos dos pais e dos alunos. Pois <u>os pais ainda são muito indiferentes para os interesses da escola e os alunos também</u>.</i>
O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<i>Pressupõe <u>a participação efetiva de vários segmentos da comunidade escolar em todos os aspectos democráticos de organização da escola</u>, de grande importância para <u>o bom andamento da escola</u>. Para isso, é preciso que <u>todos participem dando opiniões</u> e que estas sejam atendidas, ou seja, que haja uma reciprocidade.</i>
	<i>Em parte, porque a comunidade local não participa diretamente com as atividades escolares. Eu acho que deveria comunidade</i>

<p>Relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.</p>	<p><i>local está mais presente. Até a gente sente essa distância nas reuniões de pais e mestres que é um momento importante para que juntos possamos <u>ajudar na melhoria da aprendizagem dos alunos</u> poucos aparecem. Eu acho também que a escola deveria fazer <u>mais reuniões durante o ano letivo</u> para incentivar estes pais e a comunidade local. Apesar de a escola manter <u>parceria com algumas entidades como: com a secretaria da saúde através de palestras com a agente de saúde, dentista, que promove a escovação com os alunos ensinando como deverá ser feita. Com o Programa da Escola Aberta do Governo Federal e o “Programa Mais Educação” tem também aproximado a comunidade escolar com a comunidade local, pois muitos dos cursos são ministrados com pessoas da própria comunidade.</u></i></p>
<p>Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.</p>	<p><i>Já foi feito, mas no momento está em processo de reconstrução. <u>Todos os segmentos do conselho escolar e algumas pessoas da comunidade</u>, pois o convite é aberto para todos. Será feito <u>aos finais de semana com reuniões, debates para mostrar o que é este projeto e o diagnóstico do que está precisando melhorar na escola.</u></i></p>
<p>Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.</p>	<p><i>É necessário que seja <u>atuante</u>, principalmente no envolvimento com os próprios estudantes, tendo <u>a experiência, mais autonomia e o direito à participação como elemento fundamental para o pleno desenvolvimento das ações voltadas para as práticas que norteiam o bom andamento da escola. E assim, fazer com que a família e a comunidade local possam também participar desse processo coletivo através da atuação do próprio Conselho Escolar.</u></i></p>
<p>Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.</p>	<p><i>Apesar de alguns entraves e discordância que precisam ser revistos, por parte da gestora, a maioria dos conselheiros está sempre debatendo <u>a necessidade de valorizar a opinião de todos a fim de se tornar flexível a sua liderança e demonstrar favoráveis ao bom andamento e desempenho da escola, facilitando dessa forma, para que a gestão democrática aconteça.</u></i></p>
<p>Professora: (2)</p>	

<p>Local:</p> <p>Data:</p> <p>Tempo de serviço na escola:</p>	<p>Leciona na Escola Y, localizada no Município de Santa Luzia do Itanhí /SE. Tem 04 anos que ensina nesta escola e 06 anos de magistério. A entrevista foi realizada na sala dos professores no dia 06 de abril de 2016.</p>
<p>Definição de Gestão Democrática.</p>	<p><i>É uma <u>forma organizada</u> de gerir uma instituição de maneira que possibilita a <u>participação, transparência e democracia.</u></i></p>
<p>A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.</p>	<p><i>Não, apesar do município já existir a <u>Lei de Gestão Democrática</u>, esta só fica no papel. Porque na realidade se fala que a escola <u>exerce uma gestão democrática</u>, mas na prática ainda permanecem <u>ações autoritárias</u> que enfraquecem o <u>poder de decisão coletiva</u>. E isto entristece muito o <u>trabalho participativo</u> como pregoa uma gestão democrática.</i></p>
<p>Convocação dos conselheiros e calendário de reuniões do Conselho Escolar.</p>	<p><i>Bem, como a escola não funciona de forma democrática como deveria funcionar. Neste caso o Conselho Escolar <u>formado por todos os segmentos</u>, só <u>funciona com maior presença para prestação de contas da Unidade Executora</u>. Ficando <u>restrita uma participação maior para resolução e tomadas de decisões para o bom andamento da escola</u>. E a gente sente que é preciso que <u>haja mais empenho da sociedade</u> para que esta situação venha melhorar. A escola dê <u>mais autonomia ao Conselho Escolar para exercer suas funções</u>. É como já falei se não funciona como deveria, não existe data fixa para acontecer às reuniões.</i></p>
<p>Funcionamento do Conselho Escolar como órgão representante de todas as categorias.</p>	<p><i>Como eu já falei infelizmente, o Conselho não tem o poder de decisão, apenas <u>existe por conta da Unidade Executora</u>. E isto que eu estou vivendo como conselheira me deixa revoltada e tento passar para meus colegas em forma de desabafo. Já pensei em deixar o Conselho, mas sinto que precisamos reverter essa concepção. Lutando com o apoio dos demais a fim de que possamos ter <u>mais liberdade e autonomia nas nossas decisões</u>.</i></p>
<p>Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.</p>	<p><i>Posso dizer que um dos documentos <u>mais importante da Gestão Democrática é a Lei Municipal 710</u>, porque dá o embasamento de outros documentos importante para o</i></p>

	<i>funcionamento legal de gestão, como o regimento interno da escola, o PPP embasado em ações e metas direcionadas para o cumprimento de atuações participativas de gestão e as atas comprobatórias do que realmente se traduzem as atuações nas práticas de tomadas decisórias junto à escola. Mas no momento, só temos o Regimento Interno da Escola e do Conselho Escolar e o PPP se encontra ainda em discussão somente temos uma minuta fornecida pela Secretaria de Educação. Que irá nortear todos os trabalhos em prol de uma construção de um documento que possibilite identificar a escola como um todo. Que deverá ser construído assim espero, com a participação de todos e que seja de acordo com a realidade da escola”.</i>
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória.	<i>Todos participam no que é determinado pela presidente do conselho.</i>
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<i>De forma ainda muito apático.</i>
Relação representante/representado e repasse de informação.	<i>Infelizmente não há um repasse de informações.</i>
O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<i>De fundamental importância, pois quando acontece à gestão democrática participativa a escola tende a se desenvolver e buscar melhores perspectivas em todos os sentidos.</i>
Relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.	<i>Não, dificilmente a comunidade participa do cotidiano da escola. Precisando uma maior participação das famílias na vida escolar dos filhos.</i>
Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.	<i>Não, aconteceu ainda o PPP está em fase de elaboração, mas ainda não teve nenhuma reunião par o início de sua construção. No momento a escola possui apenas um modelo enviado pela Secretaria de Educação para servir de embasamento.</i>
Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.	<i>Deveria ser participativa, isto é, atuante em todos os aspectos, financeiro, administrativo, pedagógico e com poder de decisão no que se refere ao melhoramento do funcionamento da escola e da qualidade do ensino.</i>
Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.	<i>Acontece de forma autoritária, infelizmente a gestora não é nenhuma pouco democrática, as decisões na maioria das vezes já são tomadas por ela e o Conselho só aprova. Porque por mais que se discuta ela não acata totalmente</i>

	<i>as decisões.</i>
Funcionária (1)	
Local: Área de trabalho: Tempo de serviço na escola:	É merendeira na Escola Y, localizada no Município de Santa Luzia do Itanhi/SE. Tem 12 anos de tempo de serviços. A entrevista foi realizada na sala dos professores.
Definição de Gestão Democrática.	<i>É quando existe <u>participação de todos em conjunto para resolver um problema.</u></i>
A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.	<i><u>Sim. Porque existem reuniões no conselho escolar a fim de debater assuntos pendentes da escola.</u></i>
Convocação dos conselheiros e calendário de reuniões do Conselho Escolar.	<i>A diretora vem para a gente <u>diretamente e convida</u> e para os demais faz o convite. Nunca me disseram e nem foi passado para a gente.</i>
Funcionamento do Conselho Escolar como órgão representante de todas as categorias.	<i>É um Conselho <u>ativo em que se pode opinar, mesmo que fiquem algumas pendências, ou seja, não sejam acatadas de forma integral.</u></i>
Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.	<i><u>As atas do Conselho, o Regimento da Escola e outros documentos, mas eu não sei explicar, somente quando a diretora quer consultar na Lei para resolver alguma coisa, ela leva para as reuniões e faz leitura dos capítulos e a gente discute.</u></i>
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória.	<i><u>Sim. Mesmo aqueles que menos falam, mas participam.</u></i>
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<i><u>Participação boa. Quando são convocados sempre aparecem e sempre concordam ou discordam de algo que está sendo discutido.</u></i>
Relação representante/representado e repasse de informação.	<i>Fica a desejar no sentido dos demais não se envolvem com os problemas da escola. Não é frequente ser passado às informações para os demais.</i>
O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<i>Eu <u>acho muito bom, porque o consenso de todos pode acontecer à melhoria de um bom trabalho na escola.</u></i>
Relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.	<i><u>Muito pouco, pois as famílias não têm muito interesse em participar das coisas da escola.</u> Poucos pais e mães comparecem em reuniões ou eventos na escola. Só a instituição da saúde é que sempre estão ajudando a escola no sentido de dá palestras, escovações e outras.</i>
Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.	<i>Está em <u>fase de reconstrução, pois já foi feito em anos passados. Eu acredito que todos deveriam participar. Está previsto para os finais de semanas com toda</u></i>

	<i>comunidade para discutir problemas referentes à escola.</i>
Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.	<i>Manter os outros funcionários informados do que acontece e é decidido nas reuniões do Conselho Escolar, ser participativo dando ideias para que estas sejam aceitas pela maioria. E podendo também ter liberdade de opinar e decidir coletivamente. Sempre que é para prestar contas do dinheiro da escola na Unidade executora, assinando as atas.</i>
Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.	<i>Procurando sempre as opiniões do Conselho para que aconteça a melhoria para escola.</i>
Funcionária: (2)	
Área de trabalho: Local: Tempo de serviço na escola:	É servente na Escola Y, localizada no Município de Santa Luzia do Itanhí/SE. Tem 04 anos de tempo de serviço. A entrevista foi realizada no dia 06 de abril de 2016 na sala dos professores.
Definição de Gestão Democrática.	<i>A participação de todos envolvidos numa gestão escolar a fim de <u>melhor a qualidade do ensino.</u></i>
A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.	<i>Sim. Porque sempre nas reuniões resolvemos os problemas existentes ou as pendências da escola.</i>
Convocação dos conselheiros e calendário de reuniões do Conselho Escolar.	<i>Nós funcionários somos convidados diretamente pela a diretora. Não sei. Mas acho que não.</i>
Funcionamento do Conselho Escolar como órgão representante de todas as categorias.	<i>É um conselho atuante, mas que muitas opiniões discutidas nas reuniões não são acatadas como deveriam ser. E a gente fica triste.</i>
Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.	<i>Eu sei que temos as atas que a secretária do Conselho registra o que está sendo <u>decidido nas reuniões</u>, e outros documentos eu sei que têm, mas momento eu não sei explicar.</i>
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória.	<i>Sim, apesar de alguns permanecerem calados esperando as atitudes dos outros.</i>
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<i>Eu acho muito boa. Sempre estão presentes nas reuniões apesar de muitas vezes ficarem tímidos para falar ou opinar. Eles também <u>participam das reuniões de pais e mestres sempre quando tem.</u></i>
Relação representante/representado e repasse de informação.	<i>Eu acho importante porque com a <u>participação de todos juntos, escola funciona melhor.</u> Mas não vejo muito interesse não. Não há repasse de informação.</i>
	<i>Eu considero que temos enquanto</i>

O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<i>conselheiros, fazer algo para que <u>a escola desenvolva um bom trabalho.</u> E isto só dará certo se <u>todos compartilharem com o andamento da escola.</u></i>
Relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.	<i>A <u>Secretaria de Saúde</u> sempre dá apoio no que é preciso. A escola <u>não tem muito apoio das famílias</u> para ajudar na aprendizagem dos alunos, pois mesmo as reuniões que são para os pais e as mães participarem pouco vêm.</i>
Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.	<i>Está sendo <u>reelaborado</u>, estamos aguardando acontecer às reuniões, <u>que todos devem participar.</u> Nos finais de semanas com <u>todos</u> onde vão ser discutidas as situações da escola.</i>
Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.	<i>Bem participativo, <u>manter uma boa relação com a escola</u> para que sejam informados sobre o que acontece nela e o que <u>precisa ser melhorado</u> e manter os demais informados do que se passa nas reuniões do Conselho. Deve também <u>opinar e decidir junto com os outros</u> sobre o que é bom para a escola.</i>
Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.	<i>Sempre <u>procura melhorar o que ela acha bom para a escola.</u> Mas precisa ainda aprender a dividir as ideias e opiniões com os outros.</i>
ALUNA: (1)	
Local:	É estudante da Escola Y, localizada no Município de Santa Luzia do Itanhi/SE. Cursando o 7º Ano do Ensino Fundamental. A entrevista foi realizada na sala de pesquisa no dia 11 de abril de 2016.
Data:	
Definição de Gestão Democrática.	<i>Eu não entendo muito, não. Mas acho que é o <u>modo de agir das pessoas dentro da política com a participação de todos.</u></i>
A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.	<i><u>Eu acho que sim.</u> Através das coisas que percebo e acontecem na escola quando queremos resolver uma coisa e <u>todos juntos</u> tentam resolver dentro do Conselho Escolar.</i>
Convocação dos conselheiros e calendário de reuniões do Conselho Escolar.	<i>Através do <u>convite da direção.</u> Não sei, acho que não.</i>
Funcionamento do Conselho Escolar como órgão representante de todas as categorias.	<i>Funciona através de reuniões, trazendo alguns problemas para serem discutidos e procurando resolver com a ajuda de todos e da diretora.</i>
Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.	<i><u>As atas do conselho</u> que são feitas e lidas pela secretária do conselho, <u>o regimento interno da escola e Lei do Município</u> que dá direito a ter gestão democrática nas escolas.</i>
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de	<i><u>Todos podem falar e darem opiniões,</u> para chegar a uma decisão favorável.</i>

forma satisfatória.	
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<i>São participantes e presentes na escola. Apesar de uma das conselheiras, não saber ler e ter vergonha de opinar. Mas sempre tem espaço para todos.</i>
Relação representante/representado e repasse de informação.	<i>Eu como representante dos alunos acho um pouco parado, os alunos não se manifestam muito para trazerem reivindicações a serem discutidas no conselho. Nem sempre as informações são passadas. Precisando de <u>mais participação de todos.</u></i>
O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<i><u>Eu acho positivo, porque há a participação coletiva de todos para decidir o que melhor é para a escola.</u></i>
Relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.	<i><u>Pouco, mesmo porque onde deveria se perceber com maior participação era nas reuniões de pais e mestres, mas são poucos que aparecem. Agora a escola tem parceria com a saúde através de palestras com o agente da saúde, o conselho Tutelar ajuda nos casos de alunos indisciplinados.</u></i>
Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.	<i>Como estou no Conselho Escolar agora, estou sabendo que vai ser feito e que <u>todos vão ser convidados a participar inclusive os conselheiros.</u> Neste caso, ainda está em andamento, mas <u>deverá todos participar.</u> Através de <u>palestras, reuniões e discussões sobre o projeto.</u></i>
Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.	<i><u>Participar com maior desempenho nas ações da escola voltadas para a melhoria da aprendizagem dos alunos.</u></i>
Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.	<i>Eu acho uma <u>atitude boa</u>, porque <u>em coletividade com o conselho é decidido o que é preciso fazer para resolver os problemas da escola.</u></i>
Aluno: (2)	
Local:	É estudante da Escola Y, localizada no Município de Santa Luzia do Itanhi/SE. Cursando o 7º Ano do Ensino Fundamental. A entrevista foi realizada na sala de pesquisa no dia 11 de abril de 2016.
Data:	
Definição de Gestão Democrática.	<i><u>É quando numa comunidade todos se preocupam e participam para melhorar as coisas que sejam boas para todos.</u></i>
A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.	<i><u>Sim. Porque muitas coisas são decididas na escola a partir das decisões do Conselho Escolar.</u></i>
Convocação dos conselheiros e calendário	<i>A diretora ou a <u>secretária avisa na sala. Nunca</u></i>

de reuniões do Conselho Escolar.	<i>perguntei se tem, mas acho que não.</i>
Funcionamento do Conselho Escolar como órgão representante de todas as categorias.	<i>Após reunir todos os membros do Conselho será discutida a pauta com as situações a serem resolvidas. Por exemplo: quando é para fazer a lista das <u>compras com o dinheiro do recurso da escola</u>, ou assinar a <u>ata das compras já feitas com o recurso da Unidade Executora</u>.</i>
Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.	<i>Temos <u>as atas</u>, <u>o regimento interno da escola</u>, e agora nós fomos avisados pela diretora para refazer <u>o Projeto Político Pedagógico da escola</u>.</i>
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória.	<i><u>Todos participam e discutem para por decidir o que fazer</u>, estando de acordo com a diretora.</i>
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<i>Eles <u>participam muito bem</u>. Apesar de saber pouco ler.</i>
Relação representante/representado e repasse de informação.	<i>Não há muita integração dos demais alunos sobre o Conselho Escolar, eles não se interessam muito no que está acontecendo na escola. As informações são passadas em parte.</i>
O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<i>Eu acho importante, porque os alunos poderão <u>ter uma melhor qualidade na aprendizagem</u>.</i>
Relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.	<i><u>Em parte</u>, somente nas apresentações de trabalhos dos alunos na escola, sempre a comunidade vem, assim como: em palestras com o pessoal da saúde. Nas <u>reuniões de pais e mestres comparecem alguns pais e algumas mães que deveria ter um número maior</u>.</i>
Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.	<i>Está em processo de construção e vai ser feito com a <u>participação de todos</u>. <u>Todos devem participar tanto o conselho como a comunidade em geral</u>.</i>
Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.	<i><u>Participar nas decisões e projetos realizados na escola</u>, <u>ouvir as reivindicações dos demais alunos e trazer para as assembleias do conselho</u>.</i>
Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.	<i><u>Uma relação boa</u>. Porque ela está sempre disposta a <u>rever o que poderá melhorar a situação da escola e assim, a qualidade do ensino junto com a comunidade escolar</u>.</i>
Mãe: (1)	Mãe de uma aluna que estuda na Escola Y,

Local: Data:	localizada no Município de Santa Luzia do Itanhí/SE. A entrevista foi realizada no dia de 12 de abril de 2016, na casa da entrevistada no mesmo Povoado.
Definição de Gestão Democrática.	<u>É participar, conhecer e opinar pela melhoria da escola e da aprendizagem dos alunos.</u>
A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.	<u>Sim, através de reuniões para decidir o que fazer com o dinheiro da Unidade Executora.</u>
Convocação dos conselheiros e calendário de reuniões do Conselho Escolar.	Convites através de ofícios ou recados. Nunca falaram não se tem.
Funcionamento do Conselho Escolar como órgão representante de todas as categorias.	O conselho se reúne para decidir e resolver alguns problemas da escola.
Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.	Não sei bem explicar têm alguns, como <u>as atas</u> , mas os outros eu não sei dizer. Nós iremos participar da reelaboração do PPP da escola, para isso, eu acho que temos que nos reunir para conhecer melhor como é.
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória.	<u>Sim, todos falam e tem direito de dar suas opiniões. Que às vezes são aceitas e outras vezes não.</u>
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<u>Boa, apesar de existirem muitas dúvidas de como participar dando maior contribuição, a gente precisa se reunir mais para aprender o que devemos fazer melhor no Conselho escolar. No meu caso comecei este ano e não participei de nenhuma formação.</u>
Relação representante/representado e repasse de informação.	Fica a desejar, pois a maioria dos pais é distante do que está acontecendo na escola. Não gosta nem de participar das <u>reuniões de pais e mestres</u> . Não são passadas as informações não.
O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<u>Sim, pois com a participação de todos, é possível a escola ter mais chance de melhorar.</u>
Relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.	<u>Às vezes, como a participação do povo que trabalha no posto de saúde com palestra sobre doenças como a dengue, vacinação e quando tem evento na escola e convidam a comunidade.</u>
Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.	<u>Bom, vou dizer a verdade eu já fui até convidada para participar e me disseram que bom para a escola, mas não tenho muito conhecimento, espero conhecer melhor e participar. Ele está em reelaboração. E todos que fazem parte da escola devem participar. Ainda não começou, mas serão nos finais de semanas, assim a diretora falou.</u>
Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.	<u>Deve atuar com participação dentro de suas funções. Fazendo e discutindo o que for</u>

	<i>melhor para a escola.</i>
Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.	<i><u>Para me boa, porque sempre ela tem a preocupação de reunir o conselho para decidir as coisas boas para a escola ou melhoria.</u></i>
Mãe: (2) Local: Data:	Mãe de alunos que estudam na Escola Y, localizada no Município de Santa Luzia do Itanhi/SE. A entrevista foi realizada no dia 18 de abril de 2016, na casa da entrevista no mesmo Povoado.
Definição de Gestão Democrática.	<i><u>Bom, eu sou analfabeta, não entendo muito dessas coisas, mas sei que é alguma coisa que se refere a lutar junto com todo mundo participando para chegar a um bom resultado.</u></i>
A existência de uma Gestão Democrática na escola e atuação.	<i><u>Sim. Porque tem o conselho Escolar que já é um bom passo para que a gente discuta o que é bom para melhorar a escola, cada um com seu entendimento vão dando suas opiniões. Que às vezes são aceitas e outras vezes não, a diretora resolve do seu jeito.</u></i>
Convocação dos conselheiros e calendário de reuniões do Conselho Escolar.	<i><u>Sempre a diretora manda recado pelos meus filhos ou um bilhetinho. Não sei, vou até saber se tem.</u></i>
Funcionamento do Conselho Escolar como órgão representante de todas as categorias.	<i><u>O Conselho se reúne sempre quando é para ver o que foi comprado com o dinheiro que chegou à escola e quando tem alguma coisa para ser resolvida na escola.</u></i>
Documentos legais da escola que direcionam a atuação do Conselho Escolar.	<i><u>Não sei quais são, só as atas tenho uma informação maior, porque quando a secretária termina faz a leitura para a gente e a gente assina.</u></i>
Participação nas reuniões, do Conselho Escolar todos os segmentos participam de forma satisfatória.	<i><u>Todos participam às vezes eu fico calada só quando me pergunta alguma coisa eu respondo, tenho medo de falar besteira (e sorriu).</u></i>
Participação dos pais dos alunos enquanto membros do Conselho nas reuniões.	<i><u>Boa, porque a gente tem curiosidade de participar de tudo e está vendo como a escola funciona.</u></i>
Relação representante/representado e repasse de informação.	<i><u>Eu acho que precisa melhorar não vejo os pais participarem muito do que acontece na escola, só aparecem quando tem alguma reclamação sobre os filhos que apanhou do colega coisa assim, mas para ajudar em alguma coisa não. Muitos nem vão para as reuniões dos pais e das mães. Não é passado nenhuma informação, pois eles não procuram a gente para perguntar nada.</u></i>
O que considera da participação de todos, enquanto fundamento para o bom andamento da escola.	<i><u>É muito bom para a escola quanto todos participam, mesmo sem muito conhecimento com eu, mas fica por dentro de tudo e pode</u></i>

	<i>também dar sua opinião. Estou gostando muito de participar não perco uma reunião.</i>
Relacionamento entre as comunidades escolar e local ao ponto de caracterizar uma Gestão Participativa e com intervenções no cotidiano da escola.	<i>Não muito, como já falei as famílias não participam muito do que acontece na escola. Somente a saúde vem sempre para a escola fazer palestras sobre as doenças como agora o caso do mosquito da dengue para a gente se prevenir.</i>
Elaboração do “Projeto Político Pedagógico; quem participa; como está acontecendo.	<i>(Sorriu novamente). E falou: Não tenho muito conhecimento sobre isso, mas já ouviu falar nas reuniões que <u>é um documento que todos devem participar para poder fazer, é sobre a escola. Ainda não foi feito, mas já sei que todos devem participar.</u></i>
Atuação do Conselho Escolar, no âmbito de uma gestão democrática na escola.	<i>Pelo que entendi, deve ser todo mundo junto trabalhando, discutindo e <u>tomando posição</u> para que a escola melhore.</i>
Relação de liderança e atitudes do gestor da escola frente ao processo de gestão democrática.	<i><u>Eu acho boa, porque ela está sempre procurando melhorar as coisas da escola e conversando com os pais para que venham mais para a escola ver seus filhos como estão. Sempre reúne o conselho para passar como anda a escola e para discutir o que é preciso.</u></i>

ANEXOS

ANEXO I

1. ASSEMBLEIA ESCOLAR E AS PLENÁRIAS ESCOLARES

No Art. 15 explica que a Assembleia Escolar é composta por todos os segmentos que formam a comunidade escolar e terá função deliberativa. E no Art. 16 cita as atribuições que compete a esse órgão como liberar sobre questões referentes à escola, dentre elas se destacam:

I – “Eleger os representantes da comunidade escolar que deverão participar do Congresso Municipal de Educação”; II – “Aprovar o projeto pedagógico da escola e suas alterações”; III – “Aprovar o Regimento Escolar e suas alterações”; IV – “Aprovar o plano administrativo anual da escola e suas alterações”; V – “Aprovar o Calendário Escolar e suas alterações”; VI – “Aprovar a Prestação de Contas dos recursos destinados e utilizados pela escola”; VII – “Discutir e deliberar sobre questões referentes aos interesses gerais da unidade de ensino”; VIII – “Avaliar o funcionamento geral da unidade de ensino”.

Já no Art. 18 as Plenárias Escolares são compostas por cada um dos segmentos que compõem comunidade escolar e terão caráter consultivo e eletivo.

Art. 19 As Plenárias Escolares terão como atribuição:

I – “Contribuir com sugestões na elaboração do projeto pedagógico da escola”; II – “Apresentar sugestões para resolução dos problemas da escola, ouvindo os segmentos que a integram”; III – “Eleger, através do sufrágio direto, os membros de cada segmento para a composição do Conselho Escolar”; IV – “Eleger os membros da Comissão Eleitoral da escola”; V – “Definir as ações dos seus representantes junto ao Conselho Escolar”.

Dessa forma, nota-se que o Conselho Escolar é regido por legislação a qual define as funções as norteadoras do o funcionamento do conselho na escola, cabendo que todos os envolvidos se reúnam para conhecer as suas atribuições a fim de cumpri-las dentro do regimento escolar.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o que explicita o inciso XII que remete a responsabilidade ao Conselho Escolar de Aprovar, em primeira instância, o Regimento Escolar e suas alterações, submetendo-o à aprovação final por parte da Assembleia Escolar e a Secretaria Municipal de Educação.

O capítulo da Lei Municipal sobre as funções do Conselho Escolar termina com o Parágrafo Único dizendo que as decisões tratadas nos incisos dos artigos mencionados acima, devem estar em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as normas e diretrizes dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação, os princípios gerais da Administração Pública e as deliberações da Secretaria Municipal de Educação e do Congresso Municipal de Educação.

2. FUNÇÕES QUE COMPETEM AOS CONSELHOS ESCOLARES

O artigo 26 da Lei Municipal constituído de quatorze inciso e um parágrafo único os quais abordam a temática em estudo, e para que haja um entendimento acerca do conteúdo será feita uma apresentação resumida das atribuições objetivando a possibilidade de avaliar na prática se realmente está sendo aplicada ou não, e se todos têm conhecimento de suas funções.⁷

De acordo com a Lei a função do Conselho Escolar é explicitada em três campos: o administrativo, o financeiro e o pedagógico, portanto, as atribuições em destaque serão agrupadas nestes três campos.

Inicia-se pelo administrativo, apresentando os incisos da Lei que autorizam a atuação do Conselho:

- I – “Coordenar o processo de elaboração do projeto pedagógico da escola;”
 - III – “Propor alterações, no todo ou em parte, no plano administrativo anual elaborado pela direção da escola”;
 - IV – “Convocar a Assembleia Escolar e as Plenárias Escolares quando necessário;”
 - V – “Criar mecanismos capazes de garantir a participação efetiva da comunidade escolar no processo de tomada de decisões da Escola;”
 - IX – “Fiscalizar, avaliar e deliberar sobre a gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola”;
 - XI – “Consultar as Plenárias Escolares no processo de tomada de decisões administrativas e pedagógicas da escola;”
 - XII – “Aprovar, em primeira instância, o Regimento Escolar e suas alterações, submetendo-o à aprovação final por parte da Assembleia Escolar e a Secretaria Municipal de Educação;”
 - XIII – “Velar pelo cumprimento da Lei nº 8.069/90, no que tange à defesa dos direitos da criança e do adolescente;”
 - XIV – “Recorrer a instâncias superiores no que tange às questões que não se encontrem entre suas atribuições legais e regimentais ou sobre as quais não se julgue apto a decidir.”
- (LEI MUNICIPAL 710, 2006.

⁷ Informações concebidas pela **Lei** Complementar N.º 710 De 18 de Dezembro de 2006 que Dispõe sobre a Regulamentação da Gestão Democrática das escolas públicas do Município de SANTA LUZIA DO ITANHI/SE e dá outras providências. Leituras feitas em regimento interno da secretaria de educação e da escola.

3. Organização e funcionamento do Conselho Escolar da Escola Y em Santa Luzia do Itanhí/SE

3.1. Organização da Diretoria

Art. 6º composta pelos membros do Conselho que, se dá a partir de eleição interna para assumir cargos com a finalidade de representar as decisões do Conselho dentro e fora dele. É constituída pelo: Presidente, Secretário e tesoureiro a duração no cargo será de dois anos.

3.2. Art. 7º São atribuições do Presidente:

I “articular e mediar à participação coletiva”; II “presidir as reuniões da Diretoria dos CE e das Assembléias Gerais”; III “representar o Conselho Escolar, em suas relações sociais, junto à Secretaria Municipal de Educação, entre outros”; IV – convocar os conselheiros para reuniões ordinárias e extraordinárias; V – divulgar as decisões do Conselho e da Assembléia Geral; VI – assinar as correspondências do Conselho, juntamente com o secretário; VII – prestar qualquer esclarecimento sobre o Conselho Escolar quando solicitado; VIII – zelar pela construção de memória histórica do Conselho Escolar e da Escola; IX – determinar a lavratura de atas para todos os eventos e solenidades de significação educacional; X – levar para as reuniões inovações, temas, informações, discussões significativas que contribuam para o crescimento de uma visão crítica do homem e da sociedade; XI – criar condições para que as discussões, durante as reuniões, se realizem dentro de princípios éticos; XII – abrir e movimentar, em nome do Conselho Escolar ou similar, conta bancária conjunta com o diretor da unidade de ensino; XIII – assinar os balanços e as prestações de contas juntamente com o diretor da unidade; XIV – exercer as demais atribuições atinentes às suas funções; XV – representar o Conselho Escolar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

3.3. Art. 8º São atribuições do Secretário:

As atribuições do secretário de acordo com o regimento escolar e Lei Municipal 710 da escola são:

I “lavar as atas das reuniões da Diretoria, das Assembléias Gerais e dos demais eventos determinados pelo Presidente;” II “manter atualizados o arquivo e as correspondências do Conselho”; III “assinar, junto com o Presidente, todas as correspondências a serem expedidas pela Diretoria do Conselho”; IV “zelar pela precisão do controle, do recebimento e da expedição de correspondências”; V “Exercer as demais atribuições atinentes aos Conselheiros. ”

3.4. Art. 9º São atribuições do Tesoureiro:

Dentre as atribuições do tesoureiro de acordo com o Regimento Escolar e a Lei Municipal 710 destacam-se:

I “Assumir a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores)”;
II “Assinar, juntamente com o (a) Presidente (a), os cheques, recibos e balancetes;” III - “Prestar contas, no mínimo a cada 03 (três) meses, ao Conselho Escolar e, anualmente, em Assembléia Geral, aos membros;” IV - “Manter os livros contábeis em dia e sem rasuras;” V - “Pagar as contas autorizadas pelo presidente;” VI – “Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que foram solicitados;” VII – “Acompanhar e orientar o trabalho eventual da administração, na execução dos registros e relatórios contábeis, zelando por sua correção e permanente atualização;” VIII – “Após a liberação de recurso pelo FNDE para a Unidade Executora do PDDE da Escola, o Conselho Escolar deverá administrar esse recurso visando atender as necessidades da Unidade de Ensino. Se não for executar a compra de custeio e capital no prazo de 15 (quinze) dias o dinheiro deverá ser aplicado. Caso o CE queira compra no prazo de 30 (trinta) dias, deverá fazer a aplicação financeira de curto prazo ou operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, no entanto, se a opção do Conselho Escolar for executar a compra no prazo maior que 30 (trinta dias) o recurso deverá ser aplicado na caderneta de poupança.”

3.5. Organização do Conselho Fiscal

Entre seus atributos compete ao Conselho Fiscal segundo o regimento escolar e a Lei Municipal 710. **Art. 11 Compete ao Conselho Fiscal:**

:

I – “Fiscalizar as ações e a movimentação financeira do Conselho Escolar: entradas, saídas e aplicação de recursos, emitindo pareceres para posterior apreciação da Assembléia Geral”;
II – “Examinar e aprovar a programação anual, o relatório e a prestação de contas, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer”;
III – “Solicitar ao Conselho Escolar, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios da receita e despesa”.